

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PRISCILA PINTO DE OLIVEIRA

**A INFLUÊNCIA DA IMPRENSA NO PROCESSO
DE AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA NO TCE-RS**

Porto Alegre

2012

PRISCILA PINTO DE OLIVEIRA

**A INFLUÊNCIA DA IMPRENSA NO PROCESSO
DE AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA NO TCE-RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Emil Sobottka

Porto Alegre

2012

PRISCILA PINTO DE OLIVEIRA

**A INFLUÊNCIA DA IMPRENSA NO PROCESSO
DE AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA NO TCE-RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em ____ de _____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Emil Sobottka - PUCRS

Prof. Dr. Rafael Madeira

Profa. Dra. Beatriz Dornelles

Porto Alegre

2012

*A Leandro e Luísa - razões da minha busca
por novos caminhos.*

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e à Capes, que, ao conceder uma bolsa, acreditaram previamente na minha capacidade de concluir o curso e esta dissertação.

Ao professor Emil Sobottka, por acreditar no projeto e incentivar sua concretização.

A todos que me apoiaram, contribuindo para que eu avançasse – pais, sogros, irmã, cunhadas - minha gratidão e o meu propósito de seguir em frente.

Ao Marcos Rolim, pela indicação ao curso e afastamentos do trabalho para a conclusão deste trabalho.

Ao Leandro Fontoura, meu guia, pelas horas roubadas e também compartilhadas e à nossa Luísa, pela imensidão do seu amor, minha fonte de energia.

RESUMO

Esta dissertação analisa a influência da imprensa na adoção de mecanismos de transparência pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) entre 2008 e 2011. Para contextualizar o tema, são apresentados os conceitos de transparência pública e *accountability*, além de suas dimensões e vertentes. O objetivo é jogar luz sobre a atuação da mídia como agente de responsabilização social. Em um segundo momento, é realizado um apanhado histórico do surgimento e da consolidação dos tribunais de contas do país, especialmente no Rio Grande do Sul. Em seguida, são expostas a conjuntura política e as mudanças institucionais sofridas pelo TCE-RS no período estudado e a visão da imprensa sobre a instituição à época. A intenção é reconstituir o cenário existente nos momentos de tomada de decisão em relação à transparência. Por último, a partir de entrevistas com os presidentes que estiveram à frente da instituição no período enfocado, busca-se demonstrar os fatores que influenciaram a Corte no sentido de ampliar a transparência das suas ações e de instituir canais de comunicação com a sociedade. A pesquisa indica que a imprensa foi um dos fatores fundamentais nessa mudança institucional.

Palavras-chave: *Accountability*. Mídia. Tribunal de Contas do Estado. Rio Grande do Sul. Transparência. Acesso à informação.

ABSTRACT

This dissertation analyses the media influence on introduction of transparency processes at Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) between 2008 and 2011. In order to achieve this purpose, first we present the concepts of public transparency and accountability according the literature. The focus is to show how the media acts as an agent of social responsiveness. After, we expose the political context and the institutional changes that occurred at TCE-RS during the period in analyses. The media view of this time is also focused. The objective is to show the context of the decision making moments regarding transparency. Then, we analyses four interviews made with the men who were president of TCE-RS during the period in focus. The interview intent is to reveal factors that influenced the introduction of transparency processes at TCE-RS. Our findings indicate that media played a key role at these institutional changes.

Key-words: Accountability. Media. Transparency. Court of Accounts. Access to Information.

LISTA DE SIGLAS

- ASTC** – Associação dos Servidores do TCE-RS
- ATRICON** – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CEAPE** – Centro de Auditores Públicos Externos do TCE-RS
- CGU** – Controladoria-Geral da União
- CLAD** – Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento
- CNJ** – Conselho Nacional de Justiça
- DETRAN** – Departamento Estadual de Trânsito
- FENASTC** – Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil
- FIA** – Fundação Instituto de Administração
- IRB** – Instituto Rui Barbosa
- LDO** – Lei de diretrizes Orçamentárias
- LRF** – Lei de Responsabilidade Fiscal
- MPC** – Ministério Público de Contas
- ONG** – Organização Não Governamental
- OSB** – Observatório Social do Brasil
- PEC** – Proposta de emenda constitucional
- PET** – Planejamento estratégico
- PGJ** – Procuradoria-Geral de Justiça
- PROMOEX** – Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros
- RS** – Estado do Rio Grande do Sul
- STF** – Supremo Tribunal Federal
- STJ** – Superior Tribunal de Justiça
- TCE-RS** – Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul
- TCs** – Tribunais de Contas
- TCU** – Tribunal de Contas da União
- W3C** – World Wide Web Consortium
- ZH** – Jornal Zero Hora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E <i>ACCOUNTABILITY</i>	12
2.1 TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12
2.2 <i>ACCOUNTABILITY</i> : DIMENSÕES, VERTENTES E ESTRATÉGIAS	16
2.3 <i>ACCOUNTABILITY</i> SOCIAL E MÍDIA.....	22
3 OS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASILEIROS: HISTÓRICO, FUNÇÕES E MODERNIZAÇÃO.....	27
3.1 O CONTROLE EXTERNO NO BRASIL E O TCE-RS	27
3.2 A MODERNIZAÇÃO DO TCERS A PARTIR DO PROMOEX: PREPARAÇÃO PARA ADOÇÃO DA TRANSPARENCIA	35
3.3 CONJUNTURAS POLÍTICAS E MUDANÇAS INSTITUCIONAIS	39
4 A ATUAÇÃO DA IMPRENSA NOS PROCESSOS DE TRANSPARÊNCIA E <i>ACCOUNTABILITY</i> DO TCE-RS.....	45
4.1 JORNAL ZERO HORA: UMA VISÃO SOBRE O TCE-RS	45
4.2 AS INFLUÊNCIAS QUE IMPULSIONARAM A TRANSPARÊNCIA NO TCE-RS	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS.....	76
ANEXOS	82
ANEXO A - PRINCIPAIS TRECHOS DAS ENTREVISTAS CONCEDIDAS	82
ANEXO B – REPORTAGENS, NOTÍCIAS, NOTAS E EDITORIAIS	102

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pretende analisar os fatores que contribuíram para os processos de ampliação da transparência no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) no período de 2008 a 2011. O controle incidente sobre a administração pública é fundamental em uma democracia. Espera-se, que nessas estruturas, a conduta dos agentes públicos e os resultados de suas ações, no regime democrático e republicano, sejam verificados e, quando necessário, sofram sanções (LOUREIRO, ARANTES, COUTO e TEIXEIRA, 2010).

No Brasil, os tribunais de contas são responsáveis pelo controle externo da administração estatal, aferindo as prestações de contas dos agentes governamentais, responsabilizando-os quando verificadas condutas irregulares. Nesse cenário, atuam com atores de *accountability* do setor público, levando os administradores a prestarem contas de suas ações e também a serem passíveis de responsabilização perante elas.

O papel dos tribunais de contas no controle da gestão pública é um tema bastante pesquisado na literatura. Há, porém, uma lacuna que este estudo pretende preencher. Pouco se sabe sobre como as próprias agências de controle da administração pública são estimuladas a ampliar sua transparência e a prestarem contas de seus atos.

O exercício do controle, dizem Loureiro, Arantes, Couto e Teixeira (2010), é fortemente condicionado pela transparência e visibilidade dos atos do poder público. Os autores citam o filósofo italiano Norberto Bobbio para iniciar a reflexão. “Como o governo poderia ser controlado se se mantivesse escondido?” (BOBBIO, 1992, p.87). A argumentação de Bobbio, na concepção desta pesquisa, também poderia ser aplicada às agências de controle da administração pública: como os tribunais de contas poderiam ser controlados se se mantivessem enclausurados?

Ao dar transparência aos seus atos, as instituições permitem que a sociedade seja dotada de informação, condição mínima para que exerça seu papel cidadão de participar das decisões dos governantes. Robert Dahl (1997) diz que existem três situações necessárias para as democracias. São elas: a oportunidade dos cidadãos formularem suas preferências, as condições para que eles possam expressá-las e as chances de tê-las consideradas nas condutas de governo.

A transparência pública é um fator fundamental para a *accountability* social, um conceito desenvolvido por Peruzzotti e Smulovitz (2002) que sugere a existência de uma teia de relações composta por movimentos sociais, ONGs, associações civis e mídia independente. Nesta pesquisa, pretende-se concentrar na atividade da imprensa como geradora de *accountability* social. A hipótese do trabalho é que a imprensa teve significativa influência sobre a criação de mecanismos de ampliação da transparência no TCE-RS. Peruzzotti e Smulovitz (2002) afirmam que os atores de *accountability* social realizam diferentes ações destinadas a supervisionar o comportamento de agências públicas e, ao mesmo tempo, exercem pressão sobre os órgãos de controle para que ativem os mecanismos de investigação e sanção nos momentos necessários.

A importância da imprensa reside no fato de que ela pode exercer, segundo o conceito de Peruzzotti e Smulovitz (2002), *accountability* social sobre as ações de instituições públicas. Isso ocorre por meio da ativação da opinião pública, influenciando desta forma na tomada de decisões do poder público. Assim, se mostra relevante pesquisar como uma agência de controle da administração pública, no caso o TCE-RS, também é chamada a responder à *accountability* social.

A partir de uma revisão bibliográfica, apurou-se as dimensões e condições para o desenvolvimento da *accountability* no cenário brasileiro e o papel de uma mídia atuante nesse processo. Esse é o foco do segundo capítulo deste trabalho. O terceiro traz um apanhado histórico das funções e competências dos tribunais de contas (TCs) no Brasil e no Rio Grande do Sul, os processos de transformação das Cortes impulsionados pelo Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex) e a conjuntura política do período de estudo.

O quarto capítulo avalia a influência da imprensa nos processos de transparência e *accountability* do TCE-RS. Para isso, dois objetivos são traçados: identificar a imagem da instituição retratada pelo jornal Zero Hora em notícias, reportagens, editoriais e notas de opinião e a influência da imprensa na adoção de práticas de transparência. O jornal Zero Hora foi escolhido como fonte de pesquisa amostral do comportamento da imprensa por se tratar do veículo impresso de maior circulação no Estado e também pelo poder de influência política e social que possui regionalmente. Os fatores que levaram o TCE-RS a adotar mecanismos de transparência é o foco da análise qualitativa das entrevistas realizadas a partir de

questionários semiestruturados com os presidentes da instituição no período de 2008 a 2011, ainda no quarto capítulo. Ao jogar luzes sobre esse tema, foi possível investigar que papel a imprensa teve nesse processo, como, por exemplo, na adoção, pelo TCE-RS, de mecanismos que garantem ao cidadão o acesso de informações não disponibilizadas anteriormente. As conclusões estão no quinto e último capítulo.

2 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E *ACCOUNTABILITY*

Este capítulo apresenta os conceitos de transparência pública e de *accountability* e suas vertentes. Estabelece, primeiramente, os dispositivos legais que preveem o exercício da transparência para, depois, ressaltar os efeitos benéficos da sua prática. Em seguida, apresenta os conceitos de *accountability* e o surgimento do termo na administração pública brasileira para, por fim, tratar da influência da opinião pública e da atuação da mídia¹ como agente ensejador de sanções e de responsabilização social.

2.1 TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As iniciativas de transparência na administração pública auxiliam no fortalecimento da cidadania pela população, na medida em que contribuem para a assimilação do princípio republicano do controle social sobre a ação político-administrativa. A Constituição brasileira de 1988, no artigo 37, consagrou a publicidade como um dos princípios da administração pública, obrigando todos os poderes e órgãos a prestarem contas do uso de recursos. Além disso, o artigo 5 prevê o direito de acesso à informação e de obtenção de informações de interesse particular e geral perante os órgãos públicos.

Mais recentemente, no dia 16 de maio de 2012, entrou em vigor a Lei 12.527, a Lei de Acesso à Informação. Considerada um marco na democracia brasileira, ela tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos poderes da União, Estados, Distrito Federal e municípios. A normativa, com certeza, modifica a relação entre a administração pública e a sociedade, mas, por ter entrado em vigor em período subsequente ao analisado nesta pesquisa, não terá seu impacto tratado aqui.

Para Pinho e Sacramento (2009), ao garantir o acesso às informações governamentais, a Constituição institucionalizou a participação da sociedade na gestão de políticas públicas e viabilizou o controle dos atos dos gestores. A partir de então, mecanismos de participação popular vêm sendo implementados – são

¹ A expressão mídia é utilizada nesse trabalho como sinônimo de imprensa, apesar de ter seu significado mais amplo.

conselhos com integrantes da sociedade, modelos de orçamento participativo, plebiscitos e projetos de lei de iniciativa popular. Filgueiras (2011) destaca que, no Brasil, a popularização da transparência surgiu nas reformas gerencialistas da década de 1990, avançando em muitos setores da administração pública. O autor considera que, no país, há bastante informação disponível a atores externos à burocracia estatal, como a mídia, para exercer o controle social.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, Lei Complementar 101/2000), também veio contribuir para o exercício da participação popular nas ações de governo. A LRF fundamenta-se em princípios baseados em planejamento, transparência e participação popular, voltados para a responsabilidade na gestão fiscal, de abrangência nacional e extensiva a todos os poderes da República. O capítulo IX da LRF, intitulado “Da transparência, Controle e Fiscalização”, em particular, define os instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais devem ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

A tarefa de fiscalizar a aplicação da LRF depende essencialmente da atuação dos tribunais de contas, que passaram a apreciar, entre outros pontos, o atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), limites e condições para realização de operações de crédito e gastos com pessoal. Para Moraes (2006), a LRF também reafirmou algumas inovações da Constituição de 1988, como a introdução de mecanismos de atuação concomitante e preventiva dos tribunais de contas.

A LRF promove a ampliação do acesso dos cidadãos à administração estatal já que determina a publicação das informações governamentais em meio eletrônico. Culau e Fortis (2006) dizem que uma das inovações mais recentes do governo na área são os portais de transparência e citam como exemplo a página da Controladoria-Geral da União (CGU).

Em consonância com os preceitos constitucionais da publicidade e da eficiência, e visando a estimular a gestão racional e responsável dos recursos públicos, o portal veicula informações sobre execução orçamentária e financeira dos ministérios. O Portal atua ainda como instrumento de publicização da prestação de contas dos ministérios, revelando à sociedade como os recursos dela extraídos têm sido aplicados (CULAU e FORTIS, 2006, p.8).

Além da CGU, diversas outras instituições passaram a adotar o mesmo mecanismo para disponibilizar informações à população por meio da internet. Em 27 de maio de 2009, foi sancionada a Lei Complementar 131 (LC 131/2009), que obriga a União, Estados e municípios a publicarem suas contas na internet, de acordo com um cronograma estipulado a partir do número de habitantes dos municípios. A lei reafirma, também, a participação popular no ciclo orçamentário e determina que a divulgação de informações sobre a execução orçamentária de despesas e receitas tem de ser de forma detalhada e pormenorizada. Pelos prazos de cumprimento da legislação, os municípios com mais de 100 mil habitantes tiveram um ano, a partir da data da publicação da lei, para atender ao novo dispositivo. Já os municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes tiveram dois anos e os de até 50 mil, quatro anos.

O acompanhamento pelo cidadão das instâncias decisórias depende, antes de tudo, de que ele tenha acesso a informações governamentais. Somente dotado de conhecimento e, também, envolto por uma cultura de cidadania e exercendo a participação popular, ele será capaz de acionar mecanismos de responsabilização dos gestores públicos.

A transparência das ações governamentais não esgota a busca da *accountability* durante os mandatos, porém, é um requisito fundamental para a efetivação de seus instrumentos institucionais, pois, sem informações confiáveis, relevantes e oportunas, não há possibilidade de os atores políticos e sociais ativarem os mecanismos de responsabilização (ABRUCIO e LOUREIRO, 2005, p.283).

A LRF e a LC 131/2009 produziram avanços significativos em relação à transparência, com a divulgação de peças orçamentárias e de prestações de contas, entre outras informações, mas é evidente a necessidade de avançar. Na maioria das vezes, esses documentos são de difícil entendimento. Para que a sociedade possa ter protagonismo, é fundamental que os dados sejam de fácil acesso e compreensão e, assim, não basta apenas o cumprimento da lei pela simples publicação da informação. Martins Júnior (2004) diz que a publicidade é um dos expoentes mais qualificados da transparência. Ela obriga a administração pública a expor seus atos. “A publicidade é o primeiro estágio da transparência administrativa, ao permitir o conhecimento e o acesso; porém, avança sobre os tributos dados por aquela, viabilizando outras funções mais complexas e igualmente derivadas desta” (MARTINS JÚNIOR, 2004, p.19). O autor argumenta que a transparência não é um

instrumento de participação, mas, sim, a ferramenta que proporciona a participação. Ao informar o público, motiva a sua participação e colaboração na tomada de decisão e na escolha de políticas públicas.

As instituições públicas, por sua vez, trabalham rotineiramente com um grande número de dados. Desse universo, como regra, apenas uma pequena parte é disponibilizada à sociedade. São informações que estão ou não ligadas diretamente a sua área de atuação e que podem ser disponibilizadas ao cidadão como forma de incentivar a participação popular, melhorar a efetividade dos serviços governamentais e estimular o controle social. A transparência dos dados apresenta repercussões não apenas na área social, mas também se traduz em benefícios para a área econômica. É o que afirma o World Wide Web Consortium (W3C), um consórcio que agrega empresas, órgãos governamentais e organizações independentes, que visa a desenvolver padrões para criação e interpretação de conteúdos para a web e estimular a adoção de dados abertos.

O Departamento Alemão de Patrimônio Cultural tem publicado ativamente seus dados, permitindo, assim, que sociedades de historiadores amadores e grupos como a Wikimedia Foundation (wikimediafoundation.org) executem suas tarefas com mais agilidade. Isso não resulta somente na melhoria da qualidade dos dados, mas também permite que se reduza o tamanho do departamento – alocando servidores públicos para outros serviços, em vez de apenas redundar o conhecimento que já está sendo construído por colaboradores em rede (World Wide Web Consortium, 2009, p.10).

Martins Júnior (2004) afirma que a transparência incide positivamente em relação aos princípios administrativos da moralidade, legalidade, imparcialidade, publicidade e eficiência. A visibilidade gerada seria um fator psicológico que estimularia o dirigente a adotar práticas da boa gestão. “Em grande parte, os vícios da administração pública devem-se à sigilosidade, cuja redução, além da efetividade do controle, principia com a maior visibilidade” (Martins Júnior, 2004, p.32). Dessa forma, a publicação e a divulgação dos atos e ações governamentais podem influenciar na redução da corrupção. É o que defende Roumeen Islam (2003). Para ele, governos transparentes administram melhor porque a ampliação das informações tende a fazer com que a corrupção seja reduzida. Além disso, garantem que os cidadãos, de posse de informações, sejam dotados de uma maior capacidade de escolha. A disponibilização de informações permite aos cidadãos compreender melhor que a administração pública existe para servi-los e que suas

atividades devem ser transparentes e controladas. Nesse sentido, a transparência pública é um fator determinante na prática da *accountability*.

2.2 ACCOUNTABILITY: DIMENSÕES, VERTENTES E ESTRATÉGIAS

O controle social da administração pública é diretamente ligado à cidadania ativa, base para de uma democracia. Segundo Dahl (1997), existem três condições necessárias para as democracias. São elas: a oportunidade dos cidadãos formularem suas preferências, condições para que eles possam expressá-las e as chances de tê-las consideradas nas condutas de governo. De um modo geral, explicam Arantes e Reis (2010), espera-se que nas democracias a conduta dos agentes públicos e os resultados de suas políticas sejam passíveis de verificação e sanção permanentes. Dessa forma, estaria passível desse controle qualquer agente público, além das próprias instituições.

A expressão *accountability* não possui equivalente em língua portuguesa. Tradicionalmente, tem sido compreendida como sinônimo de processo de responsabilização. Diz respeito à necessidade, especialmente daqueles que ocupam funções públicas, de prestar contas dos seus feitos, confundindo-se com conceitos como responsividade (*answerability*) e confiabilidade (*liability*). O conceito é cada vez mais importante tanto no setor público como no mundo corporativo. Nos papéis de liderança, *accountability* expressa o reconhecimento e a assunção da responsabilidade por ações, decisões e políticas, incluindo a administração, a governança, sob a obrigação de relatar, expor e responder sobre as consequências resultantes. Schedler (1999, p.17) resume o conceito da seguinte forma:

A é sujeito à *accountability* [accountable] de B quando A é obrigado a informar a B sobre suas ações e decisões (passadas ou futuras), a justificá-las e a sofrer punição em caso de eventual má-conduta.

No Brasil, o debate teórico sobre *accountability* surgiu nos anos 90, em meio à segunda geração das reformas do Estado. Para O'Donnell (1998), a responsabilização dos atores políticos pode ser exercida de duas formas: horizontal e vertical. A *accountability* horizontal, segundo o autor, se dá pela existência de agências estatais que têm o direito e o poder legal para avaliar ações ou omissões de outros agentes ou agências de Estado que possam ser qualificados como

delituosas. A atuação dessa forma de controle se dá no âmbito formal das estruturas e poderes do Estado.

[...] para que esse tipo de *accountability* seja efetivo deve haver agências estatais autorizadas e dispostas a supervisionar, controlar, retificar e/ou punir ações ilícitas de autoridades localizadas em outras agências estatais. As primeiras devem ter não apenas autoridade legal para assim proceder, mas também, de fato, autonomia suficiente com respeito às últimas. Esse é, evidentemente, o velho tema da divisão dos poderes e dos controles e equilíbrios entre eles. Esses mecanismos incluem as instituições clássicas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, mas nas poliarquias contemporâneas também se estende por várias agências de supervisão, como os ombudsmen e as instâncias responsáveis pela fiscalização das prestações de contas (O'DONNELL, 1998, p.42).

A outra dimensão *da accountability*, a vertical, tem nas eleições sua principal expressão. Nelas, os cidadãos podem punir ou premiar um mandatário com o seu voto, elegendo-o ou não. As liberdades de opinião e de associação permitem articular reivindicações e denúncias quando há imprensa livre. (O'Donnell, 1998).

Eleições, reivindicações sociais que possam ser normalmente proferidas, sem que se corra o risco de coerção, e cobertura regular pela mídia ao menos das mais visíveis dessas reivindicações e de atos supostamente ilícitos de autoridades públicas são dimensões do que chamo de *accountability* vertical (O'DONNELL, 1998, p.28).

Para Sano (2003), no entanto, o principal problema das eleições consiste na ausência de mecanismos de controle social durante o mandato dos atores políticos. “Assim, os eleitores somente têm a oportunidade de manifestar sua opinião sobre a conduta dos políticos no momento em que depositam seus votos na urna” (SANO, 2003, p.40).

Os mecanismos tradicionais de *accountability* – eleições, separação de poderes e a existência de um sistema de pesos e contrapesos (*check and balance*) – ignoram o crescimento de formas alternativas de controles políticos baseados na participação da população e também de ações da mídia, propõem Peruzzotti e Smulovitz (2002). Para os autores, a noção de *accountability* social busca trazer lições retiradas de uma abundante literatura sobre sociedade civil. Os autores acrescentam uma terceira dimensão que preencheria a lacuna de mecanismos de controle entre uma eleição e outra e defendem a existência da *accountability* social, composta por movimentos sociais, ONGs, associações civis e mídia independente.

As iniciativas da sociedade civil e as investigações midiáticas se organizam em torno de demandas que exigem o cumprimento da lei e do devido processo, expõem e denunciam atos governamentais ilegais, ativam a operação de agências horizontais e monitoram a operação dessas agências. A exposição pública de temas e atos ilegais gera custos de reputação que permitem introduzir questões ignoradas até o momento na agenda pública, forçando as instituições políticas a atender e dar algum tipo de resposta (PERUZZOTTI e SMULOVITZ, 2002, p.34).

De acordo com os autores, a *accountability* social ocupa, assim, o espaço verticalmente, onde os atores políticos podem sofrer sanções apenas de tempos em tempos, nas eleições. Setores da sociedade passaram a ter um papel mais ativo na supervisão dos atos de seus representantes, podendo assim, averiguar se os comportamentos dos atores políticos são exercidos dentro de normas de responsabilidade que dão legitimidade ao vínculo representativo. De uma forma extra-institucional, os cidadãos e as organizações podem agir buscando questionar determinadas decisões ou denunciar irregularidades.

Ao acrescentar a *accountability* social, Peruzzotti e Smulovitz (2002) formatam em uma tabela os diferentes tipos de *accountability* para responder as seguintes questões: o que se controla e quem controla.

Quadro 1 - O que se controla e quem controla

		O que se controla			
			Atores	Políticos	Burocratas
Quem controla	Horizontal	Pesos	Poder Executivo	Veto	Fixação da política Regulação Controle adm. Nomeação e remoção de pessoal
			Poder Legislativo	Impeachment Comissões de Investigação Veto parlamentar	Fixação da política Regulação Controle adm. Nomeação e remoção de pessoal
			Poder Judicial	Revisão judicial	Revisão judicial
	Vertical	Contrapesos	Agências de Controle (ombudsman, tribunais de contas, controladorias)	Controle da legalidade	Controle da legalidade
				Atribuição de investigação	Atribuição de investigação
		Sociais	Mídia Associações e Movimentos Sociais	Investigação e denúncia pública	Investigação e denúncia pública
Mobilização social e denúncia pública Denúncias em agências de controle Litígio ordinário	Mobilização social e denúncia pública Denúncias em agências de controle Litígio ordinário				
	Eleitorais	Cidadãos individuais	Voto		

Fonte: Peruzzotti e Smulovitz, 2002, p 41.

O exercício de *accountability* social se apoia em três estratégias, segundo Peruzzotti e Smulovitz (2002): jurídica, de mobilização e midiática. A primeira consiste na ativação do poder judicial e das agências de controles como mecanismos institucionais de proteção e participação da cidadania. No Brasil, a Constituição de 1988 prevê a ação popular, a ação direta de inconstitucionalidade (que expande o número de atores autorizados e exercer o controle constitucional de direitos), a ação civil pública (que permite que associações sejam autoras da mesma, além do o Ministério Público, Defensoria Pública, União, Estados, o Distrito Federal e os municípios, autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de

economia mista) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. A lei também determina que qualquer pessoa poderá levar ao conhecimento do Ministério Público informações sobre fatos que constituam objeto da ação, inclusive com indicações dos elementos de convicção.

A estratégia de mobilização desenvolvida pelos autores consiste na existência de movimentos de grupos de interesse. Nesse caso, diz Peruzzotti e Smulovitz (2002), o controle é alcançado quando os atores sociais organizados buscam centrar a atenção pública em um problema. “Para que uma mobilização social seja exitosa, o problema tem que se tornar visível, deve mobilizar a opinião pública e tem que impor custos de reputação aos agentes públicos” (PERUZZOTTI e SMULOVITZ, 2002, p.46).

Ao tornar o tema visível à opinião pública e possíveis custos de reputação, a mobilização pode então ativar outros mecanismos capazes de gerar sanções. A terceira e última estratégia disponível para o exercício da *accountability* social é a midiática, a qual o texto irá tratar a diante.

Akutsu e Pinho (2002, p.731) ressaltam que “somente com *accountability* plena, ou seja, com informações públicas e prestações de contas confiáveis por parte dos governantes, devidamente auditados pelos controles externo e interno dos órgãos públicos, os cidadãos podem participar ativamente das decisões públicas”.

O termo *accountability*, explorado por um artigo de Anna Maria Campos (1990) como uma palavra sem tradução no Brasil, hoje já pode ser facilmente verificado na vida política e social no país. Campos (1990) relata que teve seu primeiro contato com o termo durante período em que estudou nos Estados Unidos, em 1975. Na época, o Brasil estava mergulhado em um regime ditatorial e, a democratização e os seus mecanismos estavam longe da realidade. Tempos depois, com uma nova Constituição, redemocratização do país e reformas no aparelho do Estado, surgiu a promessa de tornar a administração pública mais eficiente e controlável (PINHO e SACRAMENTO, 2009).

Atualmente, segundo Arantes e Reis (2010), a constatação de que a ausência de tradução literal para o termo seria decorrente da ausência de sua prática efetiva não faz sentido. O fato, dizem os autores, é que a criação e o fortalecimento dos mecanismos e arranjos institucionais de controle do poder político mudaram a cena democrática brasileira.

Pinho e Sacramento (2009) afirmam que, embora muitos avanços tenham sido conquistados em direção à *accountability*, alguns resquícios do patrimonialismo impedem seu pleno desenvolvimento.

Ao observar as alterações políticas, sociais e institucionais ocorridas no Brasil nesses 20 anos constata-se que, embora muitos passos importantes tenham sido dados em direção à *accountability*, com criação de novas instituições, fortalecimento institucional em geral, a caminhada promete ser longa, principalmente porque ficou caracterizado que no Brasil o surgimento de um novo valor não necessariamente implica extinção do tradicional (PINHO e SACRAMENTO, 2009, p.1364).

O que se observa, dizem os autores, é que, nas últimas duas décadas, há a convivência de um processo de mudança de valores que favorecem a *accountability*, expressos nos vários movimentos (como conselhos, ONGs ligadas à transparência e o papel da imprensa), com fatores que a dificultam e que ainda mostram muita exuberância e capacidade de articulação, reforçando a ideia de que no Brasil a sociedade está dividida entre o moderno e o arcaico.

Iniciativas que reforçam a ideia de que os rumos apontam para adoção de mecanismos de controle da sociedade sobre os governos já são uma realidade no Brasil. A associação Contas Abertas é um exemplo. Criada em 2005, reúne pessoas físicas e jurídicas, lideranças sociais, empresários, estudantes, jornalistas e interessados em conhecer e contribuir para o aprimoramento do dispêndio público, acompanha a aplicação de verbas e, quando necessário, denuncia irregularidades. Entre os seus objetivos estão: tornar disponíveis para a sociedade as execuções orçamentárias, financeira e contábil da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, incentivar a participação do cidadão na elaboração e no acompanhamento dos orçamentos, estimular a fiscalização das contas e a cidadania participativa, especialmente a relação entre o governo e a sociedade, com vistas ao acompanhamento da arrecadação e das despesas.

O desenvolvimento da capacidade da população exercer plenamente sua cidadania foi alertado pelo Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento (CLAD) como premissa para a consolidação de práticas de *accountability*. Pinho e Sacramento (2009) dizem que uma população indiferente à política inviabiliza a adoção de práticas de controle social. O estímulo à cidadania proativa também é defendida por Campos (1990) como forma de criar condições para a participação da sociedade nos processos decisórios dos governos.

Hoje, no Brasil, já podemos dizer que a sociedade caminha nessa direção. Movimentos sociais, imprensa atuante, ampliação e consolidação de canais de transparência fazem parte do cenário social brasileiro. A implantação do Observatório Social do Brasil (OSB), em 2006, se insere nessa realidade. O OSB tem como objetivo estimular a cidadania e formar uma rede de controle das ações dos governos, principalmente em relação a licitações e contratações, além de dotar a população de instrumentos capazes de assegurar a boa aplicação dos recursos públicos.

2.3 ACCOUNTABILITY SOCIAL E MÍDIA

A *accountability* social abarca as iniciativas da população, ONGs e movimentos sociais no sentido de responsabilizar os agentes públicos imputando a eles sanções não previstas institucionalmente. As penas impostas se dariam mais no campo social do que no legal. A principal área de atuação dessa dimensão está na esfera pública e, nesse sentido, a imprensa é uma de suas principais ferramentas.

Powlick e Katz (2008) ressaltam que, sem cobertura da mídia, dificilmente um assunto se torna tema da opinião pública ou motivo de ação política. Para eles, uma discussão não é pública simplesmente por ser realizada num lugar público, como o Congresso, mas é pública quando pode ser percebida pelo público amplo nos canais de mídia.

Outro foco de estudos entre mídia e opinião pública se dá por meio da teoria agenda-setting, desenvolvida no campo da comunicação e cuja ideia básica é a definição, pela imprensa, de quais assuntos merecem atenção do público e dos órgãos governamentais. Estudos de agenda-setting avaliam que, se os meios de comunicação não determinam como as pessoas devem pensar, ao menos fixam os temas que elas devem pensar. Cohen (1963) definiu a agenda-setting como a forma pela qual a mídia estabelece os temas que serão alvos de debate público.

A construção da opinião pública é uma variável dependente do enquadramento dado pela mídia a um determinado fato. O enquadramento, de maneira sintética, é a maneira como o fato é mostrado. Segundo Razuk (2008), a ativação da opinião pública é mais provável quando os assuntos têm efeito direto sobre grandes segmentos da população. A autora afirma que os quadros de

referência que encontram maior ressonância junto à sociedade têm mais chances de provocar ativação. Nesse processo, na visão de Razuk (2008), uma cadeia é gerada onde a mídia ativa a opinião pública que, por sua vez, pressiona os governos. A mudança de comportamento e de decisões não tem causa e efeito gerados de forma imediata, como explica a autora.

Segundo Keohane, ideias influenciam o processo decisório gradualmente. No primeiro momento, através da persuasão e, então, por meio da internalização. A pressão é exercida de fora para dentro, através do constrangimento (*shaming*) e a internalização corresponde à mudança de fato, de dentro para fora. É o momento quando as novas idéias se tornam internalizadas e se tornam paramentos dominantes no processo decisório. (RAZUK, 2008, p.8).

A mídia, como agente de *accountability*, atua de duas formas distintas: como um aliado dos atores sociais, oferecendo visibilidade às suas reivindicações, ou como o jornalismo de investigação, que obtém informações confidenciais, segundo Peruzzotti e Smulovitz (2002). Os autores dizem que a mídia cumpre um papel de apoio similar ao que presta o setor de organizações civis: busca a notícia, supervisiona o desenvolvimento da causa policial, denuncia irregularidades e, em alguns casos, descobre elementos que contribuem para o esclarecimento do caso.

McCombs e Shaw (1972) ressaltam ainda que o mundo político é reproduzido imperfeitamente em cada veículo de comunicação. E concluem: “a evidência neste estudo de que os eleitores tendem a compartilhar as definições compostas pela mídia sobre o que é importante sugerem fortemente a função de *agenda setting* dos meios de comunicação de massa”² (MCCOMBS e SHAW, 1972, p.184).

O trabalho de McCombs e Shaw deu início a um campo de estudos que se espalhou pelo mundo, principalmente no campo da comunicação, e se tornou mais refinado. Em 1983, Cook e uma equipe de pesquisadores já estava interessada em entender como a influência da mídia atingia diferentes grupos de uma sociedade, provocando neles mudança de atitude em relação a temas particulares, assim como alteração em seu rol de preocupações. O texto apresenta resultados de um estudo avaliando o impacto de reportagens de TV sobre o público, líderes de grupos de interesse, membros do governo.

² No original: “evidence in this study that voters tend to share the media's composite definition of what is important strongly suggests an agenda setting function of the mass media”.

Ao analisar a recepção das pessoas às reportagens, os autores concluem que a exposição à mídia altera a visão do público em relação à importância de temas abordados pela imprensa, resultado que sustenta a hipótese da *agenda-setting*. “O público mais amplo que acompanhou a reportagem mudou, de fato, suas percepções sobre a importância do tema e alterou suas prioridades políticas”³ (COOK et al, 1983, p.33).

Não se pode ignorar aqui que a mídia é formada por empresas que possuem interesses comerciais e políticos e, por isso, não podem ser vistos como autônomos e independentes.

Com bem sabemos, os media não são meros canais neutros para outras fontes, mas, sim, organizações que controlam o acesso dos atores sociais aos seus canais e regulam os fluxos de comunicação. Os profissionais da mídia selecionam e editam eventos e discursos, enquadrando significados partir da própria lógica e de seus modos operatórios (MAIA, 2003, p.7).

Independentemente dos interesses defendidos pela mídia, os assuntos levados a público criam espaços de discussão para debates sobre os mais variados temas. Este trabalho não pretende aprofundar a questão da independência midiática e, sim, os resultados das pressões provocadas pela exploração de determinados assuntos como forma da *accountability social*.

Nesse cenário, a opinião pública desempenha importante papel indireto na formação de políticas por constituir elemento muito significativo do ambiente em que operam os sistemas e subsistemas que caracterizam o processo de tomada de decisão. Ela afeta a natureza da construção da agenda mais fortemente do que qualquer dos outros estágios, mas tem também impacto significativo sobre a tomada de decisões porque forma parte importante do ambiente em que se desenvolve a formação de políticas (HOWLETT, 2000, p.183).

Dessa forma, podemos considerar as iniciativas e decisões de uma instituição para tornar-se mais transparente como uma política pública, ou seja, uma decisão de governo. Howlett (2000) sustenta que a opinião não apenas afeta o governo, mas também é afetada por ele. Os governos não seriam recipientes e reagentes passivos, mas teriam um papel ativo na conformação da opinião. O autor conclui dizendo:

³ No original: “The general public who saw the report did in fact change their perceptions of issue importance and altered their policy priorities”.

Ainda que sejam poucas as dúvidas de que o papel desempenhado pela opinião pública é muito menos direto do que sugerem os modelos lineares, isso não significa que é desimportante. A opinião pública é uma 'condição de fundo' importante, com base na qual a formação de políticas ocorre e depende (HOWLETT, 2000, p.186).

Peruzzotti e Smulovitz (2002) defendem uma espécie de círculo de dependência: a sociedade civil informa a mídia e também é informada por ela ativando, ao mesmo tempo, as estruturas legais, provocando uma resposta das mesmas.

A mídia observa e informa sobre a organização e a mobilização da sociedade civil impulsiona a mídia a considerar o tema em questão. Simultaneamente a organização social pode iniciar ações legais, ativando as agências de controle horizontal. Esta combinação de estratégias e iniciativas exerce pressão para que as autoridades ou agências governamentais outorguem tratamento diferencial ao problema (PERUZZOTTI e SMULOVITZ, 2002, p.50).

Os mecanismos, de acordo com os autores citados, parecem ser mais eficientes quando as estratégias de mídia atuam em conjunto com as de movimentos sociais e também judiciais. Os autores afirmam que ao expor um assunto, a mídia acaba por impor constrangimentos, agindo, assim, de forma preventiva e ativando mecanismos de prestação de contas do setor público à população. Mesmo que a exposição não exerça um papel legal de punição ou responsabilização, pode representar, por exemplo, riscos de uma derrota eleitoral, perda de credibilidade, sanções e, ainda, ostracismo público.

O'Donnell (1998) não trata da dimensão social especificamente, mas menciona a ação da mídia independente e das demandas sociais. Schedler (1999) destaca que o termo *accountability* não é um conceito clássico, preciso e duro, e, as mais diferentes dimensões podem estar presentes em graus variados. Já Arato (2002), defende que se considerarmos como único princípio importante o regime de *accountability* de tipo ideal, puro, legal, pode-se estar colocando em risco própria *accountability*. "Mas a pré-condição mais importante para que um sistema de *accountability* realmente funcione é a atividade dos cidadãos nos fóruns públicos democráticos e na sociedade civil" (ARATO, 2002, p.103).

Peruzzotti e Smulovitz (2002) argumentam que a aplicação de sanções, na maioria das vezes, por meio da *accountability* social, é simbólica e creditam a sua força à imputação de penas que abalam a reputação.

Uma vez que a mídia se revela como mecanismo eficaz para controlar e acelerar decisões públicas, as organizações da sociedade civil utilizam esse descobrimento para ascender por um caminho alternativo à Justiça, para buscar atenção das autoridades públicas e para julgar informalmente possíveis atividades ilegais (PERUZZOTTI e SMULOVITZ, 2002, p.38)

A *accountability* social necessita de visibilidade, e a mídia pode ser o caminho mais interessante para se atingir essa meta. “A visibilidade impõe custos de reputação aos agentes públicos que têm de proteger sua imagem moral e profissional para se manterem no cargo” (PERUZZOTTI e SMULOVITZ, 2002, p.47).

Para a doutora em Ciência Política pela University of Nottingham, Rousiley Maia (2003, p.2):

O jornalismo tem sido tratado, desde Edmund Burke, Jeremy Bentham e James Mill, como um dos atores clássicos capazes de promover controle na partilha de poder, através de mecanismos de *checks and balances*, mantendo o governo *accountable* na ordem democrática .

O papel exercido pela imprensa possibilita que os discursos dos atores sociais e políticos ganhem destaque, pautando o assunto e ativando a opinião pública.

3 OS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASILEIROS: HISTÓRICO, FUNÇÕES E MODERNIZAÇÃO

O objetivo deste capítulo é fazer um apanhado histórico do sistema de controle externo da administração pública brasileira, relatando o seu surgimento, consolidação e avanços. Encontram-se também a seguir as raízes do órgão de fiscalização no Rio Grande do Sul, suas formas de atuação, competências, estrutura funcional e organizacional, universo auditado e rotinas de funcionamento.

É apresentado, ainda, o Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex), criado com objetivo de aprimorar a organização e o funcionamento dos tribunais de contas e que veio a subsidiar condições para que a Corte do RS pudesse desenvolver mecanismos de transparência. Nas últimas páginas, contextualizo o período de análise deste trabalho, mostrando um retrato da situação vivida pelo TCE-RS entre os anos de 2008 e 2011.

3.1 O CONTROLE EXTERNO NO BRASIL E O TCE-RS

O surgimento de um sistema de controle da administração pública no Brasil remonta ao período colonial, segundo informações do Tribunal de Contas da União. As Juntas das Fazendas das Capitâneas e a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, jurisdicionadas a Portugal, foram criadas em 1680. Dois séculos mais tarde, já na administração de D. João VI, com a criação do Erário Régio e do Conselho da Fazenda, passou-se a acompanhar a execução da despesa pública. O Erário Régio, com a Proclamação da Independência do Brasil, em 1822, foi transformado no Tesouro pela Constituição Monárquica, apresentando-se então os primeiros orçamentos e balanços gerais.

A ideia de criação de um Tribunal de Contas surgiu, pela primeira vez no Brasil, em 23 de junho de 1826, com a iniciativa de Felisberto Caldeira Brandt, Visconde de Barbacena, e de José Inácio Borges, que apresentaram projeto de lei nesse sentido ao Senado do Império (TCU, 2011).

Somente com as reformas político-administrativas da República, em 7 de novembro de 1890, por decisão do então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, é que

foi implantada a primeira instituição com objetivo de controlar as contas públicas. Surgiu, então, o Tribunal de Contas da União. A sua institucionalização definitiva foi afirmada pelo artigo 89 da Constituição de 1891.

Nas esferas dos Estados, os tribunais de contas passaram a exercer papéis semelhantes. A partir de 1891, começaram a surgir os tribunais estaduais: Piauí (1891), Bahia (1915), São Paulo (1921), Rio Grande do Sul e Ceará (1935), entre outros. A história descrita pelos memoriais do TCU narra um fato arbitrário do então governo de Floriano Peixoto, em 1893, inconformado com a intervenção do órgão em uma decisão que envolvia a nomeação de um parente do ex-presidente Deodoro da Fonseca.

Logo após sua instalação, porém, o Tribunal de Contas considerou ilegal a nomeação, feita pelo presidente Floriano Peixoto, de um parente do ex-presidente Deodoro da Fonseca. Inconformado com a decisão do Tribunal, Floriano Peixoto mandou redigir decretos que retiravam do TCU a competência para impugnar despesas consideradas ilegais. O ministro da Fazenda, Serzedello Corrêa, não concordando com a posição do presidente, demitiu-se do cargo (TCU, 2011).

As Constituições que seguiram, de 1934, 1946 e de 1988 reafirmaram a consolidação da instituição, delegando atribuições como o acompanhamento da gestão orçamentária, análise das contas dos administradores e gestores públicos e exame da legalidade dos atos de admissão e aposentadoria de servidores. Com a Constituição de 1988, o TCU teve um reforço de competências.

Peraro *et al.* (2004) afirmam que, no tocante aos tribunais de contas estaduais e municipais, a Constituição de 1946 previu a criação de Cortes nos Estados nos artigos 31 e 75, prevendo que cada Estado disporia sobre a respeito do tema. O quadro a seguir apresenta, de forma resumida, as transformações sofridas pelo Tribunal de Contas nas Constituições brasileiras.

Quadro 2 - O Tribunal de Contas nas Constituições Federais

Constituição	Contexto Político	Como dispõe sobre o papel do TC	Dispositivo Legal
CF 1824	Império: Independência do Brasil	Não previa a existência de órgão de fiscalização, controle ou similares; Previa apenas a existência do Tesouro.	
CF 1891	Proclamação da República	Criação do TC com poderes de impugnar contas do Executivo.	Art. 89
CF 1934	Revolução de 1930	Amplia as competências do TC com a capacidade de acompanhar, registrar, julgar e emitir parecer sobre as contas públicas.	Art. 99
CF 1937	Estado Novo	Restringe: TC executa apenas o acompanhamento das contas públicas.	Art. 114
CF 1946	Redemocratização	Amplia: Torna o TC órgão auxiliar do Legislativo.	Art. 76
CF 1964	Regime Militar	Restringe: Reduz autonomia do órgão e suspende garantias.	
CF 1967	Regime Militar Emenda Constitucional n.º 1/69	Restringe: Aumenta autonomia do Executivo, deixando-o fora do controle externo; TC não tem capacidade de tomar as contas do Executivo, só de julgá-las.	Art. 71
CF 1988	Nova República: Abertura Democrática	Amplia: Maior competência e área de atuação; mantém o TC como órgão auxiliar do Legislativo; capacidade de emitir parecer prévio sobre as contas dos chefes do Executivo; capacidade de julgar as contas dos demais administradores públicos; auxiliado no controle por outros mecanismos (Comissões Parlamentares, unidades de Controle Interno e iniciativa popular); Executivo perde o monopólio das nomeações que passam a ser divididas com o Legislativo; institui pré-requisitos para a ocupação do cargo de conselheiro; cria o Ministério Público de Contas.	Art. 71

Fonte: MORAES, 2006, p 37.

No Rio Grande do Sul, o Tribunal de Contas foi criado em 26 de junho de 1935, de acordo com o Decreto n° 5.975, do então governador, General Flores da Cunha. As atribuições da instituição não se diferenciavam das dos tribunais implantados em outras unidades da federação, como o acompanhamento da execução orçamentária do Estado e municípios e julgamento das contas dos responsáveis por dinheiro e bens públicos. Inicialmente, foram escolhidos pelo

governador com aprovação da Assembleia Legislativa cinco juízes e um procurador por meio do decreto nº 6.004, de 2 de julho de 1935. Os nomeados passariam a ter as mesmas garantias dos desembargadores do Tribunal de Justiça.

Com a implantação do Estado Novo, em 1937, o país entra em regime de exceção e extingue temporariamente os seus tribunais de contas, permanecendo assim durante seis anos. No final de 1945, com a queda do presidente Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo, os tribunais são reinstalados. O Decreto-lei 947, de 24 de outubro de 1945, reinstalou o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, nomeando sete juízes. Posteriormente, a denominação de juízes foi substituída por ministros e, em 1970, por conselheiros (TCE-RS, 2011a).

Então, sob a batuta do interventor federal, coronel Ernesto Dorneles, nos derradeiros momentos de seu mandato, articula-se e reinstala-se o TCE-RS com a plena função de fiscalizar toda a administração pública estadual, promovendo a reorganização da Corte que, paulatinamente, reconquistará seu antigo espaço, alcançando novas atribuições (XAVIER, 2005, p.7).

A partir da Carta e da Constituição Estadual, ficam estabelecidas as competências do TCE-RS, que compreendem, entre outras, exercer o controle externo das contas dos poderes do Estado e municípios; emitir parecer prévio sobre as contas do governador e dos prefeitos; realizar auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial (acompanhando a execução de programas de trabalho e avaliando a eficiência e a eficácia dos sistemas de controle interno dos órgãos e entidades fiscalizados) e julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por bens, rendas e valores sujeitos à sua jurisdição e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

O retorno à democracia e a promulgação da Constituição de 1988, diz Moraes (2006), devolveu ao Tribunal de Contas antigas atribuições, além de aumentar a sua jurisdição e competência.

A Constituição de 1988 trouxe consigo um esperado fortalecimento dos tribunais de contas. A partir de então, o presidente da República perdeu o poder de cancelar vetos dos Tribunais de Contas, como também se extinguiu a rejeição das representações do tribunal junto ao Congresso Nacional através de decisão por decurso de prazo. Os Tribunais de Contas adquiriram também um maior poder de punição, pois, além de punir irregularidades ocorridas em exercícios anteriores, passaram a analisar os atos administrativos de forma preventiva, onde suas orientações, quando

não atendidas, passam a ser motivo de punição dos responsáveis (MORAES, 2006, p.35).

A competência do Tribunal de Contas encontra-se expressa na Carta Federal e na Constituição do Rio Grande do Sul. A Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei 11.424/2000) e o Regimento Interno (Resolução 544/2000) também definem as áreas de atuação da Corte. Entre suas principais atribuições, está exercer, com a Assembleia Legislativa, o controle externo das contas dos Poderes do Estado e, com as Câmaras de Vereadores, o mesmo controle na área municipal. Não fica expressa nos dispositivos a subalternidade do TCE-RS a qualquer um dos Poderes. A ideia de que os tribunais de contas não pertencem a nenhum dos três poderes é defendida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto (2002). O ministro diz que o TCU se coloca como o Ministério Público, órgão que auxilia o Judiciário, mas não pertence a ele. Nesse caso, o TCE auxilia a Assembleia Legislativa no controle externo, mas não pertence a ela.

Integram o Tribunal de Contas, o pleno, as câmaras, as câmaras especiais e as câmaras especiais reunidas, os conselheiros, a presidência, a vice-presidência, a corregedoria-geral, a auditoria e os auditores substitutos de conselheiros, corpo técnico e os serviços auxiliares e o juízo singular (TCE-RS, 2011c). O corpo do Conselho do TCE-RS é formado por sete conselheiros. Quatro deles são indicados pela Assembleia Legislativa. Um é escolhido pelo governador a partir de uma lista tríplice formada por auditores substitutos de conselheiro. Outro é diretamente indicado pelo governador, e o último sai do Ministério Público de Contas.

O TCE-RS possui três direções: Geral, Administrativa e de Controle e Fiscalização. A Geral tem atribuições ligadas à gestão orçamentária, além de outras. A Administrativa é responsável pelas questões gerenciais da instituição, e a de Controle e Fiscalização tem a competência de coordenar a fiscalização através de auditorias junto aos jurisdicionados, além de todos os processos relativos ao controle externo (TCE-RS, 2011d).

A identidade organizacional da instituição compreende missão, visão, valores e política de qualidade. A missão é a de “exercer o controle externo através da fiscalização e acompanhamento da gestão dos recursos do Estado e dos municípios, em conformidade com os princípios que regem a administração pública, tendo em vista a plena satisfação da sociedade”. A visão de futuro, descrita como “ser reconhecido como instituição paradigma na área do controle externo”, demonstra

o nível de desenvolvimento que o TCE-RS deseja alcançar. Os seus valores, por sua vez, são pontuados pela celeridade, credibilidade, efetividade, ética, justiça, organização e transparência (TCE-RS, 2011e).

O TCE-RS, com 77 anos de existência, tem sua estrutura composta por sete conselheiros, sendo um deles o presidente, que exerce a função por dois anos, e sete auditores substitutos de conselheiro, que, além de suas atividades, entre elas a emissão de pareceres jurídicos, atuam na ausência dos titulares. Segundo Moraes (2006), com esse desenho organizacional, as decisões plenárias possuem caráter institucional, pois passam por uma votação de colegiado, devendo obter maioria simples.

Dessa forma, o trabalho se despersonaliza e a responsabilidade das decisões é transferida para a instituição. O modelo mais evidente é o modelo francês de um Tribunal de Contas em 1807 que abriu outra dimensão para a configuração institucional, e serviu de exemplo para criação de instituições, inclusive o Tribunal de Contas Brasileiro (MORAES, 2006, p.24).

Moraes (2006) afirma também que os tribunais de contas criados em vários países com esse modelo se tornaram cada vez mais autônomos, não mais servindo como meros órgãos assessores do Executivo ou Legislativo. Junto ao Tribunal de Contas, atua o Ministério Público de Contas, que possui corpo técnico colocado à disposição pela Corte. O MPC compõe-se do procurador, que é seu chefe, e de três adjuntos de procurador, bacharéis em Direito e nomeados pelo governador do Estado, tendo como função precípua zelar pela aplicação da lei.

De acordo com o Regimento Interno, entre as atribuições do MPC, estão promover a defesa da ordem jurídica, comparecer a todas as sessões do tribunal, sob pena de nulidade das deliberações adotadas, opinar em todos os processos relativos à função fiscalizadora do TCE-RS, propor a instauração de tomadas de contas especiais e a realização de auditorias e inspeções especiais e extraordinárias, representar a outros órgãos acerca de atos irregulares cuja apuração/responsabilização seja da sua respectiva competência, interpor recursos e propor pedidos de revisão/rescisão e zelar pelo cumprimento das decisões do Tribunal de Contas do Estado.

O corpo técnico do TCE-RS e MPC possui 908 servidores, entre auditores públicos externos (536), oficiais de controle externo (242), cargos comissionados (107),

bibliotecários (2), assistentes de assuntos gerais (6), magistrados (11), procurador-geral do MPC (1) e procurador adjunto do MPC (3) (TCE-RS, 2009).

O TCE-RS audita 1.156 entes na esfera municipal e 95 na estadual. Dos órgãos fiscalizados na esfera municipal, 992 são da administração direta, 57 são autarquias, 43 consórcios administrativos, 4 empresas públicas, 39 fundações, 16 sociedades anônimas, duas sociedades de economia mista e três limitadas. Já na estadual, são 42 órgãos da administração direta, duas associações, nove autarquias, 22 fundações, o governo do Estado, 18 sociedades anônimas e uma sociedade limitada.

Para o desempenho de suas competências, o TCE-RS possui Serviços Regionais de Auditoria em Caxias do Sul, Erechim, Frederico Westphalen, Passo Fundo, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, e Santo Ângelo. Pelo menos uma vez por ano, os auditores visitam cada uma das administrações para verificar a regularidade das gestões, de acordo com um cronograma estabelecido com base em uma matriz de risco. Esse mecanismo, instituído em 2008, permite analisar o risco de ocorrência de irregularidades, como valores movimentados, histórico de falhas e casos anteriores de desvio de verbas, entre outros fatores, estabelecidos pela materialidade, a relevância e a criticidade no ambiente fiscalizado. Dessa forma, a instituição pode concentrar seus recursos pessoais e materiais naqueles jurisdicionados que apresentam um maior risco de cometer irregularidades ou falhas.

As auditorias *in loco* levam a um aprofundado exame dos atos de inativação, pensão e admissão, processos individualizados de gestão fiscal, além de uma diversidade de procedimentos extraordinários em sua totalidade. A grande maioria dos tribunais de contas do Brasil trabalha de forma amostral, diferentemente do trabalho realizado no RS, em que a checagem das informações é realizada na integralidade dos órgãos públicos.

As informações coletadas nas auditorias de campo são consolidadas em relatórios ou acompanhamento de gestão e encaminhadas para a Direção de Controle e Fiscalização. Após, são abertos os prazos para os gestores prestarem seus esclarecimentos. Essas informações são confrontadas por equipe de auditores, na fase de análise de esclarecimentos. Nessa etapa, são confrontados os apontamentos técnicos e as razões oferecidas pelos responsáveis sobre as inconformidades encontradas. Em seguida, os processos são encaminhados ao

MPC, que emite parecer sobre a gestão analisada. O parecer pode ser favorável ou desfavorável à aprovação das contas (TCE-RS, 2011b).

As sessões são dirigidas pelo presidente e, nos seus impedimentos, sucessivamente, pelo vice-presidente, pelo corregedor-geral ou pelo conselheiro mais antigo. As sessões ordinárias, salvo exceções, são realizadas às quartas-feiras, com início às 14h, com, no mínimo, a presença de cinco conselheiros, efetivos ou substitutos e do representante do MPC (TCE-RS, 2011c).

As Primeira e Segunda Câmaras têm composição e quórum de três membros, além de representante do MPC. São presididas por um conselheiro, escolhido pelo pleno na mesma oportunidade em que forem eleitos o presidente, o vice-presidente e o corregedor-geral. De acordo com o artigo 12 do Regimento Interno do TCE-RS, entre as atribuições das câmaras, está emitir parecer prévio sobre as contas dos prefeitos, apreciar, para fins de registro, os atos de admissões, inativações e pensões e julgar recursos.

Já as Câmaras Especiais, criadas pelas resoluções 628/2003 e 677/2004, são formadas, cada uma, por três auditores substitutos de conselheiro, sob a presidência de um conselheiro. Elas foram criadas com o propósito de atender ao regime de exceção instituído para julgamento dos processos que integram o passivo processual histórico do Tribunal de Contas, constituído daqueles autuados em ano anterior a 2002, ainda pendentes de decisão final.

Para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, o TCE-RS dispõe de diferentes tipos de auditoria. Entre elas, a operacional, que avalia projetos e ações executadas por órgãos com a finalidade de analisar a economicidade, a utilização dos recursos financeiros e os resultados das políticas públicas para a sociedade. Já a de acompanhamento de gestão, examina a legalidade e legitimidade das ações do gestor público durante a sua administração. Os atos de admissão e aposentadoria também são analisados pela Corte. Entre as medidas que podem ser adotadas, estão multa, devolução de dinheiro aos cofres públicos e reprovação das contas. A rejeição das contas poderá ensejar, mais tarde, na inelegibilidade do agente público. Essa competência cabe à Justiça Eleitoral.

Anualmente, são emitidos 997 pareceres sobre as contas de gestão fiscal, 992 na esfera municipal (496 Executivos e 496 Legislativos) e cinco na esfera estadual (Executivo, Legislativo, Tribunal de Justiça, Justiça Militar e Ministério Público).

De acordo com o relatório “Panorâmica, Necessidades, Projeções, Demonstrativos e Orçamento (2012)”, além dos processos rotineiros sobre as quais o TCE-RS se dedica, contatou-se que vem crescendo o número de processos que tratam de matérias incidentais. São casos de supostas irregularidades que demandam inspeções determinadas pela presidência ou pelo pleno com base em denúncias recebidas ou em relatórios elaborados pelos auditores. Essas situações demandam ações imediatas de forma a prevenir irregularidades e a má aplicação dos recursos públicos.

Os tribunais de contas atualmente não possuem nenhum mecanismo de controle sobre suas ações, aos moldes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por exemplo. Duas propostas de emenda constitucional (PEC) tramitam no Congresso com a finalidade de criar um Conselho Nacional de Tribunais de Contas. A PEC 28, de autoria do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), apresentada em 2007 quando o parlamentar era deputado federal, é defendida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon). A proposta prevê a criação de um conselho com nove membros, entre ministros do TCU, conselheiros estaduais ou municipais e duas indicações feitas pelo Congresso. Já a PEC 30, também de 2007, defendida pela Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (Fenastc), propõe uma composição de 17 membros, concedendo a participação a servidores e pessoas da sociedade civil, indicadas pelo Congresso.

3.2 A MODERNIZAÇÃO DO TCERS A PARTIR DO PROMOEX: PREPARAÇÃO PARA ADOÇÃO DA TRANSPARENCIA

A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) implicou no aumento das atribuições dos Tribunais de Contas. A LRF representou um marco na gestão fiscal do país, instituindo regras claras e precisas para as finanças de todas as esferas de governo, segundo Moraes (2006). A lei tem por finalidade regrar as finanças públicas, instituindo planejamento e transparência como seus pilares, abrangendo todos os poderes da República e se aplica nas três esferas de governo: União, Estados e municípios; para os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário; para o Ministério Público e para todos os órgãos e entidades pertencentes à máquina pública: administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes (CULAU e FORTIS, 2006).

O cumprimento da lei garante a aplicação equilibrada de receita e despesa dos entes federados, assegurando também a disponibilização das informações das decisões dos gestores públicos. Moraes (2006, p.13) destaca entre os principais pontos da LRF, os mais importantes:

a) Definição de limites com despesa de pessoal em comparação com a receita líquida, em cada nível de governo, detalhando a participação de cada Poder. b) Reafirmação dos limites mais rígidos para o endividamento público, estabelecidos pelo Senado Federal, indicando que o não cumprimento será punido igualmente com mais rigor. c) Estabelecimento de metas fiscais anuais e obrigação de elaboração de relatórios trimestrais de acompanhamento, com a necessidade de criação de Conselhos de Gestão Fiscal. d) Limitação para gastos e os chamados “restos a pagar”, principalmente em anos eleitorais. f) Por fim, e mais importante, proibição de socorro financeiro entre os níveis de governo, reduzindo o risco moral entre agentes públicos e destes para com os privados.

A LRF indica também que os tribunais de contas são os órgãos encarregados da fiscalização do cumprimento das novas regras. O aumento das atribuições da instituição de Contas criou a necessidade de uma reformulação das estruturas dos Tribunais de Contas, diz Moraes (2006, p.17):

A LRF é considerada um ponto de inflexão no processo de ordenamento das contas públicas no país e trouxe uma série de novas atribuições aos TCs, que, a partir de então, se viram obrigados a realizar uma reestruturação organizacional.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão encomendou estudos para diagnosticar as deficiências e necessidades dos tribunais de contas. Os resultados demonstraram a necessidade da criação de sistemas informatizados para recebimento de informações, padronização de procedimentos e conceitos para unificar a atuação e a capacitação dos servidores das Cortes (LOUREIRO, TEIXEIRA, MORAES, 2009).

Com o objetivo de reestruturar os TCs para assumir plenamente as novas demandas, o Ministério do Planejamento lançou em 2001 o Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex) com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e apoio dos 33 tribunais de contas estaduais e municipais. O programa visa ao fortalecimento do sistema de controle externo através do aperfeiçoamento das relações intergovernamentais e interinstitucionais, além do

controle do cumprimento da LRF. O Promoex está em funcionamento desde 2006, com apoio técnico da Atricon e do Instituto Rui Barbosa (IRB).

Uma pesquisa contratada pelo Ministério de Planejamento, realizada em 2002 pela Fundação Instituto de Administração (FIA), que mais tarde serviria de base para a implantação do Promoex, apontou que, entre as deficiências dos tribunais de contas estaduais e municipais, estavam: baixa integração externa (notadamente entre os diversos tribunais, poderes e a sociedade), processos de planejamento incipientes, baixo nível de envolvimento e comprometimento do corpo técnico da instituição, defasagem gerencial e tecnológica dos procedimentos de trabalho e gestão de tecnologia da informação em um estágio de amadurecimento.

Com base na pesquisa, o Promoex foi dividido em componentes de caráter nacional e local. Entre os primeiros, estão desenvolvimento de vínculos interinstitucionais entre os TCs e destes com o governo federal, redefinição dos procedimentos de controle externo com ênfase no cumprimento da LRF e desenvolvimento de políticas e gestão de soluções compartilhadas e cooperação técnica. Os componentes locais agrupam o desenvolvimento de vínculos com poderes e instituições dos três níveis de governo e com a sociedade, a integração dos TCs ao ciclo de gestão governamental, a redefinição das metodologias, técnicas e procedimentos de controle externo, o planejamento estratégico e modernização administrativa, o desenvolvimento de política e de gestão de tecnologia da informação e a adequação da política e gestão de pessoal.

Os recursos previstos para investimentos na data da assinatura do contrato, em setembro de 2005, eram de US\$ 64,4 milhões, com adicional de US\$ 25,8 milhões, sendo US\$ 21,9 milhões provenientes de contrapartida dos tribunais municipais e estaduais. O prazo para a execução do programa foi de quatro anos, obedecendo a um cronograma de desembolso previsto para cada ano.

Mesmo antes da liberação dos recursos para os investimentos nas áreas deficitárias dos TCs, Moraes (2006) aponta que a forte integração entre os tribunais, gerada a partir do Promoex, pode ser considerada um dos principais estímulos à modernização das instituições.

Em sua maior parte, essas inovações abordam a temática da accountability democrática, evidenciando iniciativas que visam ampliar a transparência das contas públicas e o estímulo à participação da sociedade civil na fiscalização da administração pública (MORAES, 2006, p.86)

Loureiro, Teixeira e Moraes (2009) afirmam que, para dar resposta à exigência constitucional de que os TCs estabeleçam relação mais próxima com a sociedade, foi necessário construir novos aparatos institucionais, como as ouvidorias, as escolas de Contas e serviços como “disque denúncia”, “canal do cidadão” e “fale com o presidente”. Esses canais possibilitaram aos cidadãos se aproximar da instituição e exercer sua cidadania.

O Promoex foi dividido em cinco categorias: capacitação, consultoria, equipamentos e sistemas de informação, material de apoio e comunicação e instalações físicas. Neste trabalho, é importante destacar os investimentos na área de comunicação, uma vez que eles, somados a outros fatores, resultaram na adoção de práticas que aumentaram a transparência pública e a accountability no TCE-RS.

As ações do Promoex no TCE-RS começaram a ser desenvolvidas em 2006. Para atender as deficiências a serem sanadas na pesquisa da FIA, a Corte apontou em relatório as ações que deveriam ser atendidas, como o desenvolvimento de vínculos interinstitucionais com outros poderes e a sociedade, integração ao ciclo de gestão governamental, redesenho dos métodos e técnicas e procedimentos de Controle Externo, entre outros. Inicialmente, a execução do programa estava prevista para duas etapas de três anos cada. Devido a dificuldades na realização de procedimentos, como licitações para aquisição ou contratação de serviços, a primeira etapa foi atrasada e prorrogada diversas vezes, sendo estabelecido prazo para sua conclusão em junho de 2012 sem a confirmação da realização da segunda etapa. Entre as dificuldades encontradas, está a adequação às normas internacionais de licitação para aquisições de bens ou serviços, que deveriam ser seguidas, já que havia aporte de recursos externos.

Até junho de 2011, foram investidos R\$ 5,6 milhões na modernização do TCE-RS, sendo R\$ 3,4 milhões subsidiados pelo BID e R\$ 2,2 milhões de contrapartida da instituição, respectivamente 60,39% e 39,61% do valor total dos recursos.

Trata-se aqui apenas do subcomponente 2.1 do projeto de modernização do TCE-RS, que corresponde ao desenvolvimento de vínculos com a sociedade, já que os investimentos realizados pelo Promoex nessa área foram fundamentais para que a instituição ampliasse seus canais de comunicação com a sociedade, fator fundamental para a transparência e accountability. O subcomponente 2.1 tem por finalidade fortalecer os mecanismos de transparência administrativa, de

comunicação, de parceria, de intercâmbio e de integração com outros poderes e instituições e com a sociedade, visando melhorar a eficácia e efetividade do Controle Externo.

Como meta, foram estabelecidas ações de interação com os poderes do Estado, Ministério Público, cidadãos e sociedade em geral. Para os problemas apontados na pesquisa da FIA – como o desconhecimento por parte do TCE-RS da percepção externa sobre sua atuação, deficiência na comunicação com a sociedade organizada e ausência de iniciativas para que os resultados de seus trabalhos sejam considerados como insumo no processo de formulação e implementação de políticas públicas – foram adotadas as seguintes ações: pesquisa de opinião, criação de uma nova homepage e publicação de cartilhas de orientação sobre a atuação do TCE-RS.

Os investimentos no subcomponente 2.1 chegaram a R\$ 311 mil, sendo R\$ 6 mil do BID e R\$ 305 mil do TCE-RS. A aplicação de pesquisa sobre a imagem da Corte e implantação de uma nova homepage foram fundamentais para as ações na área de comunicação institucional. A pesquisa possibilitou identificar como a sociedade vê o TCE-RS, mapear os pontos que precisam ser desenvolvidos e, a partir disso, traçar metas para atender as carências institucionais. Já a homepage possibilitou ampliar o controle social da própria instituição e também da administração pública.

Os recursos do Promoex possibilitaram ao TCE-RS reestruturar mecanismos de comunicação com a sociedade, mas o que determinou o conteúdo e o preenchimento desses canais foi a vontade dos administradores da instituição, pressionados e motivados por fatores externos, como veremos mais adiante.

O novo Portal, lançado em dezembro de 2010, apresentou aumento de 300% no número de denúncias recebidas pela instituição através do canal da ouvidoria no primeiro semestre de 2011, comparado com o mesmo período do ano anterior. A nova ferramenta tornou mais acessíveis dados e informações que antes eram de difícil obtenção, estimulando assim o acesso ao portal e a fiscalização por parte da sociedade a aplicação dos recursos públicos.

3.3 CONJUNTURAS POLÍTICAS E MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

O Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, nos últimos anos, passou por profundas transformações no que diz respeito à comunicação com a sociedade. Parte dessas mudanças se deve às conjunturas gerenciais vividas pela instituição. Na sequência, analisa-se o período entre os anos de 2008 e 2011. Durante esse ciclo, a instituição foi comandada por quatro presidentes: João Luiz Vargas, Porfírio Peixoto, João Osório e Cezar Miola.

O conselheiro João Luiz Vargas ingressou no TCE-RS em 2003, indicado pela Assembleia Legislativa. O ex-deputado teve quatro mandatos estaduais pelo PDT e foi prefeito de São Sepé, onde iniciou sua vida política. Foi na sua gestão como presidente que a Corte iniciou um processo de comunicação com a sociedade. Implantou a Webrádio TCE-RS, que transmite as sessões plenárias ao vivo, além de conteúdo das decisões plenárias e administrativas. O atendimento a imprensa passou a receber, em seu mandato, um espaço maior, e os diretores e supervisores, muitas vezes, eram autorizados a falar em nome do TCE-RS.

As iniciativas voltadas para a estruturação de canais de comunicação com a sociedade, como o novo Portal TCE-RS, começaram a ser desenvolvidas nesse período. A gestão de Vargas foi marcada por turbulências institucionais e políticas devido a acusações de envolvimento em fraude que teria desviado R\$ 44 milhões do Departamento de Trânsito do RS (Detran-RS). A suscitada fraude foi denunciada por Ministério Público Federal e apurada pela Polícia Federal.

A investigação, batizada de Operação Rodin, teve como foco analisar supostas irregularidades em contratos firmados com fundações para prestação de serviços de exames práticos e teóricos de direção veicular.

As condutas ilícitas verificadas giram em torno de uma fraude central, qual seja a da contratação, por órgãos públicos, mediante dispensa de licitação, das Fundações de Apoio vinculadas a Universidade Federal de Santa Maria, supostamente amparada no art. 24, XIII, da Lei 8.666, para a realização de atividades diversas, cuja realização, todavia, é incumbida a terceiros, aos quais se repassa praticamente toda a remuneração percebida (muitas vezes valores expressivos, em contrapartida por serviços pífios, a indicar superfaturamento), repasse este que beneficia financeiramente, de forma direta ou indireta, os próprios responsáveis pela contratação (titulares ou responsáveis pelos órgãos públicos) e subcontratação (integrantes das Fundações de Apoio) e, ainda, lobistas que conseguem obter o contrato (JUSTIÇA FEDERAL, 2007).

As investigações apontaram supostos indícios de recebimento de valores por Vargas. A quebra dos seus sigilos fiscal e bancário foi autorizada pelo Superior

Tribunal de Justiça (STJ). Diante das acusações e pressionado pelos demais conselheiros, o então presidente pediu afastamento do cargo. O envolvimento do então presidente da Corte no escândalo abalou a imagem da instituição perante a sociedade e também provocou uma crise de legitimidade. O principal questionamento, em diferentes formulações, era expressivo: como uma instituição responsável pela boa aplicação dos recursos públicos tinha a sua frente um presidente envolvido em suspeitas de irregularidades? Em entrevista ao Jornal Zero Hora, o presidente do Centro de Auditores Públicos Externos do TCE-RS (Ceape), Amauri Peruso, relata a situação:

Houve um desconforto maior quando João Luiz Vargas estava sob investigação e seguia à frente do tribunal. Nos municípios, cobravam dos auditores: “Como vão fazer uma auditoria aqui, se o presidente é investigado por corrupção?” (ZERO HORA, 2011, p.8).

As suspeitas fizeram com que o Tribunal fosse assunto frequente na mídia, foco de reportagens negativas. Com o afastamento de Vargas da presidência, em setembro de 2009, o conselheiro Porfírio Peixoto assumiu a função. Porfírio, também ex-deputado, foi indicado para ocupar a vaga de conselheiro pela Assembleia Legislativa. O economista elegeu-se deputado estadual, exercendo a função por quatro mandatos consecutivos. Com a redemocratização do País, Porfírio Peixoto fez parte do grupo de constituintes responsáveis pela composição da Constituição Estadual. Depois de concluído o trabalho, no final de 1989, deixou a Assembleia para assumir o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, atividade que se afastou devido aposentadoria compulsória em abril de 2010. Seu mandato como presidente do TCE-RS, em 2009, teve curta duração, apenas três meses para finalizar a gestão de Vargas. Em 21 anos como magistrado do TCE-RS, Porfírio também exerceu a presidência nos anos 1998 e 1999.

Em dezembro de 2009, o conselheiro João Osório tomou posse como presidente. Advogado e técnico em contabilidade, Osório ingressou na Corte em maio de 2005, indicado pelo governador Germano Rigotto. Na Assembleia Legislativa, exerceu cinco mandatos como titular. Assumiu pela primeira vez em 1986, após ter sido eleito suplente da bancada do PMDB em 1982. Suas ações priorizaram os interesses do funcionalismo público, principalmente dos servidores da segurança pública. Entre 1966 e 1972, atuou na Brigada Militar. Filho de agricultores

sem terra, alfabetizou-se somente aos 18 anos. Na infância e adolescência, trabalhou como engraxate, cobrador de ônibus e entregador de jornais.

Em seu discurso de posse na presidência, Osório destacou a participação da sociedade na fiscalização da aplicação dos recursos públicos e a necessidade da adoção de práticas que garantam a transparência (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, 2009). Com a função de tornar as ações do Tribunal de Contas mais visíveis, foi chamado para assumir a comunicação institucional o ex-deputado, sociólogo e ex-deputado Marcos Rolim⁴.

A Rolim caberá coordenar a Comunicação Social do TCE e, mais do que isso, tentar recuperar a imagem do tribunal – abalada principalmente pelas suspeitas relacionando o ex-presidente João Luiz Vargas à fraude do Detran (ZERO HORA, 2009, p.8).

A gestão de Osório, com o conselheiro Cezar Miola na vice-presidência, foi marcada por ações que objetivaram uma maior comunicação com a sociedade e consequente transparência da instituição. Entre os mecanismos adotados, está a disponibilização no site dos nomes dos servidores do TCE-RS com seus respectivos cargos e salários, além das informações sobre os magistrados e estagiários. Para facilitar a comunicação com a sociedade e mídia, foram adotadas ferramentas para facilitar a divulgação das decisões administrativas e da Corte, como a criação de um blog e também em um espaço nas redes sociais por meio de conta no *Twitter*. O blog foi utilizado até que o novo portal do TCE-RS entrasse no ar, em dezembro de 2010.

No conteúdo do Portal, foram disponibilizadas muitas informações como o nome de todos os servidores e valores dos salários por cargo, o gasto dos funcionários e conselheiros com diárias, os processos julgados e as decisões plenárias, contratos dos governos estadual e municipais com empresas, o andamento das obras públicas e a transmissão ao vivo das sessões plenárias na webrádio.

A transmissão das sessões ao vivo, tanto das Câmaras quanto do Pleno, ofereceu uma oportunidade de interação com a cidadania, viabilizando o acompanhamento dos debates travados pelo Tribunal na tomada de decisões.

⁴ Então filiado ao PT, Rolim exerceu um mandato como vereador em Santa Maria, dois mandatos na Assembleia Legislativa e um na Câmara dos Deputados.

Uma avaliação das notícias publicadas na mídia realizada pela própria instituição verificou que o índice de notícias positivas sobre o TCE-RS publicadas na mídia impressa aumentou 22% no primeiro semestre de 2010 comparado ao mesmo período do ano anterior, quando as críticas sobre o envolvimento do então presidente no escândalo do Detran eram frequentes. Entre janeiro e junho de 2010, foram publicadas 52 notícias positivas a mais do que no mesmo período em 2009 (TCE-RS, 2010).

As conjunturas políticas pelas quais a instituição foi influenciada desenharam um cenário que estimulou a adoção de medidas que trouxeram uma nova dimensão para a atuação do TCE-RS. Criticado até então por sua hermeticidade e pela falta de comunicação com a sociedade, passou a ser alvo de destaque da mídia por sua atuação como fiscalizador dos órgãos públicos.

Com a aposentadoria de Osório, em junho de 2011, assume a presidência o conselheiro Cezar Miola. Com trajetória pública diferente da maioria dos conselheiros, Miola ingressou no TCE-RS por concurso público, em 1992, no cargo de auditor público externo. Em 1998, novamente por concurso, assumiu o cargo de adjunto de procurador do Ministério Público de Contas e, em julho de 2000 foi promovido ao cargo de procurador, desempenhando as funções de procurador-geral até 2008, quando passou a ocupar o cargo de conselheiro, na vaga reservada ao representante do MPC. A posse de Miola gerou expectativa positiva na mídia, já que o novo representante da instituição não tinha raízes no campo político.

Nunca a autonomia do Tribunal de Contas do Estado (TCE) esteve sob tanta expectativa como agora, quando o conselheiro Cezar Miola se prepara para assumir a presidência. Trata-se de um auditor de carreira, um técnico que durante oito anos foi procurador-geral do Ministério Público de Contas — ou seja, Miola já esteve do outro lado, denunciando corruptos e apontando anomalias no trato com o dinheiro público. Era um fiscal da lei, não o julgador que se tornou em 2008 (ZERO HORA, 2011, p 6).

Em seu discurso de posse, Miola destacou que o combate à corrupção deveria ser compreendido como um instrumento para garantir que os recursos públicos chegassem a seu destino e que, entre as prioridades de sua gestão, estavam a valorização do corpo técnico da instituição, o uso de tecnologias para aperfeiçoar a atuação da Corte, a transparência das ações e a integração com os demais órgãos de controle. Com um técnico em seu comando, a instituição teve, em

parte, a crítica da influência política em suas decisões, reduzida⁵. Outro fator que pode ser considerado, apesar de merecer um estudo mais aprofundado, foi o aumento das denúncias à instituição. Em 2011, Ouvidoria da Corte recebeu 3.646 denúncias, enquanto que durante todo o ano de 2010, foram 1.341 registros. O fato sugere um aumento de credibilidade da instituição e está certamente correlacionado à implantação do novo Portal, que facilitou o encaminhamento das denúncias.

Na análise do período estudado, focada nas ações voltadas à transparência, são notáveis os avanços conquistados pela instituição tanto em disponibilizar informações em relação à sua própria atuação, quanto naquelas referentes à administração pública estadual e municipal. No que diz respeito ao exercício das suas competências, questões como a divulgação das pautas de julgamento, a disponibilização das decisões, a transmissão ao vivo das sessões plenárias e a publicação de notícias sobre as principais decisões da Casa são fatores que demonstram a vontade institucional de tornar suas ações mais transparentes e de fácil acesso à população, sobretudo quando comparado com as gestões anteriores do órgão de controle.

⁵ A separação entre técnicos e políticos, usual nos noticiários brasileiros, não deixa de refletir uma visão superficial a respeito da natureza da função pública, notadamente no que diz respeito aos dirigentes dos Poderes. Independentemente da maior ou menor formação técnica dos chefes de Poder e dos gestores, suas decisões serão sempre políticas, vez que esta é, por definição, a própria natureza das suas responsabilidades.

4 A ATUAÇÃO DA MÍDIA NOS PROCESSOS DE TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY DO TCE-RS

Cerne desta pesquisa, o presente capítulo pretende resgatar, através da análise das reportagens, editoriais e notas publicadas pelo jornal Zero Hora, a visão do veículo sobre o TCE-RS ao longo dos anos de 2008 até 2011. A intenção é mostrar como as decisões da Corte repercutiam junto ao tecido social. O material serve ao estudo como uma amostra do comportamento da imprensa em relação à instituição no período.

A partir deste cenário, segue para o exame de entrevistas com os quatro conselheiros que ocuparam a presidência da Casa na fase contemplada pelo estudo. A escolha por este recorte não é aleatória. Busca especificamente uma fase em que a instituição, mergulhada em uma crise, escolhe novos rumos. Os questionamentos aos presidentes tiveram como objetivo evidenciar as reações da instituição para prestar contas de suas ações à população e os fatores que a influenciaram na tomada de decisões em busca da transparência de seus atos.

4.1 JORNAL ZERO HORA: UMA VISÃO SOBRE O TCE-RS

Uma Corte com altos salários, contaminada pelo nepotismo, denúncias, escândalos e politização, com sua efetividade colocada em xeque, e que, após chegar em situação limite, começa um processo de recuperação, tornando-se mais transparente. Esta é a imagem do TCE-RS extraída das reportagens do jornal Zero Hora (ZH), entre 2008 e 2011.

ZH é integrante do Grupo RBS, uma das maiores empresas de comunicação multimídia do país, sendo líder de mercado no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, em todos os segmentos de mídia tradicional que atua. Possui em torno de seis mil colaboradores, o que coloca o grupo como o segundo maior empregador de jornalistas do país, segundo informações disponibilizadas em seu site⁶. ZH foi fundada em 1964 e adquirida pelo Grupo RBS em 1970, sendo hoje, líder em circulação e leitura no Estado, motivo pelo qual foi adotada como fonte de pesquisa para a realização deste trabalho. O material analisado nesta pesquisa abrange

⁶ Informações disponíveis em <www.gruporbs.com.br>

reportagens publicadas na Editoria de Política e também em editoriais publicados pelo jornal, que refletem a opinião da empresa em relação aos acontecimentos.

Em reportagem publicada em novembro de 2007, intitulada “O que faz do TCE-RS um reduto de supersalários”, o jornal cita que o principal fator para os altos vencimentos são incorporações de funções gratificadas, que podiam ser realizadas até o ano de 1996.

A revelação de que o TCE é um ninho de supersalários, divulgada pela Secretaria da Fazenda, causou alvoroço na Corte, criada há 72 anos com o objetivo de fiscalizar e julgar as contas de governador, prefeitos, deputados e vereadores (ZERO HORA, 2007, p.9).

A matéria traz também informações sobre cada um dos conselheiros e a faixa salarial declarada por três deles, os demais invocaram razões de segurança para não informar seus ganhos. Na mesma reportagem, a politização da Corte, pelo fato de parte do Conselho ser indicado pela Assembleia Legislativa e pelo chefe do Executivo, é criticada com o argumento de que a análise das contas do Estado tenderia a ser mais suave, enquanto para os municípios a avaliação seria mais dura.

A suspeita do envolvimento do então presidente da Corte, João Luiz Vargas, no escândalo do Detran, colocou a credibilidade da instituição em xeque e pressionou o afastamento do dirigente do cargo. Uma representação do Ministério Público de Contas, através do procurador-geral, Geraldo Costa da Camino, pediu o afastamento de Vargas da presidência. No primeiro momento, uma decisão do Conselho do TCE-RS determinou a abertura de procedimento de apuração das denúncias. Em ZH, a iniciativa foi alvo de um editorial intitulado “Depuração da Verdade”, que credita à mídia o papel de expositora das irregularidades que serviriam para uma depuração ética que a população haveria de promover no Estado.

Não fosse a ampla cobertura que a mídia vem dando aos trabalhos parlamentares, dificilmente a população teria conhecimento do teor das gravações feitas pela Polícia Federal com os operadores das fraudes do Detran. Assim, é importante que se destaque o processo em andamento no Tribunal de Contas. O esclarecimento das dúvidas que pairam sobre ações que teriam sido praticadas pelo próprio presidente de uma corte cuja finalidade é investigar e fiscalizar o uso adequado dos recursos públicos ganha um caráter exemplar (ZERO HORA, 2008, p.16).

Um novo abalo, considerado pelo então presidente, Porfírio Peixoto como o golpe mais duro, reacendeu as críticas em relação à instituição. Valores exorbitantes gastos em diárias, nepotismo, uso de placas frias em veículos e sumiço de processos foram as denúncias realizadas pelo auditor substituto de conselheiro Aderbal Amorim durante uma sessão plenária no dia 11 de junho de 2008. A situação vivida pela instituição foi retratada pela reportagem “TCE vive crise de credibilidade”, que mostrou detalhadamente as denúncias feitas pelo auditor e as tensões vividas pela Corte naquele momento.

Mas a credibilidade do órgão fiscalizador do erário tem sido minada por sucessivos golpes. Para recordar: É no prédio de quatro andares, na Sete de Setembro, 388, às margens do Guaíba, que se encontram alguns dos mais altos salários do Estado. Dos 1,2 mil funcionários, 130 recebem acima de R\$ 22.111. É lá que se abrigam políticos em fim de carreira. As punições, com raras exceções, estão longe de afugentar políticos ineptos ou corruptos (ZERO HORA, 2008, p.4).

O afastamento de Vargas do cargo de presidente viria no ano seguinte, no dia 15 de setembro de 2009, após o seu indiciamento como réu em ação de improbidade administrativa ajuizada por procuradores da República na Justiça Federal e pela quebra dos seus sigilos bancário e fiscal pelo STJ.

Conforme reportagem publicada um dia após o pedido de afastamento, a renúncia foi provocada por pressões dos demais conselheiros preocupados com a credibilidade da Corte perante a sociedade. O pedido de licenciamento foi encaminhado pelo dirigente com a justificativa da necessidade de tratamento de saúde. O episódio motivou o jornal a se posicionar novamente em editorial. Desta vez, classificando como insuficiente o afastamento do então presidente do cargo, atribuindo a politização do Conselho como fator de falta de eficiência do órgão e questionando a existência da instituição.

Diante da gravidade dos fatos, o gesto (a renúncia), porém é insuficiente para evitar ainda mais danos à própria instituição, na qual deformações incompatíveis com suas atribuições vêm se acumulando há mais tempo [...]. O caso do TCE gaúcho é ainda mais grave pela suspeita de irregularidades envolvendo justamente quem deveria zelar para que elas não ocorram. Por isso, é preciso que o desfecho não se restrinja à troca de comando, mas inclua mudanças capazes de justificar a existência de uma instituição tão dispendiosa e com tantos vícios (ZERO HORA, 2009, p.16).

Após a renúncia à presidência e ao afastamento das funções de conselheiro, Vargas não retornaria mais à Corte. Em 13 de novembro do mesmo ano, teve sua aposentadoria publicada no Diário Oficial do Estado. O comando do TCE-RS foi

repassado, então, ao conselheiro Porfírio Peixoto, através de eleição. Ele cumpriu o restante do mandato de Vargas. O período encerrou-se em dezembro do mesmo ano, com a realização de uma nova eleição.

A saída acirrou a disputa pela vaga na Corte entre os deputados na Assembleia e trouxe para a pauta da mídia a discussão da forma de indicação dos conselheiros e a politização da Corte, já criticada em outros momentos pelo jornal em espaço reservado para expressar sua posição.

O pressuposto é que, ao contrário da maioria dos nossos Tribunais de Contas, sejam isentos de qualquer viés político-partidário, o que tende, muitas vezes, a dar margem a uma deplorável atuação de faz-de-conta. (ZERO HORA, 2007b, p.16).

Paralelamente ao episódio envolvendo Vargas, o jornal criticava a falta de adoção do teto salarial pela instituição confirmado pelo STF em R\$ 22.111,25. Segundo o jornal, a instituição, além de pagar vencimentos acima do valor fixado, seguia autorizando incorporações de vantagens aos salários.

Mais do que isso, em cerca de três dezenas de casos, uma instituição como o TCE, que vem sendo cobrado a agir mais contra o mau uso do dinheiro público, tanto interna quanto externamente, segue pagando vencimentos superiores a R\$ 30 mil, o que é difícil de aceitar (ZERO HORA, 2008b, p.20).

O trecho do editorial reflete a cobrança da sociedade pela moralização e pela adoção de práticas condizentes com o bom exercício da administração pública. Argumentos oferecidos pela Corte para não realizar os cortes salariais, como a irredutibilidade dos salários, foram alvo de questionamento de legitimidade pelo jornal.

O paradoxo parece não ter fim: o órgão de fiscalização por excelência não controla nem mesmo sua própria gestão numa questão que obviamente não é desimportante já que trata da remuneração de cada um dos 800 servidores da instituição (ZERO HORA, 2009, p.16).

A vaga aberta no Conselho deixada com a aposentadoria de Vargas trouxe à tona uma antiga demanda social em relação à instituição: a mudança na forma de indicação dos conselheiros. A posição, de acordo com o rodízio de indicações, deveria ser preenchida por uma indicação da Assembleia Legislativa, que escolheu o deputado Marco Peixoto (PP) para ocupar a cadeira. De acordo com a Constituição Federal, para ocupar o cargo de conselheiro, o candidato deve ter entre 35 e 60

anos, reputação ilibada, notório saber jurídico, possuir conhecimentos sobre economia, finanças, contabilidade e administração e ter, no mínimo, dez anos de vida pública. Reportagem publicada por Zero Hora, no dia seguinte à sabatina realizada ao então deputado e candidato a conselheiro, expôs os argumentos contrários à indicação de Peixoto discutidos no momento.

Ele não possuiria notórios conhecimentos jurídicos, econômicos e administrativos, conforme determina a Constituição Federal. Por atuar como deputado da base governista, ele seria parcial ao analisar as contas públicas do Estado. A sociedade exerce pressão pela despolitização dos Tribunais de Contas em todo o país (ZERO HORA, 2009, p.8).

Um movimento interno, liderado pelas entidades representativas dos servidores do próprio Tribunal de Contas do RS, a Associação dos Servidores do TCE-RS (Astc) e o Centro dos Auditores Públicos Externos (Ceape), tentou alterar o cenário, indicando o professor de Direito Constitucional Eduardo Carrion para a vaga no Conselho. O principal argumento das entidades é no sentido de que a carta Magna não afirma que a carreira política esteja entre os requisitos necessários. O movimento trouxe para o debate público o tema.

Ao mesmo tempo, a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público abriu expediente para analisar a legitimidade da indicação de Peixoto para a vaga de conselheiro. No dia da publicação da nomeação de Peixoto no Diário Oficial do Estado, uma denúncia de irregularidade contra o parlamentar vinha a público. O editorial “Sob Suspeita” afirmou ser evidente a irregularidade praticada pelo político e novamente coloca em xeque a credibilidade da Corte.

A verdade é que a credibilidade da Corte já está bastante abalada com tantas suspeições. Mas quem realmente precisa de proteção são os cidadãos, que acompanham desiludidos esta marcha de acontecimentos desagradáveis e ficam, cada vez mais, com a impressão de que as salvaguardas são insuficientes para protegê-los. Um Tribunal de Contas julga contas públicas, seus integrantes têm que ter, além do conhecimento jurídico e técnico exigido, a confiança dos cidadãos (ZERO HORA, 2009, p.18).

A denúncia levou o Ministério Público de Contas a protocolar no TCE-RS uma representação para impedir a posse até que os fatos fossem esclarecidos. Peixoto encontrava também resistências dos próprios conselheiros que temiam que as suspeitas levassem a Corte novamente a uma exposição negativa perante a sociedade. “Assume um conselheiro que tem de dar explicação para a sociedade. É

muito ruim para a imagem da instituição”, disse o então futuro presidente da instituição, João Osório, em matéria publicada por Zero Hora no dia 16 de novembro de 2009. A incerteza da posse de Peixoto perdurou até o início da solenidade. Horas antes, servidores ainda tentaram impedir a realização da cerimônia, com um pedido de liminar ao Tribunal de Justiça, que negou a medida.

Após a sucessão de questionamentos e suspeitas, o TCE-RS voltou às páginas de Zero Hora com a posse de seu novo presidente, conselheiro João Osório, no dia 18 de dezembro de 2009. Seu discurso de posse ganhou um espaço resumido na edição do jornal, mas reflete um dos eixos centrais da administração que seguiria: o corte de salários acima do teto e a transparência das ações.

Além de provocar uma discussão sobre o corte dos salários acima do teto, o novo presidente pretende abrir as reuniões do Pleno para a imprensa e aumentar a transparência na instituição com a divulgação das despesas na internet (ZERO HORA, 2009, p.8).

O sociólogo e ex-deputado Marcos Rolim foi chamado por Osório para desenvolver ações de transparência e melhorar a imagem da instituição perante a sociedade. Rolim ficou à frente da coordenação de Comunicação Social, implantando mecanismos de diálogo e de estímulo a cidadania. A missão dada ao sociólogo pelo então presidente do TCE-RS foi de construir caminhos para melhorar a imagem da instituição. “A Rolim, caberá coordenar a Comunicação Social do TCE-RS e, mais do que isso, tentar recuperar a imagem do tribunal – abalada principalmente pelas suspeitas relacionando o ex-presidente João Luiz Vargas à fraude do Detran” (ZERO HORA, 2009, p.8).

Mas o fato que viria a chancelar o discurso de posse pela busca da transparência foi consolidado com o anúncio em uma área jamais alcançada pela população: os salários dos ocupantes de cargos públicos do TCE-RS e dos demais poderes do Estado. Uma auditoria em junho de 2010 nas folhas de pagamento, batizada como Pente-Fino, trouxe à tona o pagamento de altos salários. O trabalho revelou que 744 funcionários recebiam acima de R\$ 24 mil. Servidores da Assembleia Legislativa, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar e do próprio Tribunal de Contas do Estado ganhavam acima do teto estadual de R\$ 24 mil. O jornal tratou do assunto em editorial creditando ao clamor da população por transparência as ações da instituição.

Graças à pressão da sociedade por mais transparência dos atos do poder público, os gaúchos estão agora diante da revelação de que nada menos de 744 servidores do Estado, sem incluir os do Executivo, continuam recebendo normalmente vencimentos acima do teto legal de R\$ 24.117,62. (ZERO HORA, 2010, p.16).

Cinco dias após a divulgação do trabalho, e das críticas recebidas pela imprensa, Osório, em um ato administrativo, determinou a aplicação do teto remuneratório no valor de R\$ 26.723,13 aos conselheiros, ao procurador do MPC, aos auditores substitutos de conselheiro, aos adjuntos de procurador e aos servidores ativos, inativos e pensionistas da instituição.

A tentativa de atacar um de seus principais problemas perante a opinião pública, os altos salários e o não respeito ao teto, foi parcialmente frustrada com uma decisão do Tribunal de Justiça do Estado. Em novembro, a retomada do pagamento integral foi determinada pelo Órgão Especial da instituição. Os magistrados classificaram como inconstitucional o corte salarial dos servidores aposentados, numa ação direta de inconstitucionalidade proposta Associação dos Funcionários Aposentados da Corte. De acordo com a interpretação do colegiado, os salários deveriam ser congelados e não reduzidos. Quatro meses após, o TCE-RS reverteu a decisão no STF, o que resultou em economia para a Corte de R\$ 4 milhões ao ano.

A aposentadoria de Osório levou o conselheiro Cezar Miola a assumir o cargo em junho de 2011. O discurso de posse do novo presidente ocupou os espaços mais nobres do jornal, a abertura do espaço destinado a opinião da editoria de Política, a Página 10, e o editorial.

Que o tribunal atenda às expectativas criadas pela própria gestão que se inicia e não frustre os que desejam uma instituição comprometida exclusivamente com o rigorismo técnico e menos vulnerável às interferências de conselheiros designados por partilhas partidárias (ZERO HORA, 2011, p.2).

A posse na presidência de um conselheiro com perfil técnico aumentou a exposição positiva do TCE-RS na imprensa. A expectativa era a de acompanhar as iniciativas de um ex-auditor no cargo mais importante de uma instituição criticada pela influência política.

Por isso recai sobre ele o fardo de libertar o TCE da dúvida que insiste em rondar o tribunal. Segundo atestam servidores do órgão, vínculos políticos

dos conselheiros interferem nos julgamentos do pleno e até absolvem quem deveria ser punido (ZERO HORA, 2011d, p.6).

A posse expôs o TCE-RS com uma pauta positiva, mas reacendeu uma discussão antiga em relação à formação do Colegiado, a interferência política nas decisões da Casa e o valor baixo da multa aplicada pela instituição. Reportagem publicada às vésperas de o novo presidente tomar posse também destacou os avanços da Corte nos últimos anos. Entre as mudanças elencadas pelo jornal, estavam o corte dos “supersalários” dos servidores e magistrados, o cumprimento de 85% das decisões que determinam ressarcimento aos cofres públicos, a inspeção nas folhas de pagamento que mapeou salários acima do teto e trouxe o assunto para uma discussão pública, o aumento das denúncias enviadas ao Portal TCE-RS e a disponibilização dos contratos de órgãos públicos com empresas, além da prevenção de prejuízos com a emissão de medidas cautelares suspendendo licitações ou pagamentos sob suspeita (ZERO HORA, 2011d).

Com a aposentadoria dos conselheiros Osório e Victor Faccioni, a discussão sobre a forma de indicação de vagas no Colegiado foi retomada. As entidades de classe argumentavam que qualquer cidadão que preenchesse os requisitos previstos na Constituição poderia assumir a função, não sendo, portanto, necessário que as indicações da Assembleia Legislativa e do governador continuassem recaindo sobre parlamentares. Zero Hora não deixou de registrar os movimentos políticos e as disputas pelas vagas abertas, mas as indicações não encontram no jornal a mesma repercussão da polêmica causada pela indicação de Marco Peixoto. A crítica centrou-se na forma de escolha e não em quem estava sendo indicado. O foco, desta vez, estava no fato de o Partido dos Trabalhadores (PT), representado pelo governador Tarso Genro, pela primeira vez na história política local poder indicar um conselheiro. Além disso, a forma do preenchimento das vagas era alvo de frequentes críticas do PT.

Crítico ferrenho das negociações que antecedem as indicações ao Tribunal de Contas, o PT quer ter o direito de também indicar, justamente para frear a escolha de políticos. É o que afirma o presidente do PT estadual, deputado Raul Pont, ao defender que a bancada do partido deve “dar o exemplo” (ZERO HORA, 2011e, p.6).

Em editorial, o jornal posicionou-se:

O TCE não pode servir como sinecura de partidos políticos. Se o papel que cumpre é relevante, não há como mantê-lo simplesmente como um espaço público destinado a premiar um ou outro parlamentar favorecido por conchavos partidários (ZERO HORA, 2011f, p 14).

As vagas, previstas para serem preenchidas pelo governador e pela Assembleia Legislativa, levaram parlamentares (Estilac Xavier, ex-deputado, e Adroaldo Loureiro, em exercício do mandato) para o colegiado do TCE-RS.

A crítica à politização das decisões, resultado da forma de composição do Conselho da Corte, expõe um Tribunal dividido entre o político e o técnico. É o que demonstra a colunista de Política de Zero Hora, Rosane de Oliveira, em posicionamento sobre a desconsideração de um conselheiro relator a apontamentos realizados por auditores públicos no processo de contas do exercício de 2005 do Detran.

Com a promulgação da Lei de Acesso a Informação, em novembro, o TCE-RS organizou um seminário para discutir a aplicação da nova regra que viria a imputar um ritmo mais acelerado na implantação de mecanismos de transparência. A iniciativa foi elogiada pelo editorial publicado pelo jornal, que na maioria das vezes, utilizava o espaço de opinião para criticar a postura da instituição.

É louvável a iniciativa do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) – sistematicamente criticado pela falta de ação ou por excessos de seus próprios integrantes – de promover a realização de seminário para debater o tema O Acesso à Informação Pública e Transparência, com a participação de especialistas e jornalistas debatedores (ZERO HORA, 2011b, p.12).

A análise das reportagens, editoriais e publicação de notas na coluna Página 10 do jornal Zero Hora nos quatro anos propostos nesse estudo demonstra uma mudança gradual nas críticas recebidas e destaca as iniciativas do TCE-RS para tornar suas decisões mais transparentes, além de facilitar o acesso da população a informações produzidas e abrigadas por ela. Os fatores que levaram a essas mudanças serão trazidos no próximo subcapítulo.

4.2 AS INFLUÊNCIAS QUE IMPULSIONARAM A TRANSPARÊNCIA NO TCE-RS

Este subcapítulo é fruto da análise de entrevistas realizadas entre maio e junho de 2012, com os quatro presidentes do TCE-RS entre os anos 2008 e 2011, João Luiz Vargas, Porfírio Peixoto, João Osório e Cezar Miola. As entrevistas

tiveram o objetivo de explorar as influências exercidas na adoção de mecanismos de transparência e comunicação com a sociedade pelo TCE-RS. A contextualização dos momentos em que essas decisões foram tomadas está expressa no subcapítulo 3.3 deste trabalho.

É importante destacar que, no momento em que essas entrevistas foram realizadas, todos os conselheiros, com exceção de Miola, já estavam aposentados. Talvez seja possível creditar a esse fator um olhar mais distanciado da instituição e a falta de detalhes de determinados fatos, o que não se repete nas declarações de Miola, presidente no período da consolidação desta pesquisa.

A análise inicia-se em janeiro de 2008, quando a instituição estava sob a presidência de Vargas. À frente da instituição até outubro de 2009, teve uma gestão marcada por turbulências políticas e administrativas, já tratadas por este trabalho anteriormente, que culminaram com o seu afastamento da Corte e aposentadoria.

A origem política de Vargas marcou sua passagem pelo TCE-RS. Com a experiência de quem já esteve sob o foco da Corte, como prefeito de São Sepé, no início da década de 1980, o conselheiro acreditava que, mais do que punir o gestor por práticas de irregularidades, a instituição tinha de preveni-las. No lugar do juiz implacável, Vargas via um orientador. Essa visão fica evidente na entrevista realizada em seu escritório, no Centro de Porto Alegre em março de 2012. Vargas, que atualmente se dedica a prestar consultorias a prefeituras, afirma ter dado prioridade a ações pedagógicas ao comandar o TCE-RS. Cita, por exemplo, um ciclo de palestras no interior do Estado organizado para qualificar gestores públicos.

A preocupação com a orientação tem origem na crença de que a maioria dos erros cometidos pelos administradores públicos e apontados pela Corte é provocada pela falta de conhecimento e não por má-fé.

O poder público tenta ter eficiência com rapidez. São dois adjetivos que não se casam. A eficiência precisa de planejamento. Não adianta reformar um estádio com rapidez se o prefeito fica depois com um problema sério na prestação de contas (VARGAS).

O caráter pedagógico assumido pelo TCE-RS, na opinião do conselheiro aposentado, supria uma demanda dos próprios prefeitos. Havia uma pressão das administrações municipais de maior proximidade, maior abertura. Era a sociedade, na forma de prefeituras, batendo à porta da Corte. “Vejo esse espaço como não ocupado. O Tribunal tenta preencher, tentava antes e tenta hoje” (VARGAS). A

capacidade técnica detida pela instituição precisava também ser colocada à disposição da população para que esta pudesse exercer o controle social.

Existe uma estrutura fantástica no Estado que é o TCE-RS, com toda uma capilarização, que são as unidades do serviço regional de auditoria, técnicos qualificados e capacitados. Tendo toda essa capacidade disponível para a sociedade, a sociedade começou a cobrar (VARGAS).

A distância entre o TCE-RS e a sociedade, constata o conselheiro aposentado, impedia o cidadão comum de compreender a importância da instituição. Mas a responsabilidade não era dele, mas da falta de conhecimento sobre a atuação da Corte. Para Vargas, na medida em que a instituição passou a comunicar suas ações, a população começou reconhecer a sua importância.

Vou fazer uma comparação: o Tribunal de Contas era uma ostra e dentro dela tinha uma pérola. As pessoas olhavam aquela ostra e não davam bola. O Tribunal veio trabalhando e aquela ostra se abriu e mostrou que havia uma pérola. O Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul é exemplo para o Brasil. Quando os auditores chegam nos municípios, as pessoas veem que são pessoas que estão preservando pela boa aplicação dos recursos públicos (VARGAS).

Apesar de dar início a um processo de gestão mais transparente, Vargas reconhece que foram poucas as iniciativas adotadas no período em que esteve à frente da Presidência para dar amplitude às ações da instituição: a implantação de uma Webrádio para transmitir ao vivo as sessões plenárias pela internet e uma maior disposição em atender as solicitações da imprensa. “O TCE tinha as suas informações hermeticamente fechadas. Não fui eu quem as abri, nem os que me sucederam, foi gradual” (VARGAS).

A Webrádio acabou se tornando um canal para que os cidadãos interessados pudessem acompanhar as decisões do colegiado. A iniciativa foi elogiada no editorial “A maturidade dos municípios”, publicado no dia 7 de novembro de 2009, pelo jornal Zero Hora.

O TCE agregou à vigilância mais rigorosa a preocupação com a explicitação de seus atos. Nessa área, uma inovação do TCE gaúcho passa agora a ser copiada por outros tribunais. Trata-se da transmissão ao vivo, por rádio virtual do órgão na internet, das sessões do TCE. É assim que o tribunal fiscaliza e cumpre também sua função pedagógica. Ganha-se em transparência e amplia-se o aprendizado permanente, em nome da correção e da eficiência (ZERO HORA, 2009d, p.16).

Nesse processo de abertura da instituição, Vargas considera que a sociedade teve um papel preponderante, motivada pela imprensa. “A sociedade hoje exerce um controle sobre quem exerce a atividade pública, seja prefeito, seja juiz de Direito, seja conselheiro do Tribunal, principalmente através da mídia” (VARGAS). Mesmo considerando a mídia um ator provocador de mudanças institucionais, Vargas critica a sua atuação por não conseguir mostrar todos os ângulos da mesma história.

A mídia trata o Tribunal de uma forma diferente dos demais poderes. Talvez por que o TCE-RS não tenha nenhuma interferência sobre suas atividades. Mas o vê de um modo diferente. A sua importância para a democracia é gigantesca. Ela contribui muito, mas nesse processo não consegue dar voz a todos os atores, é uma visão fragmentada do que acontece (VARGAS)

A crítica, avaliada à luz do contexto em que o conselheiro aposentado deixou a Corte, indica insatisfação de Vargas em relação à cobertura do escândalo do Detran – fato causador do afastamento dele da vida pública. O abalo institucional gerado pela citação do nome de Vargas entre os envolvidos na suposta fraude chegou a colocar em risco a legitimidade da Corte. Responsável por zelar pela boa aplicação de recursos públicos, a instituição tinha seu presidente questionado por supostos atos de desvio de dinheiro.

Apesar de criticar a forma como a mídia trata os assuntos relacionados ao TCE-RS e creditar aos prefeitos a cobrança maior por uma aproximação entre a instituição e as comunidades, Vargas diz que a imprensa exerceu influência no processo de abertura da Corte. “A mídia começou a cobrar do Tribunal uma inserção maior. O Tribunal evoluiu não no nosso tempo, mas avançamos muito. Hoje, existe uma cobrança maior da sociedade” (VARGAS). O conselheiro aposentado destaca também, usando um brocardo latino, o domínio da mídia como potencializador de ações.

É óbvio, no Direito, o que não está nos autos, não está no mundo. O que não está hoje na mídia, não está no mundo. O Tribunal, por mais que antes não tivesse instrumentos de transparência como tinha antes, também avançou muito (VARGAS).

As iniciativas adotadas por Vargas não foram expressivas a ponto de provocar mudanças institucionais profundas em relação à maneira de se comunicar com a sociedade, mas de certo modo, deram início a um processo que levou à reflexão sobre o rumo que a Corte vinha seguindo.

Com seu afastamento da presidência, Porfírio Peixoto é eleito para cumprir a missão de guiar a Corte por três meses, entre outubro e dezembro de 2009, completando o tempo de gestão do antigo presidente. Como seu antecessor, Peixoto tem origem no campo político. Aos 34 anos, o economista elegeu-se deputado estadual, exercendo a função por quatro mandatos consecutivos. Por quase dez anos, defendeu os ideais do MDB, lutando contra a ditadura militar. Com a redemocratização, Peixoto fez parte do grupo de constituintes responsáveis pela elaboração da Constituição Estadual. Concluído o trabalho, no final de 1989, deixou a Assembleia Legislativa para assumir o cargo de conselheiro do TCE-RS, o qual ocupou até 2010, ano de sua aposentadoria compulsória.

Peixoto teve a responsabilidade de conduzir a instituição no auge da crise provocada pelo escândalo do Detran. Em entrevista realizada em abril de 2012, ele lembra ter sido preciso tomar providências firmes para que a Corte não ficasse desacreditada. Para atacar a descrença da população em relação à instituição, era preciso melhorar a sua imagem.

Porfírio relata que, nos poucos meses em que ficou responsável pela administração do TCE-RS, prosseguiu com projetos do antigo gestor e procurou dar transparência às ações e decisões da Casa. A divulgação de cargos e salários de todos os servidores e magistrados do TCE-RS no Portal da Transparência marcou uma posição fundamental para as demais iniciativas que seriam adotadas para garantir transparência à instituição.

Eu diria que foi o pontapé inicial desta situação de transparência absoluta que hoje vive o Tribunal de Contas e que inclusive envolve outros setores da administração pública. Senão todos, a grande maioria. Foi início de uma nova fase na vida pública (PEIXOTO).

O Portal da Transparência abriga também outros dados de gestão, tais como relação de todos os servidores (efetivos e em comissão, por cargo, função e lotação) e execução orçamentária, na qual consta a relação de todos os gastos, com finalidade, valores e credores, além de licitações e contratos mantidos pelo TCE-RS. O lançamento das informações no ambiente virtual fez parte de um trabalho de necessária recuperação de imagem, diz o conselheiro aposentado. A iniciativa demonstrou que a instituição começava a mudar o seu comportamento. “Hoje, a imagem do Tribunal é excelente. Diria que a sociedade começa a estimar o TCE,

começa a querer bem por que vê nele um instrumento de defesa dos seus interesses” (PEIXOTO).

Ainda assim, Peixoto tem uma avaliação negativa da cobertura da imprensa nos momentos em que ela relacionava a Corte ao escândalo do Detran. Teria faltado discernimento para separar a instituição do que seria um problema pessoal de Vargas.

É evidente que, quando o titular de uma representação institucional se desgasta, a instituição se desgasta juntamente. Havia também o desconhecimento de algumas pessoas que não conseguiam descolar o presidente conselheiro do deputado. As razões que levavam ao desgaste o conselheiro João Luiz Vargas foram procedimentos adotados quando deputado estadual e não como conselheiro. As pessoas não têm essa paciência e percepção para fazer esse descolamento (PEIXOTO).

A divulgação das informações das ações e atividades do TCE-RS era uma preocupação da alta administração, uma meta estabelecida no Planejamento Estratégico da Corte (PEIXOTO). O Planejamento Estratégico (PET) do TCE-RS é um documento que rege as iniciativas administrativas, estabelece a identidade organizacional, as estratégias e os objetivos da instituição. A diretriz foi criada em 2002 e, desde então, é revisada todos os anos. A transparência foi adotada como valor apenas a partir de 2006 e tem como premissa “tornar públicas, com linguagem clara e acessível, na máxima extensão permitida pela lei, todas as suas decisões e seus atos de gestão” (TCE-RS, 2011, p.6).

Antes de 2006, o PET não abarcava o tema da transparência entre seus valores, mas citava como objetivo ampliar os canais de relacionamento e de comunicação externa. Mesmo mantendo a transparência das ações entre os valores desde 2006, poucos foram os avanços conquistados até o ano de 2009. O interesse da mídia, no PET 2008-2011, apresentado em 2007 pelo então pelo presidente Sandro Dorival Marques Pires, é citado como um dos itens de ameaça externa, juntamente com a corrupção, o descumprimento de decisões da Corte e a insatisfação da sociedade face ao resultado final do trabalho da instituição.

Ameaças externas: a) conjuntura econômico financeira do Estado. b) abertura às auditorias independentes (privadas) para fiscalizar órgãos da administração pública. c) insatisfação da sociedade face ao resultado final do trabalho do TCERS. d) espírito de impunidade existente na sociedade. e) tentativa de enfraquecimento das competências constitucionais dos TCs. f) interesse da mídia. g) corrupção. h) descumprimento de decisões do TCE-RS. i) tendência de terceirização de serviços públicos típicos de Estado. j)

desconhecimento da atividade de controle externo, das ações e dos resultados do TCE-RS (TCE-RS, 2007, p.10).

Na administração anterior à de Marques Pires, o PET referia-se e ao interesse da mídia como oportunidade. Nos PETs seguintes, de 2009, 2010 e 2011, não há menção da imprensa como ameaça do ambiente externo.

Os rumos dados à área de comunicação social da instituição são guiados pela administração da Casa. No organograma, o setor responsável pelo atendimento à imprensa está subordinado a Presidência. Por vincular-se diretamente ao presidente, que muda a cada dois anos, apresenta oscilações na forma de comunicar-se com a sociedade.

O fator motivador para que o TCE-RS começasse a tonar públicas as suas decisões e ações administrativas, na opinião de Peixoto, foi a cobrança da sociedade. “O melhor exemplo que o Tribunal pode dar é introduzir no seu seio a transparência. Isso veio a atender as aspirações da sociedade. A sociedade quer saber para onde vai o dinheiro do esforço contributivo de cada cidadão” (PEIXOTO).

O exercício da cidadania e a evolução da sociedade democrática a partir da Constituição de 1988 são fatores atribuídos por Peixoto para o desenvolvimento de um cenário de participação ativa da população. “O cidadão brasileiro de hoje exige que se preste contas do dinheiro que é posto a disposição dos entes públicos, para que possam cumprir sua missão institucional” (PEIXOTO). O caráter de vigilância exercido pela mídia, diz o ex-conselheiro, funciona como uma via de ligação entre o cidadão e as instituições públicas. “A sociedade está permanentemente exigindo. E faz muito bem. O Tribunal é um grande instrumento de correção dos desvios de conduta dos administradores públicos. Evidentemente que tem de dar exemplo” (PEIXOTO).

O conselheiro aposentado atribui à mídia um papel fundamental no estímulo da adoção de boas práticas administrativas e afirma que ela expressa o sentimento coletivo da população. “A imprensa divulga aquilo que a sociedade sente e pensa e faz com que os administradores públicos e os homens responsáveis pela condução da questão pública tomem conhecimento disso” (PEIXOTO).

Apesar de a gestão de Peixoto ter sido relativamente curta, 76 dias, o valor simbólico da troca de comando na instituição foi uma das primeiras reações do TCE-RS na busca de caminhos que pudessem fortalecer e recuperar sua legitimidade abalada por fatores externos. O segundo passo – mostrar para a sociedade uma

disposição em tornar seus atos mais transparentes com a divulgação de dados no Portal Transparência – acabou não tendo o protagonismo necessário por ter sido ofuscado ao ser lançado em meio ao escândalo do Detran.

Assim, o dilema da transparência seguia latente. Ao assumir o comando da instituição, João Osório, sucessor de Peixoto, afirmou, em seu discurso de posse, que teria entre os seus objetivos principais a aproximação da sociedade e o aumento da transparência. Osório permaneceu na presidência de 16 de dezembro de 2009 a 22 de junho de 2011. Ele havia chegado ao TCE-RS em maio de 2005, indicado pelo então governador Germano Rigotto.

Para guiar as iniciativas voltadas à ampliação nos mecanismos de transparência e comunicação com a sociedade, Osório nomeou o sociólogo, jornalista e ex-deputado Marcos Rolim como assessor de comunicação social. A escolha causou surpresa, já que, na Assembleia Legislativa, os dois eram adversários. A reportagem de Zero Hora “Ex-rival é a aposta do futuro presidente” reproduz o cenário. “Passados mais e dez anos, o futuro presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), João Osório, decide convidar o ex-colega e opositor petista para compor sua equipe na administração da Corte” (ZERO HORA, 2009b, p.8). Sob a responsabilidade de Rolim, o setor de Comunicação Social da instituição adotou ferramentas para reforçar os canais de diálogo entre a sociedade. As ferramentas foram criadas, segundo Osório, para divulgar as principais decisões da Casa.

Montei um grupo de trabalho interno no Tribunal para conversar para valer com a sociedade. Começamos a fazer palestras pelo Rio Grande afora para falar do Tribunal. Dávamos muitas entrevistas para rádios, jornais e TVs (OSÓRIO).

O diálogo precário que a instituição mantinha com a sociedade também é observado pelo ex-conselheiro. “O que acontecia com o TCE? Ele falava para dentro da corporação, mas não falava com a sociedade. Vinham as críticas e não tinha ninguém para fazer a contrapartida” (OSÓRIO).

Enquanto um grupo de trabalho interno, em conjunto com uma empresa terceirizada, desenvolvia um novo site institucional, foi criado, de forma temporária e incipiente, um blog (www.pentefinotcers.blogspot.com) para disponibilizar as informações. Notícias sobre as decisões eram publicadas com os votos dos conselheiros, possibilitando que os argumentos técnicos e legais passassem a ser conhecidos pela população. Mais tarde, o blog foi substituído pelo espaço de publicação de notícias do Portal TCE-RS.

As iniciativas, porém, não desarmaram uma das principais críticas levantadas pela imprensa. A mídia sempre cobrou também da instituição a divulgação prévia dos relatórios de auditoria produzidos pelos técnicos da Casa ao avaliar a gestão de um determinado órgão público. Na opinião de jornalistas, o acesso anterior aos documentos que embasam as decisões dos conselheiros significaria ter alcance a uma informação fundamentalmente técnica e rigorosa, ainda livre do suposto olhar político dos conselheiros, muitos com carreira política anterior. Assim, a publicação dos apontamentos feitos pelos técnicos antes da análise pelo pleno e câmaras poderia, na visão da imprensa, constranger os conselheiros e impedir um julgamento contaminado por interesses políticos. A divulgação dos relatórios de auditoria foi ocorrer um ano e meio depois, a partir da implementação da Lei de Acesso à Informação, em maio de 2012.

A não divulgação das peças processuais que indicam possíveis irregularidades reforça um dos estigmas da Corte, de politização das decisões. A crítica, originada da forma de composição do Conselho da Corte, expõe um Tribunal dividido entre o político e o técnico. É o que demonstra a colunista de Política de Zero Hora, Rosane de Oliveira, em posicionamento sobre a desconsideração de um conselheiro relator a apontamentos realizados por auditores públicos no processo de contas do exercício de 2005 do Detran.

O trabalho dos técnicos está a caminho do ralo. Só não virou pó ainda porque o procurador-geral do MP de Contas, Geraldo da Camino, inconformado com a decisão que reforça a ideia da impunidade, protocolará recurso. Esse caso ilustra uma situação comum no TCE: os técnicos apontam irregularidades, mas no julgamento os conselheiros ignoram as recomendações (ZERO HORA, 2011g, p.10).

Entre as ações consideradas de maior destaque por Osório para recuperar a imagem da instituição, está a decisão de realizar, em abril de 2010, uma inspeção especial nas folhas de pagamento dos Poderes do Estado nos últimos quatro anos com objetivo de detectar irregularidades nos pagamentos. A primeira instituição a passar pela fiscalização foi o próprio TCE-RS. A medida expôs o que a mídia apontava como um dos grandes problemas da Corte: a existência de altos salários, desrespeitando o valor máximo legal. Em editorial, Zero Hora cobrou por ações da instituição para frear as distorções salariais existentes.

Inadmissível em qualquer hipótese, a resistência no Estado de uma elite burocrática que se vale de corporações fortes no esforço de preservar privilégios e ganhar muito dinheiro é ainda menos aceitável nos dias atuais. O esforço do poder público para manter as contas em equilíbrio, sem recursos para bancar a descentralização da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) e para remunerar dignamente professores e soldados, precisa envolver todos os poderes. É inaceitável a existência no serviço público de salários acima dos limites fixados pela lei. Mais do que uma despesa para os contribuintes, trata-se de uma afronta que desvirtua a confiança dos cidadãos na administração pública, na Justiça e nos governantes (ZERO HORA, 2010, p.16).

No mesmo editorial, o jornal afirma que a apenas divulgação dos salários acima do teto não é uma medida satisfatória.

A simples divulgação e a revolta popular despertada pelos valores exorbitantes, porém, não bastam. É preciso que os salários sejam imediatamente adequados à lei, pois se constituem numa afronta para o cidadão (ZERO HORA, 2010, p.16).

A reação à cobrança da imprensa foi expressa em um comunicado do presidente à época do TCE-RS, publicado no blog da Corte e enviado a mídia. Em ato administrativo, Osório determinou a aplicação do teto de R\$ 26.723,13 aos conselheiros, aos procuradores do Ministério Público de Contas, aos auditores substitutos de conselheiro e aos servidores ativos e inativos da instituição. A iniciativa, para ele, foi o início de mudanças no Tribunal.

Considero como fundamentais duas prioridades que eu me propus a trabalhar. Primeiro a aplicação do teto salarial. Essa questão trazia um descontentamento à grande maioria dos servidores. Somente 62 servidores estavam acima do teto. Isso dificultava inclusive as relações internas da Casa. Eu diria que o plano de carreira foi muito importante. Ele foi aprovado pela Assembleia Legislativa em função da adoção do teto. Essas duas questões, a aplicação do teto e a implantação do plano de carreira, foram fundamentais para se começar as profundas mudanças dentro do Tribunal de Contas (OSORIO).

A resistência interna dos servidores à aplicação do teto salarial é considerada por Osório como a principal dificuldade enfrentada ao guiar a instituição rumo a uma recuperação de imagem e credibilidade perante a sociedade.

A grande dificuldade encontrada foi realmente a aplicação do teto. Os salários que ultrapassavam o teto e levavam os servidores a ganharem mais do que ministro do Supremo Tribunal, do que desembargadores e conselheiros, eles conseguiram dentro da legislação existente. Não houve má-fé dos servidores. E isso eles buscaram reverter com processos na Justiça. Não é fácil quando tu mexes no bolso do servidor. Foi bastante

difícil convencer da necessidade de se procurar nivelar ao máximo os salários (OSÓRIO).

A cobrança da mídia por mudanças administrativas é citada por Osório como propulsora das iniciativas que estavam sendo adotadas.

A imprensa preencheu um lugar que a instituição não conseguia chegar com informação. A imprensa passou a abastecer de informações a massa da população que estava fora da participação do processo de transparência (OSÓRIO).

Ele destaca também que, na medida em que a instituição passou a responder de forma mais enérgica aos questionamentos, a mídia começou a dar um tratamento diferente.

Os meios de comunicação passaram a dar ênfase às medidas adotadas pela Corte, mostrando uma visão menos partidarizada. Vamos pegar um jornal que tem grande circulação. Vamos pegar a Zero Hora. Vamos fazer uma leitura das matérias que a ZH publicava. Nos seus editoriais e matérias. Vamos ver a mudança nas críticas contidas ali. Mas por que a Zero Hora mudou a sua visão crítica em relação ao TCE? Porque ela percebeu que essa mudança positiva estava acontecendo. Fazendo essa leitura vamos ver que as decisões tomadas estavam no rumo correto (OSÓRIO).

A administração de Osório foi marcada por iniciativas impactantes no ambiente interno e externo da instituição. A adoção do teto salarial e a divulgação de altos salários nos demais órgãos e poderes da administração estadual refletiram positivamente para a imagem da Corte. Paralelamente, as ações administrativas e também de fiscalização, o projeto de lançamento de um portal no ambiente virtual com uma grande quantidade de informações se consolidava. O Portal TCE-RS foi construído por um grupo de técnicos do TCE-RS em conjunto com uma empresa terceirizada e coordenados pelo então vice-presidente da Corte, conselheiro Cezar Miola.

O lançamento do Portal TCE-RS, em dezembro de 2010, com investimentos do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios (Promoex), auxiliou a Corte a ampliar o diálogo com sociedade, a divulgar as suas ações e também a receber demandas sociais através de denúncias. No espaço virtual, é possível consultar informações sobre os locais e datas das auditorias, pautas das sessões plenárias, prestação de contas de

municípios e órgãos estaduais, recursos, inspeções especiais e extraordinárias, exames de admissões e aposentadorias.

O site também abriga informações sobre as receitas e despesas do Estado e dos municípios, com a relação de todas as empresas que mantêm contratos com o poder público, identificando os valores dispendidos. Além de disponibilizar informações sobre as decisões da Corte e das receitas e despesas dos jurisdicionados, o Portal divulga a estrutura de organização da instituição, com dados sobre estrutura administrativa, área de atuação, organograma, além das informações funcionais como relação dos servidores ativos e inativos, adidos e cedidos, ocupantes de cargos em comissão, estagiários, quantidade de cargos e diárias pagas com a descrição da finalidade das viagens. Ao longo do tempo, outras ferramentas de transparência foram incorporadas ao Portal, tratados por esta pesquisa mais adiante.

A gestão de Osório foi compartilhada com seu vice-presidente e também sucessor, Cezar Miola. Osório se afastou do TCE-RS em 22 de junho de 2011, ao completar 70 anos e atingir idade para aposentadoria compulsória e sua gestão, que iria até dezembro, foi completada pelo conselheiro Cezar Miola, por sua vez, eleito para administrar a Corte no biênio 2012-2013.

Único oriundo do quadro técnico do TCE-RS a exercer a presidência entre os entrevistados nesta pesquisa, Miola ingressou na instituição em 1992, ao ser aprovado em concurso público para auditor público externo. Ao assumir a presidência da instituição, o conselheiro afirma ter eleito três eixos básicos de atuação voltados fundamentalmente ao ambiente interno e externo, balizados no Planejamento Estratégico elaborado para o período de sua gestão. A transparência, para Miola, ocupa uma posição de destaque na relação com a sociedade e no estímulo ao controle social.

A partir desse fio condutor foram definidos os seguintes eixos básicos de atuação: o ambiente interno – investimentos no “capital humano” e nos recursos materiais, visando à máxima efetividade do controle; a relação qualificada e republicana com os jurisdicionados, incluídos, aqui, os gestores e demais agentes públicos; o fortalecimento das relações interinstitucionais; a relação com a sociedade, com foco na transparência e, a partir daí, no fortalecimento do controle social; e o controle externo em ação, sem se abdicar da função orientadora, com ênfase na prevenção (MIOLA).

A transparência pública, aliás, foi citada por Miola no discurso de posse como conselheiro, em 14 de abril de 2008, e no de presidente da Corte, em 11 de julho de 2011. Quando assumiu uma vaga no Conselho, Miola alertou que, para estimular o controle social exercido por meio das organizações da sociedade, das ouvidorias e da imprensa livre e responsável, é preciso adotar uma nova postura.

O regime republicano é o regime do controle e da transparência. Se há conduta que pode ser radicalizada é a que leva à máxima possibilidade de acesso à informação pública. É o caso, como dito pelo filósofo, de colocar-se a administração pública em público. O sigilo é exceção; a regra é a publicidade, acessível, inteligível, atual⁷.

Pouco mais de três anos depois, quando ascendeu ao cargo mais alto da administração do TCE-RS, o conselheiro assumiu o compromisso de garantir mais nitidez aos atos e decisões do órgão responsável por controlar os gastos públicos.

Nosso compromisso basilar é com a transparência, já que, lembrando Geraldo Ataliba, “é pela livre circulação de notícias, pelo acesso às fontes, pela publicidade irrestrita aos atos de governo, pela liberdade de imprensa, pela liberdade de discussão, reunião e associação, que se assegura a fiscalização sobre os governantes, e, conseqüentemente, viabiliza-se sua responsabilização”⁸.

A falta de recursos orçamentários é vista por Miola como uma das principais dificuldades para a concretização dos diversos projetos. Os valores disponibilizados pelo Estado para subsidiar a atuação do TCE-RS sofreram sucessivas reduções no seu valor real desde meados da década de 1990. O resultado foi a diminuição de investimentos em instalações, equipamentos, serviços e a limitação do quadro técnico. Em 2004, o orçamento do TCE-RS representava 1,25% da arrecadação do Estado e, em 2011, correspondeu a 0,76%.

Esses dados ganham relevo quando se verifica que, nesse mesmo intervalo de tempo, os TCEs assumiram diversos e expressivos encargos, como é o caso da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual impôs inúmeras obrigações aos órgãos de controle externo, e, com isso, investimentos em infraestrutura operacional, recursos humanos e TIC, além de outros (MIOLA).

⁷ MIOLA, Cezar. **Discurso proferido por Cezar Miola na Sessão Solene de posse no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 14-04-2008.** Disponível em: <http://portal.tce.rs.gov.br/pls/portal_prod/pk_portal_noticias.Prc_Download_Blob?p_noticia=537>. Acessado em: 20 jun. 2012.

⁸ MIOLA, Cezar. **Trecho de discurso de Cezar Miola na posse como presidente do TCE em 11 de julho de 2011.** Disponível em: <https://portal.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/noticias_internet/textos_diversospente_fino/Discurso%20de%20posseCezarMiola_0.pdf>. Acessado em: 20 jun. 2012.

A intensa atividade do Ministério Público de Contas (MPC) também tem repercutido no aumento de demandas do órgão fiscalizador, provocando sua atuação através de um expressivo número de representações, em regra envolvendo temas complexos e de grande repercussão. O relatório interno “Panorâmica, necessidades, projeções, demonstrativos e orçamento”, de janeiro de 2012, expressa a pro-atividade do MPC e de unidades da própria Casa, como a solicitação de inspeções especiais e extraordinárias.

Quadro 3 - Atividades

Ano	Representação do MPC	Inspeção Extraordinária	Inspeção Especial
2005	50	06	07
2006	40	00	15
2007	58	02	22
2008	49	07	08
2009	31	09	20
2010	53	18	40
2011	35	18	35

Fonte: TCE-RS

Um dos canais utilizados pelo TCE-RS para prestar contas de decisões de ações, como as citadas acima, é o Portal TCE-RS. Miola ressalta que o site foi um dos maiores “investimentos estratégicos e republicanos” que o TCE-RS fez na sua história recente, permitindo um canal de comunicação com a sociedade.

Não se trata apenas de difundir informações, mas de fazê-lo permitindo o acesso fácil, de modo inteligível, numa linguagem adequada aos fins a que se propõe. Com o Portal também passamos a “ouvir” mais, na medida em que disponibilizamos esse instrumento moderno a um significativo universo de pessoas, além de se manter, evidentemente, aqueles canais já tradicionalmente empregados, casos dos diversos Serviços Técnicos da Corte e da Consultoria Técnica. Mas, no particular, a Ouvidoria e o “Fale Conosco” são de uma eficácia indiscutível (MIOLA).

A Ouvidoria é responsável, entre outras funções, por receber denúncias formuladas por cidadãos e dar-lhes o encaminhamento necessário. Grande parte dos registros recebidos é analisada em auditoria pelos técnicos. Com a implantação do Portal, a Ouvidoria ganhou um canal de fácil acesso para a população. Anteriormente, o link era disponibilizado no site antigo da instituição, em local de pouco destaque. Loureiro, Teixeira e Moraes (2009) referem que as ouvidorias dos tribunais de contas foram criadas para responder à exigência de uma relação mais intensa com a sociedade. Apesar disso, uma pesquisa realizada pelos autores

revela que apenas sete, dos 32 tribunais examinados, possuíam ouvidoria institucionalizada.

A decisão de facilitar o acesso à Ouvidoria resultou em um aumento no número de denúncias recebidas. Um relatório da Corte demonstra que em 2010, foram registradas 1.329 encaminhamentos enquanto que, em 2011, após a criação do Portal, o número cresceu para 3.621 denúncias, um acréscimo de 172% nas demandas. Os principais assuntos abordados referem-se a procedimentos licitatórios, concursos públicos e contratação de pessoal. Miola destaca que o incremento tem uma relação direta com uma possível melhora da imagem da instituição.

Os cidadãos não trariam denúncias ao Tribunal se a expectativa não fosse a de se ter o tratamento já reconhecido. O fato de o "denunciante" receber um número de protocolo para acompanhamento demonstra que a demanda não se perde; ele tem como acompanhar, monitorar e cobrar do Tribunal. Esse é outro fator importante: a confiança. Estou convencido de que a sociedade confiava no Tribunal de Contas, mas o via como um ente distante (MIOLA).

Uma pesquisa de opinião sobre o TCE⁹ indicou que os entrevistados passaram a ouvir falar mais sobre a instituição e sua atuação. De acordo com o levantamento, a linguagem utilizada pelo TCE-RS em suas manifestações está mais acessível, mais simples. As notícias, além disso, são concisas, claras e objetivas. O site é elogiado, principalmente pelas atualizações constantes e pela transparência, mas, para alguns entrevistados, ainda não é de fácil manejo. Entre as sugestões, destaca-se a necessidade de campanhas de comunicação que atinjam a população e a possibilidade do acesso aos relatórios de auditoria.

De acordo com Miola, o Tribunal tem investido em ações de estímulo à cidadania e ao controle social junto à sociedade. Seminários, cursos, palestras e a produção de materiais pedagógicos são frequentemente produzidos para este fim. “Há ainda uma série de iniciativas na área educativa. Todas ajudando a colocar o

⁹ A pesquisa *Percepção dos jurisdicionados e lideranças da sociedade civil sobre o TCE-RS* foi realizada entre os dias 25 de outubro e 19 de novembro de 2010, pelo Instituto Foco, contratado pelo TCE-RS, com objetivo de identificar a percepção em relação ao trabalho executado pela instituição. O público-alvo foi composto por prefeitos, presidentes de legislativos e vereadores, secretários municipais e estaduais, deputados, gestores de fundos especiais, superintendentes e diretores de autarquias e empresas públicas auditadas pelo TCE-RS, além de jornalistas, colunistas e dirigentes de entidades representativas, de ONGs e de movimentos sociais. FOCO OPINIÃO DE MERCADO. **Percepção do jurisdicionados em relação à atuação do tribunal de contas do estado do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <https://portal.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/noticias_internet/textos_diversos_pente_fino/PESQUISA%20QUALITATIVA.pdf>. Acessado em: 15 dez. 2011.

cidadão em contato próximo ao Tribunal, e este junto à sociedade, sedimentando a legitimidade que é fundamental para um órgão como o nosso” (MIOLA).

Para Loureiro, Teixeira e Moraes (2009), esse tipo de inovação tem uma influência direta para a mudança gradual do perfil institucional desses órgãos e da sua imagem.

Em alguns estados, como Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os TCEs estão mais próximos dos entes fiscalizados e da sociedade em geral, realizando sistematicamente reuniões, seminários, publicação de cartilhas e até interação sistemática online. Com isso, é possível supor que a imagem e as práticas que caracterizavam historicamente a instituição possam ser reformuladas (LOUREIRO, TEIXEIRA e MORAES, 2009, p.756).

A acessibilidade, padronização visual, o conteúdo geral e específico e a relação com o cidadão do Portal TCE-RS, entre outros itens, foram analisados por uma pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina, contratada pela Atricon. O resultado colocou o TCE do Rio Grande do Sul em primeiro lugar entre os tribunais de contas no país.

Levando-se em consideração que uma das premissas fundamentais da democracia representativa é que ela deva se pautar pela visibilidade e que, por princípio, nada deva permanecer escondido, Prado (2004) afirma que é fundamental que os governantes tornem públicos não só os próprios atos, mas também disponibilizem informações relativas à administração pública, de forma a tornar o governo cada vez mais transparente.

Ao mesmo tempo em que tal demanda de maior transparência aumentou nos últimos anos, os novos meios de informação representados pelo governo eletrônico ampliaram a possibilidade de disponibilizar informações públicas (PRADO, 2004, p.16).

O TCE-RS tem procurado também atender a essa premissa. Em um estudo realizado em 2011, a Corte buscou verificar a existência e o conteúdo de informações disponibilizadas pelos Legislativos e Executivos municipais na internet. Foram pesquisados 992 órgãos jurisdicionados do TCE-RS. Do total, 990 responderam ao questionário proposto, informando sobre a divulgação, em seus portais, de dados relativos ao quadro de pessoal, concursos públicos, licitações, obras, execução orçamentária e financeira, gastos com saúde e educação, legislação, estrutura organizacional e atividades institucionais. Das diversas

conclusões que podem ser extraídas do levantamento, destaca-se que 75,96% das Câmaras de Vereadores disponibilizam o acesso a informações, embora, em diversos casos, esses dados sejam escassos e insuficientes.

O levantamento foi tema de um editorial publicado pelo jornal Zero Hora. O texto evidenciou o direito à informação pública assegurado pela Constituição e destacou que governos que gastam melhor podem oferecer mais benefícios aos cidadãos.

É senso comum que a transparência traz inúmeras vantagens: além de inimiga da corrupção, fortalece o sentimento dos cidadãos como participantes dos processos caros à democracia, uma vez que, informados, podem atuar como fiscais do uso do dinheiro público, do andamento das obras da gestão de recursos em geral (ZERO HORA, 2011h, p.14).

Em 2011, o Portal passou a oferecer outras ferramentas aos interessados em acessar suas informações, como o Canal TCE, um sistema de TV via internet que transmite as sessões plenárias e as reuniões das câmaras ao vivo. Além disso, o Portal hospeda todos os julgamentos desde dezembro de 2011 em vídeos fragmentados. As imagens podem ser acessadas junto das peças processuais. A ferramenta permite que, ao conhecer o processo, o cidadão possa visualizar também como se deu o julgamento pelos conselheiros. Os vídeos são colocados à disposição para acesso em até 24 horas após a realização do julgamento.

Outro fator resultante do processo de abertura da instituição é a transmissão, ao vivo das sessões administrativas da Corte. As principais decisões em relação à vida administrativa da Casa são tomadas nessas sessões. Anteriormente, não havia mecanismos que garantissem a necessária transparência nesse processo, além da publicação no Diário Eletrônico Oficial.

O instrumento Sessão Online, também hospedado no Portal, concentra um extrato das decisões de todos os processos, informando o seu objeto, relator, decisão e vídeo do julgamento. Exceto o vídeo, que é cadastrado em até 24 horas, as demais informações são disponibilizadas em tempo real no site. Para auxiliar o acompanhamento processual, um dispositivo foi criado para possibilitar aos interessados serem cientificados do andamento dos processos. Para receber essas informações por e-mail, o cidadão deve apenas preencher um cadastro informando seus dados e endereço eletrônico. Dessa forma, ele poderá ser informado de cada movimento do processo até o seu julgamento final, sem custo financeiro algum.

Normalmente as auditorias não têm as suas datas previamente divulgadas pelo TCE-RS. Contudo, uma vez iniciados os procedimentos, o Portal informa sobre os respectivos órgãos fiscalizados, período e objeto de exame. A medida auxilia o controle social, na medida em que identifica onde os auditores estão trabalhando, possibilitando assim a denúncia de algum desvio, caso aconteça.

Atualmente, como já destacado no subcapítulo 3.2, os tribunais de contas não possuem um órgão regulatório sobre suas ações aos moldes do Conselho Nacional de Justiça, por exemplo. Nesse cenário, Miola afirma que além dos mecanismos institucionais de prestação de contas à Assembleia Legislativa, é preciso ir além.

Uma instituição como o TCE-RS pode e deve ser sindicada por outras esferas, com destaque para o controle social. E hoje esse controle está acompanhando a nossa gestão administrativa, cuja transparência considero bastante satisfatória. Sendo o TCE-RS um ente público que também gera despesas de pessoal, promove contratações de obras e serviços e aquisições de bens, incumbe-lhe o dever de transparência; é a convicção que tenho (MIOLA).

Segundo o conselheiro, ainda falta muito a fazer, como a ampliação da agilidade na gestão e eficácia de atuação. Nesse quadro, mostra-se viável e necessária à aprovação de emenda criando um Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, com representantes dos próprios tribunais, do Ministério Público, de advogados e categorias profissionais ligadas ao controle e representantes da sociedade.

A medida, por certo, contribuirá para que essas Cortes melhor cumpram sua missão, com mais eficiência em prol da justa, proba e qualificada gestão governamental, pautadas pela radicalidade na transparência e pela absoluta correção nos procedimentos administrativos (MIOLA, 2009, p.2).

A vigilância exercida pela mídia, principalmente durante o envolvimento de Vargas no escândalo do Detran, é vista por Miola como indutora de um autocontrole mais severo.

Ao procurar mais informações sobre o que ocorria no Tribunal naquele momento, passou a aprofundar a abordagem acerca de temas normalmente tratados com alguma superficialidade: a composição dos TCEs; a natureza das suas decisões; sua eficácia; o exato alcance das suas competências; conceitos técnicos como julgamento de contas, pareceres, débitos, multas, etc. A própria importância do trabalho do TCE-RS ganhou ênfase; ampliou-se o acompanhamento da atuação do MPC; das inspeções e auditorias; dos julgamentos e seus recursos (MIOLA).

Na ausência de uma regulação institucional, a mídia tem participação decisiva na fiscalização da Corte, pontua. “Reconheço que essa vigilância, exercida com responsabilidade e sob a orientação do princípio democrático, aprimora nossa atuação” (MIOLA). Um dos aspectos ainda pouco valorizados pela mídia, segundo o conselheiro, é o destaque às boas práticas de gestão pública, de modo a estimular o desenvolvimento de uma cultura de integridade.

Não se pode - e não se deve, por certo - deixar de veicular as irregularidades e os desmandos na seara dos poderes e órgãos de Estado. Mas também não se pode passar aos cidadãos a ideia de que tudo está perdido; ou que há uma espécie de laissez-faire, em se tratando de concessões indevidas, abusos ou permissividades no seio das estruturas estatais. Disseminar a confiança nas instituições, sem, logicamente, se abdicar da crítica, fortalece a democracia e a república (MIOLA).

O período de gestão de Miola vem sendo marcado por uma exposição favorável da instituição perante a sociedade. Iniciativas como a ampliação de canais de comunicação, a disponibilização do maior número de informações sobre a instituição em seu Portal e o protagonismo na preparação para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação imprimiram ao primeiro ano da gestão de Miola avanços significativos em relação à transparência. As mudanças são resultado de um esforço da instituição para recuperar a imagem desgastada por anos de isolamento e falta de iniciativas visando a prestar contas à sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nasceu da vontade de conhecer os motivos que levaram os gestores do TCE do Rio Grande do Sul a adotar uma nova dinâmica de se comunicar com a sociedade. Que influências eles sofreram e em que contextos se encontravam nos momentos de tomada de decisão? Como a mídia enxergava o TCE-RS? Partiu-se da hipótese de que a mídia era uma das protagonistas nesse processo, exercendo o papel de ator de accountability social para que a instituição adotasse práticas mais transparentes. Chega-se ao final da pesquisa com indicativos de que a hipótese tem sustentação nos fatos.

Para tanto, buscou-se resposta para as questões centrais desta pesquisa na análise de entrevistas com os quatro presidentes do TCE-RS durante os anos de 2008 e 2011 e de notícias, reportagens, editoriais e notas publicadas pelo jornal Zero Hora no mesmo período. Se no início o estudo enfoca a contextualização das mudanças institucionais, nas últimas páginas, evidencia os personagens que influenciaram a instituição e os mecanismos adotados por ela em busca da transparência.

Percebeu-se, nas entrevistas, que os gestores da instituição entram em consenso num único ponto em relação aos fatores que influenciaram na ampliação da transparência: a mídia, ao dar amplitude para o que ocorria no ambiente interno da Corte, teve ascendência preponderante na adoção de medidas que ampliaram a transparência e mudaram a forma da instituição se comunicar. Outros elementos que aparecem de forma pontual são os prefeitos, a sociedade e a falta de reconhecimento da atuação da Corte como impulsionadores de mudança nos rumos institucionais.

Excluindo o ponto convergente em relação à mídia, a ampliação do diálogo da instituição com população, na opinião de Vargas, foi provocada também pelos gestores municipais. Era a sociedade representada por seus eleitos que exigia uma presença social mais marcante. Peixoto evidencia o amadurecimento da sociedade democrática fortalecida a partir da Constituição de 1988 e refletida no exercício do controle social. O número expressivo de críticas vindas da sociedade, as quais eram deixadas sem respostas é levantado por Osório e, a falta de amparo junto ao tecido social, por Cezar Miola.

É de se reconhecer que o TCE-RS vem passando por intensas transformações no que diz respeito ao seu relacionamento com a sociedade nos últimos anos. Muitas dessas mudanças também foram provocadas pelo atual cenário da administração pública brasileira, incitada a tornar seus atos mais transparentes.

A transparência pública exerce um papel fundamental para a accountability e o controle social. Sem tomar ciência das ações dos gestores públicos, o poder de controle da população é enfraquecido. Durante muito tempo, uma espécie de hermetismo marcou a atuação do TCE-RS (MIOLA). A instituição se utilizava apenas de veículos formais para publicar seus atos. O Diário Oficial da instituição publicava as decisões de maneira resumida e com linguagem jurídica de difícil entendimento pela população em geral e as decisões administrativas eram comunicadas apenas para o ambiente interno.

Diante deste contexto, embora ao longo da história tenha cumprido um importante papel na prevenção, orientação e sancionamento, uma vez colocado em situações de dificuldade, o TCE-RS se via ao desabrigo junto à sociedade. O Planejamento Estratégico da Corte, documento que baliza a situação e dá os rumos para as iniciativas a serem tomadas, já apontava para questões-chaves, como o desconhecimento da população sobre a atuação da Corte e a necessidade da criação de canais de comunicação, mas, ao menos em uma publicação, citada anteriormente, coloca o interesse da mídia com uma ameaça externa ao lado da corrupção e do surgimento de auditorias privadas. Esse trecho expressa um pouco da realidade vivida no passado pelo TCE-RS, quando a preocupação central externa era o relacionamento com os gestores e não com a sociedade, beneficiária direta das suas ações.

A transparência foi adotada como um valor na identidade organizacional a partir do PET de 2006, mas, até o final da primeira década dos anos 2000, foi pouco praticada. Até meados de 2008, as reportagens que tratavam do TCE-RS na mídia, representada aqui pelo no jornal Zero Hora, em sua maioria, tinham como foco os altos salários, a politização da Corte e a demora na apreciação de alguns processos. Dificilmente a instituição frequentava as páginas do jornal por decisões saneadoras.

A situação foi agravada pela crise vivida em 2009, quando a instituição teve o seu mais alto representante envolvido no escândalo do Detran. O abalo chegou a colocar em risco a legitimidade da Corte. Responsável por zelar pela boa aplicação

de recursos públicos, tinha então seu presidente entre os acusados por desvio de dinheiro. Nesse ambiente de severa crise, a instituição precisou criar oportunidades para mudanças mais profundas (MIOLA). A atuação da imprensa ao revelar os detalhes da investigação que desviou milhões de reais dos cofres do Detran, fez com que outros assuntos também voltassem a ser foco de discussões.

O afastamento de Vargas da presidência da Corte, em setembro de 2009, evidencia o papel da imprensa com um ator de accountability social, conceito defendido por Peruzzotti e Smulovitz (2002). A medida não foi tomada diretamente por qualquer ação judicial ou governamental, mas imposta pelo colegiado do próprio TCE-RS, pressionado pela imprensa e já fragilizado pelo envolvimento de seu representante em denúncias de fraude. Nesse caso, na formulação dos autores, sanção teve origem num abalo de reputação gerado pela cobertura da imprensa, levando o tribunal a uma crise de imagem e de legitimidade perante a sociedade gaúcha.

Ao dar amplitude para o que ocorria dentro da instituição, a imprensa provocou a ativação da opinião pública, que por sua vez pressionou por mudanças, como num círculo virtuoso: a mídia informa a sociedade e também é informada por ela, ativando ao mesmo tempo as estruturas legais, provocando respostas (PERUZZOTTI e SMULOVITZ, 2002).

A importância da mídia reside também no que defende Powlick e Katz (2008): sem a cobertura da mídia, dificilmente um assunto se torna tema da opinião pública. Howlett (2000) atenta para o fato de que a imprensa tem impacto significativo sobre a tomada de decisões.

A aplicação do teto salarial ilustra esse cenário. Até então, o fato da instituição abrigar magistrados e servidores com remunerações elevadas encontrava-se em reportagens e notas da imprensa às margens do foco central. Ao jogar luz para o tema, citando os valores envolvidos e outros detalhes, criou oportunidades para que a instituição fosse sindicada e pressionada a dar respostas. Já em relação à politização do Conselho, a solução não se encontra sob o domínio de decisões internas. Virá somente de uma mudança na Constituição da República, que dita a forma de composição do Conselho.

Embora muito se tenha avançado na adoção de mecanismos para ampliar a transparência, alguns pontos de crítica da imprensa continuam sem encontrar eco nas decisões institucionais, como a divulgação dos relatórios de auditoria de forma

ativa, ou seja, em ambiente virtual, sem a prévia solicitação. Atualmente, com a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, esses documentos são disponibilizados após receberem parecer do Ministério Público de Contas e somente mediante solicitação.

A divulgação dos relatórios de auditoria antes do julgamento das contas estabelece uma relação mais transparente e democrática ao dar condições para que o cidadão conheça a totalidade do trabalho da instituição, podendo, assim, cobrar do Conselho decisões que contemplem os apontamentos da área técnica.

Por fim, esta providência deverá agregar, ainda, um efeito benéfico adicional: uma vez implantada a regra da publicação dos relatórios e das razões dos gestores, os atores envolvidos – no caso, os auditores do TCE-RS e os gestores dos órgãos auditados – tenderão a produzir peças tecnicamente ainda mais rigorosas. O efeito da publicidade pode refletir no aumento das exigências de qualidade por tornar possível a apreciação crítica de outras partes.

A criação de um Conselho Nacional que regule aspectos da vida administrativa dos tribunais de contas brasileiros e discipline procedimentos trará a possibilidade de uma efetiva responsabilização dos gestores dessas Cortes quando praticarem atos irregulares. Além disso, a própria atividade dessas instituições poderá ser beneficiada com a padronização de entendimentos em relação a questões centrais para o controle externo.

Temos a consciência de que nenhum órgão público está imune a práticas de corrupção, nepotismo ou qualquer outra prática que não seja condizente com as regras da administração pública, tanto no campo moral, quanto legal. Foi a partir dessa realidade tão retratada pela mídia que surgiram conselhos como o da magistratura e que se cria um ambiente propício para a implantação de um norte regulador dos órgãos de controle externo.

Os resultados da aplicação da Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no momento da consolidação dessa pesquisa, talvez venham a reforçar o caráter de vigilância da mídia sobre as atividades do poder público, além de garantir ao cidadão um direito que há muito tempo já está expresso na Constituição, no art. 5, inciso XXXIII: receber dos órgãos públicos informações de seu interesse. Diante dessa nova perspectiva, outras pesquisas poderão avaliar essa condição.

REFERÊNCIAS

AKUTSO, Luiz; PINHO, Joé Antônio G. de. Sociedade da Informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v.36, n.5, 2002.

ARANTES, Rogério B.; REIS, Bruno P. W. Instituições Políticas e Controles Democráticos: O Paradoxal Exercício Simultâneo do Poder e de sua Contenção. In: MARTINS, Carlos B; LESSA, Renato. (Org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo: Anpocs, 2010.

_____; ABRUCIO, Fernando Luiz; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. A imagem dos Tribunais de Contas subnacionais. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.56, n.1, p.57-82, 2005.

ARATO, Andrew. Representação e soberania popular e accountability. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, CEDEC, n. 55/56, p.85-103, 2002.

BRITTO, Carlos Ayres. **O regime constitucional dos tribunais de contas**. Revista da Esmese, Sergipe, n. 2, p.71-84, 2002. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/22287/regime_constitucional_tribunais_contas.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 jun. 2011.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n. 2, p.30-50, fev./abr. 1990.

COHEN, Bernard C. **The press and foreign policy**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1963.

COOK, Fay Lomax. et al. Media and agenda-setting: effects on the public, interest group leaders, policy makers and policy. **The Public Opinion Quarterly**. v.47, n.1, p.16-35, Spring, 1983.

CULAU, Ariosto Antunes; FORTIS, Martin Francisco de Almeida. **Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, 2006**. Disponível em: <<https://bvc.cgu.gov.br/handle/123456789/3235>>. Acessado em: 18 jul. 2011.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.

FILGUEIRAS, Fernando. Transparência e Controle da Corrupção no Brasil. In: AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando (Org). **Corrupção e sistema político no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2011.

FOCO OPINIÃO DE MERCADO. **Percepção do jurisdicionados em relação à atuação do tribunal de contas do estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://portal.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/noticias_internet/textos_diversos_pente_fino/PESQUISA%20QUALITATIVA.pdf>. Acessado em: 15 dez. 2011

GESTÃO, Ministério do Planejamento, Orçamento. **Documento conceitual do programa de modernização do controle externo – PROMOEEX**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=204&sec=18>>. Acessado em: 19 jul. 2011.

HARADA, Kiyoshi. **Conselho Nacional dos Tribunais de Contas**. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 3085, 12dez. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/20641>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

HOWLETT, Michael. A dialética da opinião pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. VI, n. 2, p.167-186, 2000.

ISLAM, Roumeen. **Do more transparente governments govern better?** Policy Reserch Working Paper, The World Bank, 2003. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=636439>. Acesso em: 15 dez. 2011.

JUSTIÇA FEDERAL, Trechos da decisão envolvendo a Operação Rodin, 2007. Disponível em: <<http://www.jfrs.jus.br/upload/secos/operacao%20rodin.pdf>>. Acesso em: jul. 2011.

LOUREIRO, Maria Rita.; ARANTES, Rogério; COUTO, Cláudio; TEIXEIRA, M. A. C. Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, Tribunais de Contas, Judiciário e Ministério Público. In: LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia Viotto. (Org.). **Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI**. 1.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010, v.1.

_____; ABRUCIO, Fernando Luiz. Finanças Públicas, Democracia e Accountability. In: BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo Roberto. (Org.). **Economia do Setor Público no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005, v.1.

_____; TEIXEIRA, M. A.; MORAES, Tiago Cacique. **Democratização e reforma do estado: o desenvolvimento institucional dos tribunais de contas no Brasil recente**. Revista de Administração Pública. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7612_2009000400002>. Acessado em: 19 jul. 2011.

MAIA, Rousiley C. **Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública**. Comunicação apresentada no XII Encontro da Compós, Porto Alegre, 2003. 22p. Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2011.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. **Transparência Administrativa: publicidade, motivação e participação popular**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, vol.26, p.176-187, 1972.

MIGUEL, L. F. (2005). **Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 25, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31109.pdf>>. Acesso em 22 dez 2011.

MIOLA, Cezar. **Conselho Nacional dos Tribunais de Contas**. Correio do Povo. Porto Alegre, p.2, 16 jan 2009.

_____. **Discurso proferido por Cezar Miola na Sessão Solene de posse no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 14-04-2008**. Disponível em: <http://portal.tce.rs.gov.br/pls/portal_prod/pk_portal_noticias.Prc_Download_Blob?p_noticia=537>. Acessado em: 20 jun. 2012.

_____. **Entrevista concedida a Priscila Oliveira**. Porto Alegre, 02 mai 2012.

_____. **Trecho de discurso de Cezar Miola na posse como presidente do TCE em 11 de julho de 2011**. Disponível em: <https://portal.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/noticias_internet/textos_diversos_pente_fino/Discurso%20de%20posseCezarMiola_0.pdf>. Acessado em: 20 jun. 2012.

MORAES, Tiago Cacique. **O processo de modernização dos tribunais de contas no contexto da reforma do estado no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Área de Concentração Transformações do Estado e Políticas Públicas. São Paulo: FGV/EAESP, 2006. Disponível em: <<http://www.cipedya.com/web/filedetails.aspx?idfile=156432>> Acesso em: 18 jul. 2011.

MOTTA, Fabrício. **Publicidade e transparência nos 10 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Revista Técnica dos Tribunais de Contas – RTTC. ano 1, n. 0, set. 2010. Belo Horizonte: Fórum, 2010. Disponível em: <http://www.joserobertoafonso.com.br/attachments/rttc_artigos.pdf>. Acesso em: 18 Jul. 2011.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 44, p. 27-54, 1998.

OSORIO, João. **Entrevista concedida a Priscila Oliveira**. Porto Alegre, 25 abr 2012.

PEIXOTO, Porfírio. **Entrevista concedida a Priscila Oliveira**. Porto Alegre, 08 mai. 2012.

PERARO, Maria Adenir; et al. **Cinquenta anos de história do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá: Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, 2004.

PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ, Catalina. Accountability social, la otra cara del control. In: PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ, Catalina (Org.). **Controlando la política**. Ciudadanos y médios en las nuevas democracias latinoamericanas. Buenos Aires: Editorial Temas, 2002.

PINHO, José Antônio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro vol.43, n.6, p.1343-1368, 2009.

POWLICK, Philip; KATZ, Andrew Z. Defining the American public opinion/foreign policy nexus. **Mershon International Studies Review**, n. 42, p.29-61, 2008.

PRADO, Otávio. **Governo eletrônico e transparência: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras**, 2004. Dissertação de Mestrado – Eaesp/FGV, São Paulo. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2432/127608.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 5 mai 2012.

RAZUK, Monica ester Strwve. **Idéias, debates, mídia e opinião pública: uma análise das dinâmicas de interação entre atores estatais e não-estatais nas disputas acerca das patentes farmacêuticas**. São Paulo, 2008. 231 p. (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Letras e Ciências Humanas). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-08042009-153208/pt-br.php>>. Acessado em: 15 dez 2011

SANO, Hironobu. **Nova Gestão Pública e accountability: o caso das organizações sociais paulistas**. São Paulo: FGV/EAESP, 2003, 149 p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação na FGV/EAESP, Área de Concentração: Governo e Sociedade Civil no Contexto Local). Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/os/03.10.15-DISSERTACAO-HIRO.pdf>>. Acessado em: 14 jul. 2011.

SCHEDLER, Andreas. **Conceptualizing accountability**. In: The self-restraining state: power and accountability in new democracies. London: Lynne Rienner, 1999.

TCE-RS - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **João Osório Assume o TCE e Declara Guerra à Corrupção**. Porto Alegre, 18 dez 2009. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2040746/joao-osorio-assume-o-tce-e-declara-guerra-a-corrupcao>. Acessado em 27 de julho de 2011.

_____. **Aumenta o número de notícias positivas do TCE na mídia impressa.** Porto Alegre, 6 jul 2010. Disponível em: <<http://pentefinotcers.blogspot.com/2010/07/aumenta-o-indice-de-noticias-positivas.html>>. Acesso em: 15 mai. 2011.

_____. **Política de Comunicação Social.** Porto Alegre, 2010a. Disponível em: http://www2.tce.rs.gov.br/docs/Politica_Comunicacao_TCE.pdf. Acessado em 10 mar 2012.

_____. **Histórico da Instituição. 2011a.** Disponível em: <<http://www2.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/historico>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

_____. **Competências do Tribunal de Contas.** 2011b. Disponível em: <<http://www2.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/competencia>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

_____. **Organização do Tribunal de Contas.** 2011c. Disponível em: <<http://www2.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/organizacao>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

_____. **Corpo Técnico do Tribunal de Contas.** 2011d. Disponível em: <http://www2.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/organizacao/corpo_tecnico>. Acesso em: 22 abr. 2011.

_____. **Identidade organizacional do Tribunal de Contas.** 2011e. Disponível em: <http://www2.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/qualidade/identidade_organizacional> Acessado em: 22 abr 2011.

_____. **Conselheiro João Osório se despede do TCE.** 2011f. Disponível em: <http://www2.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/administracao/gerenciador_de_conteudo/noticias/Conselheiro%20Jo%20Os%20se%20despede%20do%20TCE>. Acesso em: 28 abr. 2012.

TCU. **Conheça o TCU.** Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/institucional/conheca_tcu/historia>. Acessado em: 07 jul. 2011.

VALENTE, Ana Paola de Moraes Amorim. **Transparência e Opacidade:** o SIAFI no acesso à informação orçamentária. São Paulo: Annablume: Belo Horizonte. FUMEC, 2004, 286p.

VARGAS, João Luiz. **Entrevista concedida a Priscila Oliveira.** Porto Alegre, 27 mar 2012.

World Wide Web Consortium. **Manual dos dados abertos:** governo. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/59314806/Manual-Dados-Abertos-WEB>>. Acessado em: 10 ago. 2011.

XAVIER, Adroaldo. **Histórias do TCE**: discursos de posse de 1947 a 1968. Porto Alegre: Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Memorial TCE, 2005.

ZERO HORA. **O que faz do TCE um reduto de supersalários**. Porto Alegre, p.9, 4 nov 2007.

_____. **Deformações nos TCEs**. Porto Alegre, p.16, 13 nov 2007b.

_____. **Depuração da Verdade**. Porto Alegre, p.16, 11 jun 2008.

_____. **TCE vive crise de credibilidade**. Porto Alegre, p 4, 13 jun 2008a.

_____. **Limite aos supersalários**. Porto Alegre, p 20, 18 jul 2008b.

_____. **O tribunal desvirtuado**. Porto Alegre, p.16, 16 de set de 2009.

_____. **Na contramão da austeridade**. Porto Alegre, p.16, 1 mai 2009a.

_____. **Ex-rival é a aposta do futuro presidente**. Porto Alegre, p.8, 17 nov 2009b.

_____. **Conselheiros trabalham por afastamento de Vargas**. Porto Alegre, p.6, 5 set 2009c.

_____. **A maturidade dos municípios**. Porto Alegre, p.16, 7 nov 2009d.

_____. **Salários abusivos**. Porto Alegre, p.16, 11 jun 2010.

_____. **Não há rigidez necessária**. Porto Alegre, p.10, 26 jun 2011.

_____. **Transparência Pública**. Porto Alegre, p.12, 6 dez 2011b.

_____. **Realismo contra a corrupção**. Porto Alegre, p.12, 13 jul 2011c.

_____. **A política que desafia o TCE**. Porto Alegre, p.6, 26 jun 2011d.

_____. **TCE abre vagas e reabre debate**. Porto Alegre, p.6, 18 abr 2011e.

_____. **Critérios equivocados**. Porto Alegre, p.14, 19 abr 2011f.

_____. **Desperdício de energia**. Porto Alegre, p.10, 01 abr 2011g.

_____. **Driblando a transparência**. Porto Alegre, p.14, 6 out 2011h.

ANEXOS

ANEXO A - PRINCIPAIS TRECHOS DAS ENTREVISTAS CONCEDIDAS

1) João Luiz Vargas, conselheiro aposentado e ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado, entrevistado em 27 março de 2012.

Pesquisadora – O que o motivou a adotar mecanismos para ampliar a comunicação entre a sociedade e a instituição?

João Luiz Vargas – O que eu vi nos meus seis anos de Tribunal é de que os municípios erram muito, não por má intenção, mas por falta de informação. O Poder Público tenta a eficiência com rapidez e a eficiência não casa com rapidez. A eficiência depende de planejamento, desde a aquisição. Não adianta tu reformar um estádio se o prefeito fica depois com um problema sério na prestação de contas. Eu vejo esse espaço como não ocupado. O Tribunal tenta preencher, tentava antes e tenta hoje. O Ministério Público do Tribunal de Contas tem procurado, com seus parecer, a evitar com que façam isso. Me recordo que o TCE-RS era visto com uma distancia muito grande da sociedade. Hoje ele é visto bem próximo, mas é preciso que chegue mais para os prefeitos o que eles podem fazer. A Lei de Responsabilidade Fiscal, que eu disse que é um catecismo, tinha de estar sempre junto. A Lei 101 é uma realidade, tem de ter essa questão para que os prefeitos incorram cada vez menos em erros. Faz 43 anos que estou na vida pública. O melhor momento da minha vida pública foi o período em que estive no Tribunal em termos de colaboração com os setores que precisam ter informações. Saí do TCE-RS e voltei a advogar, embora na área criminalista. Estou também orientando algumas prefeituras. Não posso advogar no TCE-RS enquanto estiver na quarentena. Quero orientar os prefeitos. Quem tem o cargo de magistrado precisa ficar afastado por três anos, mas não é nem essa questão. Defendo que quem passa por uma instituição deveria ficar até mais tempo impedido. Daqui há três, quatro meses, quando termina a quarentena, ali terá muitas pessoas que deverão se declarar impedidos de atuar no processo, por lações de amizade e até mesmo por antipatia.

Pesquisadora – O senhor falou no início que o TCE-RS tem se colocado de uma maneira mais próxima da sociedade. O que o senhor acha que motivou esse processo?

João Luiz Vargas – O controle da sociedade. A sociedade hoje exerce um controle sobre quem exerce a atividade pública, seja prefeito, seja juiz de Direito, seja conselheiro do Tribunal, principalmente através da mídia. A mídia começou a cobrar do Tribunal uma inserção maior. O Tribunal evoluiu não no nosso tempo, mas avançamos muito. Hoje existe uma cobrança maior da sociedade. Existe uma estrutura fantástica no Estado que é o TCE-RS, com toda uma capilarização que são as regionais, técnicos qualificados e capacitados. Tendo toda essa capacidade disponível para a sociedade, a sociedade começou a cobrar. Talvez a gente, estando ali dentro, nem sentisse isso. Essa cobrança. Me recordo que no período em que estive na Presidência, tivemos 10 ou 12 reuniões no interior onde os municípios presentes cobravam do TCE-RS uma presença maior. Recordo das palestras do conselheiro Algir Lorenzon que dizia que o Tribunal não podia olhar pelo retrovisor, olhar para trás, aquilo que já aconteceu, mas ensinar o gestor público a olhar para frente. É dizer, olha, pare de cometer isso, pois estará cometendo falhas. Todas essas reuniões, os encontros que eram feitos com os servidores, serviram para que o Tribunal tivesse uma inserção maior na comunidade.

Pesquisadora - Qual o papel que a imprensa teve nesse processo?

Quando vejo hoje o Tribunal sendo citado na mídia, me sinto extremamente feliz. Sempre quis que o TCE-RS tivesse um espaço na mídia. É óbvio, no Direito, o que não está nos autos, não está no mundo. O que não está hoje na mídia, não está no mundo. O Tribunal, por mais que antes não tivesse instrumentos de transparência como tinha antes, também avançou muito. O julgamento dos processos pode ser acompanhado em tempo real. O Tribunal, no momento em que começou a usar a mídia e, só começou a usar por que tinha mídia interna. Talvez até por ser jornalista, no momento em que cheguei no Tribunal eu senti essa carência. Tinha um bom trabalho, mas precisava ser ampliado.

Pesquisadora - Como era o diálogo com a imprensa?

João Luiz Vargas – Vamos analisar em dois momentos. A mídia interessada em saber do TCE-RS e a mídia interessada em saber sobre a minha pessoa. Foram episódios da minha vida. É a minha história. Em momento nenhum eu fugi da mídia. Entendo que quem tem o seu trabalho remunerado pelo povo tem a obrigação de transmitir ao povo o que está fazendo dentro da sua atividade pública e também da privada. A gente tem saber que a mídia tem uma necessidade de divulgar as questões privadas. Se elas foram divulgadas de uma forma equivocada, errônea, a lei formal, o código de processo civil está aí. Em qualquer lugar a mídia tem de ter liberdade e a responsabilidade é de quem divulga. Quem tem vida pública tem suas atividades privadas também expostas. O TCE-RS tinha as suas informações hermeticamente fechadas. Não fui eu quem as abri, nem os que me sucederam. Vou fazer uma comparação: O Tribunal de Contas era uma ostra e dentro dela tinha uma pérola. As pessoas olhavam aquela ostra e não davam bola. O Tribunal veio trabalhando e aquela ostra se abriu e mostrou que havia uma pérola. O Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul é exemplo para o Brasil. Quando os auditores chegam nos municípios, as pessoas veem que são pessoas que estão preservando pela boa aplicação dos recursos públicos.

Pesquisadora - Quais as suas percepções em relação as matérias publicadas pelo jornal Zero Hora?

João Luiz Vargas – Existe uma força muito grande da mídia quando há algo errado. Isso é normal. É aquilo que eu aprendi. Se o TCE, o prefeito, o gestor está cumprindo as leis, a lei de responsabilidade fiscal, ele não é mídia, nem positiva. Mas se ele desconhece, não tem uma prática dentro desses trâmites, então ele é mídia. É bom que a gente comece a mudar. O prêmio do gestor público, esses prêmios que as entidades dão. Aquele prefeito que cumpre a lei precisa ser valorizado.. Imagine como uma prefeitura, como a de Porto Alegre, vai controlar tudo o que ocorre na administração. Se está havendo lá um desvio e, em todas as cidades é assim. O controle tem de ser grande e aí entra a comunidade. A comunidade tem de ter o controle e aí entra o que dizíamos nas reuniões. Se eu passo ali na rua e vejo que tem um operário da prefeitura trabalhando mal, não custa ir na ouvidoria da prefeitura e falar. Todas as prefeituras deveriam ter ouvidorias para que as pessoas pudessem denunciar. O que existe hoje é um controle da sociedade, desprovido do elemento político. O TCE-RS que é composto por pessoas

que tiveram uma vida política e, por mais que queiramos, ali não conseguimos fazer política. Vamos com uma consciência tal que, se vamos ter um posicionamento político, nunca é a favor do nosso companheiro. Se tu analisar, de todos os que vieram da Assembleia, a gente trata os que eram do mesmo partido com muito mais rigor. Existe isso.

Pesquisadora - Elas retratam os discursos da população?

João Luiz Vargas – A manifestação da mídia e da sociedade muitas vezes vem carregada de posições pessoais e políticas, representando grupos. O Tribunal, não. Eu falo por que consegui essa isenção. Quem teve tantos anos de vida pública, vereador, prefeito, deputado, consegui, no TCE-RS ter essa isenção. A mídia trata o Tribunal de uma forma diferente dos demais poderes. Talvez por que o TCE-RS não tenha nenhuma interferência sobre suas atividades. Mas vê de um modo diferente. A sua importância para a democracia é gigantesca. Ela contribui muito, mas nesse processo não consegue dar voz a todos os atores, é uma visão fragmentada do que acontece.

2) Porfírio Peixoto, conselheiro aposentado e ex-presidente do TCE-RS, entrevistado em 8 de maio de 2012.

Pesquisadora - Quais foram as prioridades da sua gestão?

Porfírio Peixoto – No pequeno período da minha gestão foi a instituição de um plano de carreira para os servidores do TCE-RS. Foi uma política que pacificou uma situação de intranquilidade que havia dentro do Tribunal e criou um longo período que até hoje ainda está atendendo aos interesses salariais dos funcionários.

Pesquisadora - Quais foram as principais dificuldades encontradas?

Porfírio Peixoto – Como foi um mandato tampão, em que substituí o conselheiro João Luiz Vargas em função da sua aposentadoria e dos fatos que na época o levaram a se aposentar, exigiu bastante compreensão, tolerância e, inclusive não alterei nenhum titular dos cargos de direção. Aliás, não houve, nem se quer, um atendente que fosse. Dei continuidade a um trabalho que vinha sendo realizado. Um bom trabalho do conselheiro João Luiz Vargas e não foi pelo seu trabalho aqui que ele se aposentou. Pelo contrário, seu trabalho aqui merece todo destaque. Foram

fatos estranhos ao tribunal. Isso exigiu de quem estava na Presidência a época bastante habilidade, bastante compreensão, uma pacificação geral, inclusive uma recuperação da imagem do Tribunal que se viu arranhada em função dos fatos que são de conhecimento de todos.

Pesquisadora – Em relação a essa recuperação da imagem, havia alguns processos em andamento, por exemplo, o portal da transparência.

Porfírio Peixoto – Eu diria que foi o pontapé inicial desta situação de transparência absoluta que hoje vive o Tribunal de Contas e que inclusive envolve outros setores da administração pública. Se não todos, a grande maioria. Foi início de uma nova fase na vida pública.

Pesquisadora - Durante a sua gestão havia uma preocupação em relação a transparência pública?

Porfírio Peixoto - Sim. A transparência não só das ações e atividades do TCE, como também dos seus próprios atos era, além de uma preocupação da alta administração, uma meta estabelecida no Planejamento Estratégico da Corte

Pesquisadora Caso positivo, algum instrumento foi adotado para garantir o acesso público das informações produzidas pela Corte?

Porfírio Peixoto - Coube a mim tomar algumas medidas, dentre as quais, a mais significativa, implementar o Portal de Transparência, no qual disponibilizamos na rede mundial de computadores, INTERNET, dados de gestão, tais como: relação de todos os servidores, efetivos e em comissão, por cargo, função, lotação; tabelas salariais; execução orçamentária, onde constam a relação de todos os gastos (finalidade, valores e credores); licitações e contratos, bem como todas as fases andamento de concursos público realizados no âmbito do TCE. Também vão para o Portal as atividades e o trabalho desenvolvido, tanto pelas equipes de Auditoria, quanto no que se refere aos julgamentos, atos normativos e material pedagógico, elementos fundamentais para o aperfeiçoamento da gestão pública e para o esclarecimento dos cidadãos. Este Portal, que começou na minha gestão, foi aperfeiçoado e hoje é uma ferramenta indispensável para todos aqueles que desejam ou necessitam seguir *pari passo, on-line*, as atividades desenvolvidas pelo Tribunal e quanto custamos para a Sociedade. É desta época, também, a criação de

nossa rádio web que, além de veicular notícias relacionadas às atividades da Corte, transmite ao vivo as sessões de julgamento. Nos dias de hoje, estas transmissões ao vivo se fazem tanto por áudio como através de vídeo.

Pesquisadora – O que motivou a instituição a adotar mecanismos de transparência?

Porfírio Peixoto – A sociedade está permanentemente exigindo. E faz muito bem. O Tribunal de Contas é um grande instrumento de correção dos desvios de conduta dos administradores públicos. Evidentemente que tem de dar exemplos. O melhor exemplo que o Tribunal pode dar é introduzir no seu seio a transparência. Isso veio a atender as aspirações da sociedade. A sociedade quer saber para onde vai o dinheiro do esforço contributivo de cada cidadão. O Tribunal não fez nada mais do que interpretar esse sentimento coletivo. Foi também, sobretudo, uma exigência decorrente da evolução da sociedade democrática que criamos a partir da Constituição de 1988. O cidadão brasileiro de hoje exige que se preste contas do dinheiro que é posto a disposição dos entes públicos, para que possam cumprir sua missão institucional. Merece destaque a atuação da mídia que sempre atenta e diligente, funciona como uma via de ligação entre o cidadão e as instituições públicas.

Pesquisadora – Qual o papel que a imprensa teve nesse processo?

Porfírio Peixoto – É fundamental, vital. Ninguém isoladamente pode expressar o seu sentimento. A imprensa expressa o sentimento coletivo. Até por que a imprensa também faz parte da sociedade e não vai contrariar o sentimento da sociedade. A imprensa divulga aquilo que a sociedade sente e pensa e faz com que os administradores públicos e os homens responsáveis pela condução da questão pública tome conhecimento disso.

Pesquisadora – Quais as suas percepções em relação as matérias publicadas pelo jornal Zero Hora?

Porfírio Peixoto – O jornal apenas noticiou os fatos. Repercutiu o que aconteceu. Evidente que quando o titular de uma representação institucional se desgasta, a instituição se desgasta juntamente. Havia também o desconhecimento de algumas pessoas que não conseguiam descolar o presidente conselheiro com o deputado. As

razões que levavam ao desgaste o conselheiro João Luiz foram procedimentos adotados quando deputado estadual e não como conselheiro. As pessoas não tem essa paciência e percepção para fazer esse descolamento. Naturalmente que a instituição se desgastava junto e isso exigiu um trabalho de recuperação de imagem que foi iniciado na breve gestão que tive e que hoje, felizmente, resultou numa boa imagem do TCE-RS. Hoje a imagem do Tribunal é excelente. Diria que a sociedade começa a estimar o TCE-RS, começa a querer bem por que vê nele um instrumento de defesa dos seus interesses.

Pesquisadora – O senhor acredita que a abertura da instituição levou a uma recuperação da imagem?

Porfírio Peixoto – Sim, foi fundamental. Acho que não há mais ambiente para nenhum órgão público ter segredos. Acho que as instituições públicas têm de ser abertas. Não ser aquelas que, pela sua natureza, não podem dar conhecimento do que fazem, como órgãos de segurança ou algo assim. Mas aquilo que for inerente aos gastos públicos, aquilo que repercutir econômica e financeiramente, acho que tem de ser permanentemente de conhecimento daqueles que contribuem para essas instituições.

Pesquisadora – O senhor acredita que a imprensa, de alguma forma auxiliou a instituição a adotar mecanismos de transparência?

Porfírio Peixoto – Com certeza. A imprensa, ao longo dos tempos, ela sempre foi promotora do progresso, do desenvolvimento. Inclusive estimuladora da criatividade humana. Não é a toa que todos os ditadores silenciam a imprensa. A primeira coisa que um ditador faz é censurar a imprensa. Não há ambiente no Brasil para isso. Para essas coisas acontecerem tem de haver o chamado estado psicossocial que autoriza e permite essas coisas. No Brasil não há ambiente para isso. A sociedade se revoltaria.

João Osório, conselheiro aposentado e ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado, entrevistado em 25 de abril de 2012.

Pesquisadora – Quais foram as prioridades da sua gestão?

João Osório - Eu considero como fundamentais duas prioridades que eu me propus a trabalhar. Primeiro a aplicação do teto salarial. Essa questão trazia um descontentamento com a grande maioria dos servidores. Somente 62 servidores estavam acima do teto isso dificultava, inclusive as relações internas da Casa. Eu diria que o plano de carreira foi muito importante. Ele foi aprovado pela Assembleia Legislativa em função da adoção do teto. Essas duas questões, a aplicação do teto e a implantação do plano de carreira foram fundamentais para se começar as profundas mudanças dentro do Tribunal de Contas.

Pesquisadora - Quais foram as principais dificuldades encontradas?

João Osório - A grande dificuldade encontrada foi realmente a aplicação do teto. Os salários que ultrapassavam o teto e levavam os servidores a ganharem mais do que ministro do Supremo Tribunal, do que desembargadores e conselheiros, eles conseguiram dentro da legislação existente. Não houve má fé dos servidores. E isso eles buscaram reverter com processos na Justiça. Não é fácil quando tu mexe no bolso do servidor. Foi bastante difícil convencer da necessidade de se procurar nivelar ao máximo os salários. Eu diria que hoje aquelas pessoas se sentiram prejudicadas entenderam que foi importante e foi válido essa mudança.

Pesquisadora - Durante a sua gestão, havia uma preocupação em relação a transparência pública?

João Osório - Eu diria que essa matéria de transparência ela foi fundamental, decisiva, grandes mudanças na sociedade. O que acontecia com o TCE-RS? Ele falava para dentro, da corporação, mas não falava com a sociedade. Vinham as críticas e não tinha ninguém para fazer a contrapartida. Gosto muito de usar um exemplo para ilustrar essa questão. Sempre que o tema Tribunal de Contas aparecia no Programa Conversas Cruzadas, da TV COM, um conhecido cientista político participava e criticava duramente a instituição. Até que um dia resolvi participar do

programa com ele para esclarecer alguns pontos. Durante o programa, já na abertura, disse ao cientista que eu estava ali por causa dele. Que eu havia mudado meus compromissos naquela noite para debater com ele. Então, argumentei várias questões criticadas por ele. No final, ele disse: “Prestei um grande serviço para a sociedade. Trouxe o senhor de casa para o senhor falar para o público e é isso que deve ser feito. A partir da li passamos a conversar e outras pessoas a debater. Montei um grupo de trabalho interno no Tribunal para conversar para valer com a sociedade. Começamos a fazer palestrar pelo Rio Grande a fora para falar do Tribunal. Dávamos muitas entrevistas para rádios, jornais e TVs. O Tribunal passou a adquirir uma notoriedade muito grande. A imprensa preencheu um lugar que a instituição não conseguia chegar com informação. A imprensa passou a abastecer de informações a massa da população que estava fora da participação do processo de transparência. Os jornalistas foram peças fundamentais nesse contexto.

Pesquisadora - Algum instrumento foi adotado para garantir o acesso público das informações produzidas pela corte? Quais?

João Osório - Com a ida do sociólogo Marcos Rolim para a Comunicação do TCE-RS, foram instituídas ferramentas de divulgação das decisões plenárias e administrativas, como o Blog Pente Fino, que depois deu lugar ao Portal TCE-RS e ao Twitter. As críticas de que o TCE-RS não era transparente era verdadeiras. Não vamos nos enganar. O que nos forçou a montar uma equipe voltada para a divulgação das informações da instituição foram as críticas recebidas. Hoje essas ferramentas estão muito mais aperfeiçoadas.

Pesquisadora - O que motivou a adoção das ferramentas de transparência?

João Osório - Tu não faz uma mudança de um momento para o outro. Essa continuidade do atual presidente em cima desse trabalho de transparência foi fundamental. Quando fui para o Tribunal de Contas, tinha sido deputado em seis mandatos pelo PMDB e quando cheguei na Presidência, convidei para integrar minha equipe, um ex-deputado e hoje sociólogo, do PT, o Marcos Rolim. Ele foi meu colega na Assembleia. Precisava mostrar para a sociedade que o Tribunal não era partidarizado. Nesse desafio, o Marcos Rolim me ajudou muito. Os meios de comunicação passou a dar ênfase as medidas adotadas pela Corte, mostrando uma visão menos partidarizada. Vamos pegar um jornal que tem grande circulação.

Vamos pegar a Zero Hora. Vamos fazer uma leitura das matérias que a ZH publicava. Nos seus editoriais e matérias. Vamos ver a mudança nas críticas contidas ali. Mas por que a Zero Hora mudou a sua visão crítica em relação ao TCE. Por que ela percebeu que essa mudança positiva estava acontecendo. Fazendo essa leitura vamos ver que as decisões tomadas estavam no rumo correto.

Cezar Miola, presidente do Tribunal de Contas do Estado, entrevistado em 02 de maio de 2012.

Pesquisadora - Quais foram as prioridades da sua gestão?

Cezar Miola - A atual administração do TCE-RS teve início em julho de 2011, com término previsto para dezembro de 2013. Com isso, tem-se um período ligeiramente superior ao tradicional biênio dos mandatos dos presidentes da Casa. Esse registro inicial, ao lado de evidenciar a própria peculiaridade, tem o objetivo de destacar que alguns dos projetos e ações ora em curso ou planejados se situam numa perspectiva de médio e longo prazos, na medida em que nos 18 meses anteriores exerci a vice-presidência do Tribunal e, por delegação, implantei ou acompanhei diversas iniciativas na estratégia e na operação. Nesse quadro, destaco que o instrumento norteador da gestão é o Planejamento Estratégico da Casa, principal ferramenta balizadora dos projetos em curso ou em formulação. A partir desse "fio condutor" foram definidos os seguintes eixos básicos de atuação:

- a) o ambiente interno – investimentos no “capital humano” e nos recursos materiais, visando à máxima efetividade do controle;
- b) a relação qualificada e republicana com os jurisdicionados, incluídos, aqui, os gestores e demais agentes públicos;
- c) o fortalecimento das relações interinstitucionais;
- d) a relação com a sociedade, com foco na transparência e, a partir daí, no fortalecimento do controle social; e
- e) o controle externo em ação, sem se abdicar da função orientadora, com ênfase na prevenção.

Pesquisadora - Quais foram as principais dificuldades encontradas?

Cezar Miola - Uma das principais dificuldades para a concretização dos diversos projetos reside nas limitações de ordem orçamentária. A Lei de Meios do TCE-RS sofreu sucessivas reduções no seu valor real desde meados da década de 1990, e, com isso, restaram afetados investimentos em instalações, equipamentos, serviços e, sobretudo, em relação à imprescindível ampliação do quadro técnico. Para se evidenciar esse quadro, basta referir que em 2004 o Orçamento do TCE-RS representava 1,25% daquele do Estado; já em 2011 correspondeu a 0,76%. Outro dado: no período de 2000 a 2011 o número de servidores da Casa cresceu apenas 3,26%. Esses dados ganham relevo quando se verifica que, nesse mesmo intervalo de tempo, os TCs assumiram diversos e expressivos encargos, como é o caso da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000, a qual impôs inúmeras obrigações aos órgãos de controle externo, e, com isso, investimentos em infraestrutura operacional, recursos humanos e *TIC*, além de outros. De outra parte, no mesmo momento histórico se dá a consolidação da presença e atuação do Ministério Público de Contas (o qual nem mesmo assim se denominava – a identificação era "Ministério Público Especial" junto ao TCE). Desde então, o MPC tem provocado a atuação do TCE-RS através de um expressivo número de representações, em regra envolvendo temas complexos e de grande repercussão. Maior ativismo também pode ser constatado em relação às unidades técnicas da própria Casa; dezenas de inspeções especiais e extraordinárias vêm sendo realizadas a cada ano, a partir de estudos preliminares, consultas a bases de dados próprias e de outros órgãos, Internet e diários oficiais.

Pesquisadora - Das prioridades, o que foi colocado em prática?

Cezar Miola - Em termos gerais, pode-se dizer que todos os principais projetos inicialmente estabelecidos estão sendo implementados, além de outros que vêm sendo agregados.

Pesquisadora - Qual a participação do TCE-RS, durante a sua gestão, na implantação do portal da transparência do Governo do Estado?

Cezar Miola - O Portal do Governo do Estado foi desenvolvido num período em que o TCE-RS passava por dificuldades diversas, decorrentes, em boa dose, das ocorrências que afetaram o então presidente da Casa (2008/2009). Essa circunstância acabou por impedir um necessário e viável, num projeto de tal magnitude e interesse para o controle externo. De todo modo, informalmente o

“presidente interino” à época (Porfirio Peixoto) me incumbiu de acompanhar a criação e implantação desse novo sítio, particularmente em relação aos informes atinentes à nossa Instituição. Juntamente com técnicos da Casa, participei de reuniões junto à Contadoria e Auditoria-Geral do Estado e outros órgãos.

Em síntese, pode ser dito que o TCE-RS colaborou, ofereceu sugestões e disponibilizou todas as informações disponíveis para a concretização desse importante projeto.

Pesquisadora - Durante a sua gestão, havia uma preocupação em relação a transparência pública?

Cezar Miola - Posso dizer que a preocupação com a transparência marca minha caminhada de mais de 20 anos na Casa. Ainda em 1996, à época auditor público externo do TCE-RS, embora com as limitações inerentes à relação hierárquica, propugnava por uma nova forma de relação entre a instituição e a sociedade. A expressão transparência, embora antiga, não era ainda bradada como nos dias atuais, no sentido de representar a autêntica concretização do princípio da publicidade. Posteriormente, como membro e, por quase oito anos, na condição de procurador-geral do MPC, penso ter contribuído para a afirmação do órgão ministerial junto ao TCE-RS, em cujo cenário se coloca uma preocupação com a articulação e parceria com outras instituições e, sobretudo, no tocante à relação com a imprensa e, através dela, com a sociedade. Porém, até passado recente, nem as ferramentas tecnológicas ofereciam as alternativas atuais, nem o MPC contava com o *status* somente ao longo dos anos consolidado e do acesso às bases de dados da Corte, nem havia a adequada compreensão do seu papel institucional no seio do próprio Tribunal. Já no exercício da vice-presidência do TCE-RS, submeti ao então presidente, conselheiro João Osório, a proposta de se agilizar o processo de implantação do novo Portal da Casa, o que veio a se concretizar em dezembro de 2010. Esse projeto representa um marco na história da Instituição e, sobretudo, na sua relação com a sociedade. O conteúdo apresentado, abrangente, claro, acessível, e constantemente atualizado, evidencia um compromisso com a informação transparente, e, por canais como a Ouvidoria e o Fale Conosco, o TCE-RS revela que, para além de informar, o órgão de controle pretende dialogar com a cidadania. Atualmente, exercendo a honrosa função de presidente da Corte de Contas, juntamente com o Conselho, dirigentes e técnicos, tenho investido no

aperfeiçoamento contínuo desse que é um dos principais instrumentos da comunicação da Casa. E esses investimentos têm se traduzido em resultados concretos, como a escolha do Portal do TCE-RS como o mais completo e qualificado de todos os TCs brasileiros. Na mesma linha, os números relativos à atuação da Ouvidoria e o seu crescimento verdadeiramente exponencial em termos de denúncias que vêm sendo recebidas.

Mais recentemente, com a edição da Lei Federal nº 12.527, já conhecida como Lei de Acesso à Informação, o TCE-RS se viu direcionado a uma atuação ainda mais efetiva no tocante à transparência. Dois grandes objetivos devem ser alcançados: de um lado, a chamada transparência ativa, por meio da qual a administração pública efetivamente se coloca em público, através dos seus portais. Disponibiliza-se ao universo, literalmente, o maior acervo possível de informações, independentemente de demanda. Quando da vigência da Lei o TCE-RS já implementara a quase totalidade das novas regulações, com planos de ação com relação às poucas pendências. Destaco, ainda, a veiculação dos chamados dados abertos, o que representa a possibilidade de análises abrangentes, cruzamentos e geração de relatórios os mais diversos, conforme o escopo pretendido.

E, uma vez demandado, o Tribunal vai fornecer todos os informes relativos à sua atuação na seara do controle e à própria vida administrativa da Casa, ressalvados os casos em que, legalmente, se assegura o sigilo ou a reserva de dados. Além disso, temos o compromisso de fiscalizar a aplicação da norma nos mais de 1.200 entes jurisdicionados, o que haverá de se fazer em caráter prioritário, embora numa perspectiva de processo, cuja implantação será, inevitavelmente, gradual.

Pesquisadora - Caso positivo, algum instrumento foi adotado para garantir o acesso público das informações produzidas pela corte? Quais?

Cezar Miola - Acredito que no mesmo Portal do TCE-RS podem ser encontradas muitas formas pelas quais se vem processando o acesso às informações produzidas pela Corte. Mas não apenas essas, uma vez que a Corte também custodia muitos informes gerados primariamente por outras estruturas de Estado. Pode-se referir: a publicação de todos os dados relativos à despesa gerada pelo Estado e por todos os municípios gaúchos; nas áreas da saúde e educação, evidenciando os desempenhos de cada ente, etc.

Pesquisadora - O que motivou a adoção dos mesmos?

Cezar Miola - Quando estudamos Gilberto Freyre, Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda, sobretudo estes, passamos a entender melhor boa parte da origem de problemas que nos afetam ainda neste início de Século XXI. No período que vem do descobrimento aos nossos dias, são muitos os exemplos de desmando, do patrimonialismo e da falta de um efetivo compromisso com a aplicação dos princípios da moralidade, da impessoalidade e da legalidade. Aliás, os antológicos sermões do Padre Vieira são pródigos ao ilustrarem tais situações.

Mas a cultura da apropriação do público pelo privado, em certos casos, ainda perdura, mesmo que não necessariamente traduzida em atos de corrupção, expressão aqui empregada como sinônimo de todos os ilícitos praticados contra a administração pública. Exemplo disso é o gerenciamento dado à informação pública, normalmente tratada como propriedade dos agentes e das organizações.

No caso do TCE-RS, uma espécie de hermetismo marcou sua atuação e a forma de o mesmo se comunicar com a sociedade. Na verdade, afora as publicações oficiais, eram raros outros informes, sendo que o Portal na Internet era utilizado para escassas veiculações. Não havia uma estrutura minimamente adequada na seara da comunicação social; as diretrizes de cada administração da Casa, se não vedavam, certamente não estimulavam uma ação mais abrangente nesse campo. As poucas notícias a respeito do trabalho do Tribunal envolviam, em regra, algum julgamento de interesse pontual; eventual problema detectado na vida administrativa do próprio TCE-RS; o retardo no julgamento de processos; as remunerações elevadas e outros temas do gênero. Nesse cenário, embora ao longo da história a Corte tenha cumprido importantíssimo papel na prevenção, orientação e sancionamento, sempre em prol da boa gestão e na defesa do erário, uma vez colocado em situações de dificuldade, o TCE-RS se via ao desabrigo, sem amparo junto ao tecido social. E não era de estranhar que assim fosse. Não obstante a relevância do trabalho que desenvolve na prevenção e na repressão, zelando pela boa gestão governamental, sua legitimação, em termos concretos, parecia frágil. E isso se evidenciou nos episódios críticos de 2008. Assim, num ambiente de severa crise, era preciso colher uma oportunidade para mudanças mais profundas, o que acabou ocorrendo, com algumas delas aqui destacadas. E elas continuam tendo curso.

Pesquisadora - Qual o papel que a imprensa teve nesse processo?

Cezar Miola - A imprensa tem um papel muito importante, sobretudo nessa quadra histórica antes referida. Ao procurar mais informações sobre o que ocorria no Tribunal naquele momento, passou a aprofundar a abordagem acerca de temas normalmente tratados com alguma superficialidade: a composição dos TCs; a natureza das suas decisões; sua eficácia; o exato alcance das suas competências; conceitos técnicos como julgamento de contas, pareceres, débitos, multas, etc. A própria importância do trabalho do TCE-RS ganhou ênfase; ampliou-se o acompanhamento da atuação do MP junto ao Tribunal; das inspeções e auditorias; dos julgamentos e seus recursos.

Eu diria que a imprensa colocou-se, de uma forma geral e objetiva, como os olhos da sociedade em relação ao trabalho do TCE-RS, induzindo, inexoravelmente, a uma espécie de autocontrole muito mais severo, que pode ser percebido de vários modos.

Pesquisadora - Como era o diálogo com a imprensa?

Cezar Miola - Considero que o diálogo que mantemos com a imprensa é qualificado, marcado, como regra, pelo respeito mútuo, numa relação de cooperação, sendo que os legítimos interesses envolvidos são tratados com profissionalismo. O TCE-RS respeita a atuação dos veículos e seus profissionais, oferecendo plenas condições de atuação aos mesmos. Na verdade, deve-se dizer que há um grande esforço nesse sentido, haja vista que a estrutura de comunicação da Casa, embora marcada pela grande competência e dedicação dos seus servidores, é pequena, insuficiente para atender às crescentes e justificadas demandas, muitas delas nascidas no meio social, redes e outros canais. Também deve ser mencionado que os espaços opinativos são tratados com respeito e juízo crítico no ambiente interno. Ainda que a percepção ou o entendimento que se tenha na Casa seja diverso daquele manifestado pelo colunista, repórter ou editor, sempre se trata da questão sob a perspectiva da plena liberdade de imprensa e do direito de informar e opinar. Eventuais contrapontos são externados nessa mesma perspectiva e, de modo geral, são devidamente recepcionados. O TCE-RS é uma instituição republicana, que deve prestar contas, ser fiscalizada no seu agir, e a imprensa tem participação decisiva para tal. Reconheço que essa vigilância, exercida com responsabilidade e sob a orientação do princípio democrático, aprimora nossa atuação. Por isso, também, a Instituição, e eu, pessoalmente, defendemos a criação do Conselho Nacional dos

Tribunais de Contas Duas PECs a respeito tramitam no Congresso, mas sem previsão de votação em plenário. Na verdade, o TCE-RS acumula um rico acervo de informações de interesse da sociedade, e a imprensa, junto com o Portal institucional, pode fazer a mediação ideal para dar conhecimento desses dados.

Pesquisadora - Quais as suas percepções em relação as matérias publicadas pelo jornal Zero Hora?

Cezar Miola - Em relação ao jornal Zero Hora, e, de resto, aos "grandes periódicos" da Capital, de modo geral, considero que as abordagens pertinentes ao TCE-RS são caracterizadas pela imparcialidade e independência. Entendo que, ao ampliar progressivamente a cobertura em relação à atuação do Tribunal, o veículo tem valorizado a própria missão constitucional dos órgãos de controle. Em termos editoriais, observo que uma objeção recorrente diz respeito à forma de composição dos tribunais de contas e a questões daí decorrentes. Tratando-se de um modelo ditado pela Constituição Federal, será sempre muito importante destacar esse aspecto, cuja "resolução" não cabe ao TCE-RS, embora, evidentemente, incumba ao Poder Legislativo, em cada caso, observar criteriosamente as exigências fixadas pela própria Lei Maior para tais investidas. Tenho que, sem embargo de eventuais - e respeitáveis, frise-se - críticas, o jornal valoriza o controle externo promovido pelos tribunais de contas. Diversos editoriais já foram publicados nessa linha. E o TCE-RS tem tido a sua atuação tratada com isenção e equilíbrio.

Pesquisadora - Elas retratam os discursos da população?

Cezar Miola - Não sei exatamente o que, ou quais, seriam os discursos da população, mas, de uma forma geral, parece-me que até aqui Zero Hora tem cumprido uma missão de extrema relevância, sintonizada com o que se poderia denominar anseios da sociedade. Sua linha editorial prestigia os grandes princípios e valores abrigados pela Constituição Brasileira. O exercício da liberdade de imprensa, particularmente nos temas dizentes com a administração pública, vai ao encontro do almejado pela mesma sociedade, que anseia, legitimamente, por uma gestão governamental proba, eficiente e eficaz. Um aspecto a ser colocado diz com a necessidade de, não apenas ZH, mas todos os veículos de comunicação, destacarem mais as boas práticas de gestão pública, de modo a estimular o desenvolvimento de uma cultura de integridade. Não se pode - e não se deve, por certo - deixar de veicular as irregularidades e os desmandos na seara dos poderes e

órgãos de Estado. Mas também não se pode passar aos cidadãos a idéia de que tudo está perdido; ou que há uma espécie de "laissez-faire", em se tratando de concessões indevidas, abusos ou permissividades no seio das estruturas estatais. Disseminar a confiança nas instituições sem, logicamente, se abdicar da crítica fortalece a democracia e a república.

Pesquisadora - O senhor credita ao Portal um dos maiores avanços em termo de comunicação da Corte?

Cezar Miola - Foi um dos maiores investimentos estratégicos e republicanos que o TCE-RS fez na sua história recente, permitindo um verdadeiro diálogo com a sociedade. Não se trata apenas de difundir informações, mas de fazê-lo permitindo o acesso fácil, de modo inteligível, numa linguagem adequada aos fins a que se propõe. Com o Portal também passamos a ouvir mais, na medida em que disponibilizamos esse instrumento moderno a um significativo universo de pessoas. Mas, no particular, a Ouvidoria e o Fale Conosco são de uma eficácia indiscutível. O número de demandas apresentadas junto à Ouvidoria, particularmente, bem demonstra o que ora refiro. Com isso, a relação de diálogo com a cidadania ficará cada vez mais forte; efetiva. E a tendência é de que a demanda continuará crescendo. Ao mesmo tempo, nesse quadro emergem preocupações, sobretudo acerca de como vamos dar respostas adequadas, do ponto de vista do tempo e da qualidade do retorno. Para isso, estamos permanentemente nos capacitando.

Pesquisadora - O senhor acredita que o aumento no número de denúncias tem a ver com a melhora da imagem da instituição?

Cezar Miola - Não tenho dúvidas, na medida em que é perceptível o fortalecimento da imagem e da própria credibilidade do TCE-RS . Até porque as pessoas não procurariam a instituição se nela não confiassem. Os cidadãos não trariam denúncias ao Tribunal se a expectativa não fosse a de se ter o tratamento já reconhecido. O fato de o denunciante receber um número de protocolo para acompanhamento demonstra que a demanda "não se perde"; ele tem como acompanhar, monitorar e cobrar do Tribunal. Esse é outro fator importante: a confiança. Estou convencido de que a sociedade confiava no Tribunal de Contas, mas o via como um ente "distante". Muitas pessoas ainda não acessam o nosso Portal, mas, por vezes, tomam conhecimento de informes, sobretudo pelas rádios e

pelos jornais. Cito um exemplo pontual: ao longo dos últimos meses, o Tribunal desenvolveu campanha veiculada em rádios, que se dirigiu à população de todo o Estado empreendido em parceria com a AGERT através da qual houve a divulgação gratuita de aproximadamente 30 spots com mensagens institucionais, sobre diferentes temas de interesse público: controle externo, administração pública, participação cidadã, e outros. Há ainda uma série de iniciativas na área educativa, todos ajudando a colocar o cidadão em contato próximo com o Tribunal, sedimentando a legitimidade que é fundamental para um órgão como o nosso. Nesse sentido, em face de uma série de ações que vêm sendo implementadas, posso afirmar que a comunicação institucional cumpre um papel preponderante.

Pesquisadora - Em relação a atuação da imprensa, como o senhor avalia a opinião pública na tomada de decisões?

Cezar Miola - Por ser uma instituição da República, o TCE-RS presta contas através dos mecanismos institucionais, e ainda diretamente para a sociedade, como todos os entes de Estado devem fazê-lo. E o faz por vários mecanismos: de modo formal, diretamente para a Assembléia Legislativa. O próprio Ministério Público e o Ministério Público de Contas também exercem fiscalização em relação aos TCs. Mas é preciso ir além disso. Uma instituição como o TCE-RS pode e deve ser sindicada por outras esferas, com destaque para o controle social. E hoje esse controle está acompanhando a nossa gestão administrativa cuja transparência considero bastante satisfatória. Sendo o TCE-RS um ente público que também gera despesas de pessoal, promove contratações de obras e serviços e aquisições de bens, incumbe-lhe o dever de transparência; é a convicção que tenho. Mas sempre há espaço para melhorias. E a Lei de Acesso à Informação agora nos baliza, torna mais precisos vários conceitos e, por certo, vai fomentar a participação da sociedade em relação aos temas ligados à gestão governamental. O TCE-RS procurou se preparar da melhor forma possível para implementar as novas regras no seio da sua vida administrativa e igualmente para bem fiscalizar a concretização das mesmas no âmbito dos quase 1250 jurisdicionados. E essa relação com a sociedade é, em muito, mediada, propiciada e até viabilizada pela imprensa.

Pesquisadora - Como a imprensa influenciou na tomada de decisões? O senhor acredita que ela gerou algum tipo de pressão nesse processo?

Cezar Miola - Acredito que sim. Ao mesmo tempo, de algum modo, pode-se dizer que essas pressões são inerentes à condição humana e ao ambiente democrático. No passado recente, a instituição se viu mais demandada, mais pressionada, por diferentes formas. É claro que ao se julgar, ao se decidir, é preciso ter um elevado sentido de ponderação, de sensibilidade, mas nunca se descuidando do conjunto dos valores e princípios que emanam da Constituição. Assim, não se pode deliberar apenas à luz do que seria uma espécie de senso comum. Por outro lado, não há uma regra absoluta a presidir todo esse processo. Muitas vezes as questões técnicas e jurídicas reclamam uma solução que pode, eventualmente, desagradar o conjunto da opinião pública. O que parece imprescindível - e o ministro Ayres Brito afirmou isso em seu discurso de posse na presidência do STF -, é se ter sensibilidade para esses aspectos que emergem do tecido social e que são tornados públicos através dos veículos de comunicação. A percepção que tenho é de que o Tribunal não mudou substancialmente sua orientação jurisprudencial, mesmo depois dos momentos de crise aguda, antes mencionados. Mas mudou, por certo, a maneira como lida com a informação. Cito um exemplo prático: a disposição de transmitir as sessões pela rádio e pela internet. Isso coloca o Tribunal de Contas do RS em público, definitivamente. E foi preciso coragem para fazê-lo. O Tribunal teve a determinação de efetivar esse movimento. Então, voltando ao início da questão: considero que o Tribunal sentiu esse impacto e, buscando a transparência, utilizou-se de vários mecanismos para estabelecer uma nova forma de se relacionar, sobretudo com o ambiente externo. O novo sítio foi fundamental por se constituir numa forma ágil de dialogar com a sociedade, embora eu considere que os veículos ditos "tradicionais" também estejam sendo muito importantes nesse processo. A atual administração da Casa tem procurado investir na Assessoria de Comunicação Social do TCE-RS. Ela não tem, ainda, a dimensão ideal em termos de organização, de recursos humanos e materiais, mas está muitíssimo mais estruturada em relação ao passado. Então, há um conjunto de ações, traduzidas em investimentos com pessoal, em recursos materiais e na construção de uma política de comunicação. Ouso dizer que todos, na Casa, sabem qual é a diretriz de comunicação. Quem prestar atenção para o acontece no espaço interno, e também fora dele, sabe que a política de comunicação é pautada pela máxima liberdade de informação, de valorização do trabalho técnico e de apoio. Além disso, prioriza-se, de todas as formas possíveis, o atendimento aos profissionais e veículos. Os mecanismos dos

quais dispomos estão, todos eles, sendo usados em prol de uma relação aberta, transparente e republicana com os quadros funcionais, com as demais instituições e com a sociedade.

CONHEÇA OS CONSELHEIROS



Sandro Pires, 69 anos
É presidente da Corte. Reservado, evita entrevistas. Ao completar 70 anos em 21 de fevereiro, terá aposentadoria compulsória. Ex-procurador de Justiça, foi escolhido em lista tripla pelo então governador Antônio Britto (então no PMDB) em 1998. Não revela o salário.



João Luiz Vargas, 55 anos
O advogado e jornalista é vice-presidente do tribunal. Teve quatro mandatos de deputado estadual pelo PDT. É ex-prefeito de São Sepé. Indicado pela Assembleia Legislativa, ingressou no TCE em 2003. Pela tradição, o vice deve assumir como presidente em 2008. Promete enfrentar o governo, que pressiona pelo corte de salários acima do teto estadual de R\$ 22.111. Salário declarado: R\$ 25,3 mil.



Porfírio Peixoto, 67 anos
O economista já presidiu a Corte em 1988 e 1998. É o atual 2º-vice. Teve quatro mandatos de deputado estadual, dois pelo MDB e dois pelo PDT. Foi indicado pelo Legislativo e se tornou conselheiro em dezembro de 1988. Salário declarado: entre R\$ 24 mil e R\$ 25 mil.

Finanças estaduais Encarregado de fiscalizar gastos dos poderes, o tribunal abriga 130 servidores com vencimentos acima do teto estadual de R\$ 22,1 mil

O que faz do TCE um reduto de supersalários

MARCELE BRUM

Funções gratificadas polpudas que inflam salários e até 1996 podiam ser incorporadas aos proventos de aposentadoria. Esse é o principal anabonzante das despesas de pessoal no Tribunal de Contas do Estado (TCE), órgão no qual 130 dos 1,2 mil servidores – um em cada 10 funcionários – recebem acima do teto estadual de R\$ 22.111.

A revelação de que o TCE é um ninho de supersalários, divulgada pela Secretaria da Fazenda, causou alvoroço na Corte, criada há 72 anos com o objetivo de fiscalizar e julgar as contas de governador, prefeitos, deputados e vereadores. A cúpula do tribunal garante que teria apenas 99 funcionários com vencimentos acima do teto.

– Avaliamos mais de 800 servidores ativos e não encontramos nenhum que receba vencimentos diferentes da lei. A lei tem de ser mudada? Então, mude-se a lei – diz o conselheiro João Luiz Vargas, que deixou a presidência do TCE na quarta-feira.

Outros afirmam que a maioria dos detentores de altos salários ingressou no serviço público antes de 1996, antes que uma lei proposta pelo governador Antônio Britto (então no PMDB) limitasse a incorporação de vantagens à aposentadoria.

– Os marajás são antigos. O salário base é bom, mas não é tão alto – afirma o ex-auditor de controle externo do TCE Darcy Carvalho dos Santos.

Para alguns servidores, o Piratini agiu de má-fé ao divulgar valores de vencimentos.

– O governo dá a entender que se está roubando. Mas a lei permite. Trabalha-se muito no tribunal. O TCE é o único no Brasil que vai aos municípios e faz uma auditoria anual – desabafa um técnico.

Apesar da reação dura de Vargas ao vazamento dos supersalários – o conselheiro chegou a dizer que, se fosse governador, o secretário da Fazenda, Aod Cunha, já teria sido demitido –, o tom do debate deve ser ameno. Ao voltar de férias na quarta-feira, o presidente titular, Sandro Pires, afirmou que a Corte não pode se envolver nesse tipo de polêmica na sessão do pleno. Se a tradição for mantida, Vargas assumirá o lugar de Pires em 2008.

– Só se conhece o navegador nas grandes tempestades. Não tenho nenhum medo do enfrentamento no ano que vem, nem na questão orçamentária nem nas posições do tribunal. Não deixarei cortar a não ser que esteja fora da lei – diz o futuro presidente.

Órgão tende a ser mais suave com as contas do Estado

A politização do tribunal também gera controvérsia. As interpretações para as contas do Estado tendem a ser mais suaves. Nos municípios, a avaliação é mais dura. Dos sete conselheiros, quatro são ex-deputados indicados pela Assembleia Legislativa. Outras três vagas são definidas pelo governador: duas por meio de lista tripla de funcionários de carreira e uma de livre escolha.

Para um parlamentar virar conselheiro, basta ter conhecimentos reconhecidos por terceiros em economia, contabilidade ou administração. Outro requisito é ter mais de 35 anos e menos de 65. Um dos principais atrativos é que o futuro conselheiro terá de trabalhar apenas cinco anos no TCE. Se completar o tempo de serviço exigido pela Constituição, poderá se aposentar com um supersalário.

– O TCE é um dos órgãos que mais evoluiu. Tem um grupo de técnicos de qualidade. Mas continua sendo usado para abrigar políticos em fim de carreira – disse Santos.

✉ marcele.brum@zerohora.com.br

O balanço do tribunal

O que faz a Corte

Composto por sete conselheiros, o tribunal controla e julga as contas de pessoas físicas e jurídicas que utilizam, arrecadam, guardam ou administram dinheiro público. Aplica multas e pede o ressarcimento aos cofres públicos em caso de irregularidades. Até setembro, os débitos e multas, pendentes de pagamento, chegaram a quase R\$ 145 milhões. Faz auditorias anuais nas prefeituras, Câmaras de Vereadores e demais poderes no Estado.

Quem integra (dezembro de 2006)

Ativos – 842
Inativos – 413
Pensões vitalícias e especiais – 8
Folha – R\$ 15,6 milhões

O custo médio de cada servidor ativo ou inativo (dezembro de 2006)

TCE – R\$ 12.430
Ministério Público – R\$ 9.683
Judiciário – R\$ 8,5 mil
Assembleia – R\$ 7,921
Executivo – R\$ 1.756

Supersalários no TCE

Números da Fazenda:
> 130 servidores ganham acima do teto de R\$ 22.111. O valor excedente custa cerca de R\$ 9 milhões por ano. É quase o total de recursos do Tesouro investido pelo Estado até setembro de 2007: R\$ 11 milhões.

Números do tribunal:

> 98 servidores estão acima do teto, sendo que a maioria recebe entre R\$ 23 mil e R\$ 27 mil. Do total, nove estariam ganhando entre R\$ 27 mil e R\$ 34,1 mil.

A produtividade em 2006

Processos apreciados – 5.252
Processos julgados – 5.041
Tomadas de conta julgadas – 799
Pareceres emitidos sobre contas anuais – 478
Audiências concedidas pela presidência – 270
Denúncias recebidas – 809 (714 em análise e 95 concluídas)

Aposentadoria de luxo

Ao completar o sexto mandato de deputado estadual pelo PMDB, João Osório, 66 anos, deixou a Assembleia Legislativa e se tornou conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) por indicação do governador Germano Rigotto em 2005. O desgaste físico desestimulava uma nova disputa eleitoral.

– Não tinha mais vontade de andar pelo Estado. O deputado não tem aposentadoria. Sem dúvida, é no tribunal que se aposenta. Seria injusto se não fosse assim. Trabalhei a vida

toda. Me aposento numa função honrosa e bem-remunerada – disse Osório, que recebe R\$ 25,4 mil.

Um dos sinais de que deveria mudar de vida foi o câncer de intestino antes da campanha, em 2002. Depois, teve um aneurisma e se encaminhava para a depressão.

– É a idade. Hoje, estou muito feliz. Para quem derrotou a miséria e a doença, estou vivendo a minha velhice com dignidade – relatou o conselheiro.

Cada vaga aberta para deputado no TCE é disputada em razão da demora em surgir uma oportunidade. Geralmente, parlamentares com o maior número de mandatos e que já presidiram a Assembleia são os mais cotados.



Hélio Mileski, 62 anos
É servidor de carreira do TCE, no qual ingressou em 1970. Entre 2000 e 2001, foi presidente do tribunal. Hoje atua como corregedor-geral e ouvidor. Foi escolhido em lista tripla pelo então governador Alceu Collares (PDT) em 1991. Não revela o salário.



Victor Façioni, 66 anos
É jornalista, contador, economista e advogado. Exerceu quatro mandatos de deputado federal e dois de estadual pelo PDS (hoje PP). Indicado pela Assembleia, assumiu em 1988. Foi presidente da Corte entre 2003 e 2005. Hoje é vice-corregedor. Não revela o salário, invocando razões de segurança.



Aljir Lorenzon, 59 anos
O advogado é um dos mais antigos conselheiros e presidiu o tribunal em 1993 e 1994. Como Peixoto, tornou-se conselheiro por indicação do Legislativo em dezembro de 1988. É presidente da 1ª Câmara do TCE. Foi deputado estadual pelo PMDB por quatro mandatos. Não revela o salário, invocando razões de segurança.



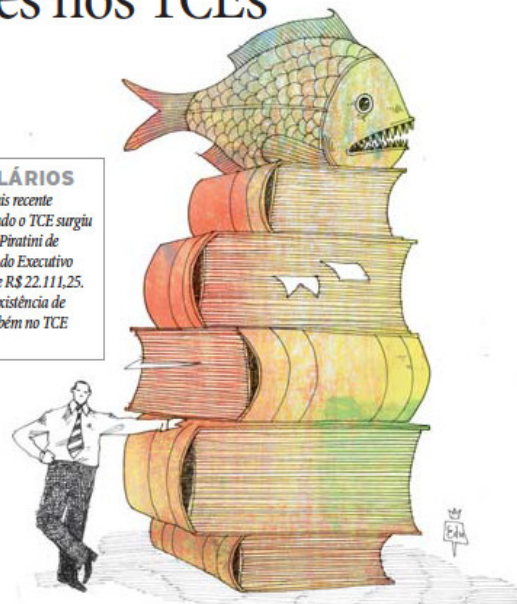
João Osório, 66 anos
Exerceu seis mandatos consecutivos de deputado pelo PMDB na Assembleia. Ingressou no tribunal em 9 de maio de 2005 após indicação do governador Germano Rigotto (PMDB). É o integrante mais novo em tempo de Corte. Comanda a 2ª Câmara. Salário declarado: R\$ 25.422,88.

Deformações nos TCEs

Instituídos com um objetivo nobre – o de zelar pelo adequado uso de verbas e bens públicos –, os Tribunais de Contas dos Estados (TCEs) acabaram em sua maioria vitimados pelas deformações do excesso de indicações políticas. Em consequência, constituem-se hoje numa espécie de consagração de final de carreira para políticos. Aos contemplados com a indicação para conselheiro, isso significa um salário vitalício equivalente nos Estados ao de desembargador do Tribunal de Justiça. Para o setor público e os contribuintes, o resultado é uma instituição dispendiosa, na qual os números costumam ser vistos por um viés político e até mesmo partidário, o que exige no mínimo uma discussão profunda sobre o papel desses organismos, as razões de sua existência e a forma como atuam.

De um total de 189 conselheiros nomeados para os Tribunais de Contas – sete por Estado, mais o Distrito Federal –, menos de duas dezenas são realmente técnicos. Os demais, em sua maioria, conquistaram o cargo por terem sido vereador a prefeito, deputado ou secretário de Estado, todos com ligações partidárias. Não surpreende, portanto, que um número cada vez maior de políticos ou ocupantes de cargos de confiança em diferentes poderes e instâncias da federação às voltas com inquiridas da Polícia Federal, por exemplo, protestem inocência alegando que seus atos foram aprovados pelos Tribunais de Contas. A justificativa pode ser providencial para quem está em apuros, mas não contribui para a imagem de rigor nos procedimentos que a sociedade tem o direito de esperar da instituição.

Assim como o Tribunal de Contas da União (TCU), criado no século 19, também os TCEs costumam ter o seu poder fiscalizador mais exigido em períodos democráticos e de maior



SUPERSALÁRIOS

No Estado, a mais recente polémica envolvendo o TCE surgiu com a decisão do Piratini de limitar os salários do Executivo ao teto máximo de R\$ 22.111,25. A divulgação da existência de supersalários também no TCE gerou protestos.

preocupação com a transparência dos atos públicos. A Constituição de 1988 reforçou o papel desse instrumento de controle do Legislativo, o que poderia ter contribuído, na época, para evitar tantos desvios e deturpações de corrupção como as apontadas hoje em diferentes poderes e em todas as instâncias da federação. O problema é que não houve a preocupação, na época, de barrar as brechas para deformações geradas pela disputa por um cargo vitalício e bem remunerado como o de conselheiro.

Uma redução significativa e mesmo o am-

bicionado fim da corrupção no país depende menos de leis e de mecanismos de repressão a crimes contra o Estado e mais de uma profunda mudança cultural. Ainda assim, até que essa nova mentalidade se torne realidade, o país precisa apostar em órgãos que apurem as deturpações, cheguem aos culpados e recuperem o dinheiro desviado. O pressuposto é que, ao contrário da maioria dos nossos Tribunais de Contas, sejam isentos de qualquer viés político-partidário, o que tende, muitas vezes, a dar margem a uma deplorável atuação de faz-de-conta.

Uma chance à negociação

Os partidos que dão sustentação ao governo de Yeda Crusius conseguiram convencê-la da necessidade de adiar por uma semana a votação do Plano de Recuperação do Estado, inicialmente prevista para ocorrer nesta quarta-feira, na Assembleia Legislativa. Tomada em reunião do conselho político na manhã de ontem, a decisão visa a dar mais tempo para as negociações tanto com a oposição quanto com os parlamentares da base aliada que resistem ao projeto. A governadora também sinalizou com a possibilidade de promover alterações em ali-

quotas de alguns dos aumentos previstos, especialmente do GNV e do diesel, o que pode facilitar a aprovação do projeto.

A decisão política de ampliar o debate deve ser vista, por isso, como o exercício natural e necessário do diálogo democrático com vistas ao bem comum. O que está em causa é muito mais do que um simples jogo partidário ou um debate sobre a carga tributária e seus reflexos sobre o Rio Grande. Diante de uma realidade fiscal que coloca o Estado entre os de pior situação no país, da degradação persistente dos indicadores estaduais de qualidade de vida, da incapacidade de cobrir integralmente a folha de vencimentos

de cada mês e da insuficiência de investimentos públicos, o que está em causa é a própria condição do Estado de recuperar o dinamismo no setor público.

Neste sentido, a ampliação do prazo das negociações permitirá que o governo promova mudanças no projeto para melhorá-lo de acordo com o encaminhamento dos debates e faça as concessões para que, adequado, o plano de recuperação possa ser a ferramenta de que o Rio Grande precisa. Os partidos e seus representantes na Assembleia Legislativa têm o dever de agir com os olhos voltados, responsavelmente, para os grandes interesses do Estado.

Tema para debate

Manifestações de leitores sobre a questão proposta a partir do artigo da advogada Simone Camargo, publicado no último domingo: Você acha que este artigo é uma crítica contundente ou um gesto de amor?

É uma crítica, mas também um gesto de amor.

Carla Rodrigues
Canoas – RS

Os dois ao mesmo tempo. Na verdade, o maldito vício do cigarro é prestigiado pelos governos, que arrecadam bilhões, e pelas empresas, que usam a saúde humana para enriquecer.

José Luiz Bicca Heineck
São Gabriel – RS

É um pedido de socorro por uma vida mais saudável.

Maria Fortes
Campo Grande – MS

Os dois. Tanto crítica ferrenha quanto um gesto de amor.

Luiz Cândido Kehl
Nova Petrópolis – RS

Deixe sua mãe em paz e vá viver sua vida. Cada um sabe de si. Arrume um marido e um par de filhos e siga a sua vida.

Márcia Albuquerque
Porto Alegre

Concordo com a preocupação da advogada, mas não com o método de expor sua mãe.

Beti Alves
Porto Alegre

É uma crítica contundente e também um ato de amor.

Pedro Alves da Silva Filho
Las Vegas – Estados Unidos

É um gesto de amor... Vale a crítica, mas temo que aceitar as pessoas como elas são.

Yuri Medeiros
Pelotas – RS

Um ato de amor.

Selma Vargas de Magalhães
Paverama – RS

Na minha opinião, são as duas coisas, mas além disto, um desabafo desesperado.

Maria Helena Lerrer
Porto Alegre

Gesto de amor, de zelo de quem ainda não desistiu.

Elisiane da Silva
Porto Alegre

Talvez um amor apelativo! Quando amamos de verdade, aceitamos as pessoas como elas são!

Sueli da Rosa Farias
Cachoeirinha – RS

Grupo **RBS**

Fundador:
Maurício Sirotsky Sobrinho (1925 - 1986)

Conselho de Administração
Presidente:
Jayme Sirotsky

Conselheiros:
Carlos Helzer
David Cassimiro Moreira
Fernando Ernesto Corrêa (vice-presidente)
Maurício Sirotsky
Nelson Pacheco Sirotsky
Oscar de Paula Bernardes Neto
Cláudio Thomas Lobo Sonder
Pedro Sirotsky

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente:
Nelson Pacheco Sirotsky

Vice-presidente executivo:
Pedro Pullen Parente

Vice-presidentes de Unidades:

Unidades Televisão e Rádio: Afonso Antunes da Motta

Unidades Rádio e Jornal: Geraldo Corrêa

Unidades Internet e Inovações: Sílvia Nora Berro de Jesus

Diretores Executivos:

Gestão: Antônio Tigre

Finanças: Eduardo Flores da Cunha Damasceno Ferreira

ZERO HORA

Fundada em 4 de maio de 1984

Unidade Jornal

Vice-presidente: Geraldo Corrêa

Diretor Operacional: Cristiano Nygaard

Diretor Editorial: Marcelo Rech

Diretor de Comercialização: Felipe Stampato Gonon

Diretor de Jornais Online: Marta Gleich

www.zerohora.com

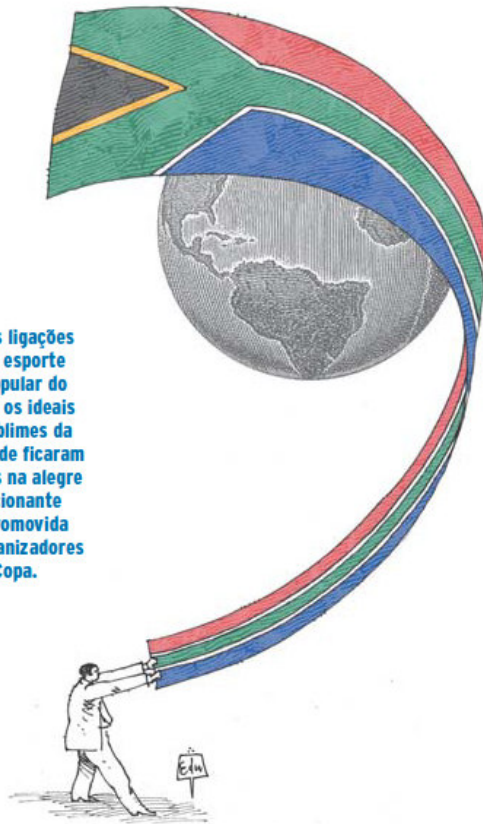
GOL DA HUMANIDADE

A mensagem principal da primeira Copa do Mundo de futebol no continente africano já está dada. Hoje a bola começa a rolar num dos 10 estádios construídos ou reformulados especialmente para o Mundial e um público planetário terá a oportunidade de vibrar e se emocionar com os seus craques e as suas seleções. Mas ontem, na festa de abertura da 19ª Copa, a África do Sul – com a chancela da Fifa – marcou um extraordinário gol simbólico ao anunciar como pano de fundo do grande evento a inspirada campanha da ONU: 1 goal: education for all (Uma meta: educação para todos). Futebol e educação, futebol e infância, futebol e motivação, futebol e união dos povos, futebol e solidariedade, futebol contra o racismo, futebol pela paz: todas estas ligações entre o esporte mais popular do mundo e os ideais mais sublimes da humanidade ficaram implícitas na alegre e emocionante festa promovida pelos organizadores da Copa.

Um dos pontos altos da celebração foi o animado discurso proferido pelo bispo anglicano Desmond Tutu, prêmio Nobel da Paz de 1984 por sua luta contra o apartheid. Depois de homenagear o grande herói nacional Nelson Mandela, também detentor do Nobel, Desmond Tutu lembrou que o mundo estava olhando para a África do Sul naquele momento. E, num arroubo de alegria e orgulho, gritou para a vibração da multidão:

– Nós somos o mundo! Somos todos africanos!
Somos mesmo. A humanidade origina-se da África. Nada mais justo, portanto,

Todas as ligações entre o esporte mais popular do mundo e os ideais mais sublimes da humanidade ficaram implícitas na alegre e emocionante festa promovida pelos organizadores da Copa.



que esta celebração planetária da bola tenha como palco a África do Sul, até mesmo como um desagravo pelo regime de segregação racial que durante tantos anos oprimiu o povo sul-africano. O futebol é também um antídoto para o racismo. No campo e nas arquibancadas, atletas e torcedores de diversas nacionalidades, origens e raças compartilham os mesmos objetivos, sem renunciar à própria identidade.

O futebol é um poderoso estímulo à educação, especialmente para crianças e adolescentes excluídos de outras oportunidades. Para evidenciar a importância da educação, os sul-africanos apresentaram um vídeo emblemático, contando em poucas cenas a história de duas meninas que nasceram nas mesmas condições de pobreza, na mesma favela, mas foram encaminhadas para dois destinos opostos. Enquanto uma delas seguiu para a escola pública, a outra frequentava o lixão em busca do que comer. As imagens paralelas mostram o crescimento social e cultural da primeira, que completa os estudos, frequenta a universidade e forma-se médica, enquanto a outra passa necessidades engravidando na adolescência e termina como paciente da primeira em um hospital.

A educação é o divisor de águas, a chave mágica que abre as portas do futuro e transforma indivíduos em cidadãos. Ao aliar a paixão pelo futebol a causa tão nobre, a humanidade está marcando um gol de placa. Esta Copa tem muito a ensinar aos brasileiros, que serão os próximos anfitriões do mundo do futebol, em 2014. E já se pode dizer que a primeira lição foi inesquecível.

Salários abusivos

Graças à pressão da sociedade por mais transparência dos atos do poder público, os ganchos estão agora diante da revelação de que nada menos de 744 servidores do Estado, sem incluir os do Executivo, continuam recebendo normalmente vencimentos acima do teto legal de R\$ 24.117,62. Um único funcionário do Tribunal de Contas do Estado (TCE), responsável pelo levantamento, ganha R\$ 38,3 mil por mês, enquanto um servidor da Assembleia recebe R\$ 37,5 mil, com um detalhe: ambos são aposentados. A simples divulgação e a

revolta popular despertada pelos valores exorbitantes, porém, não bastam. É preciso que os salários sejam imediatamente adequados à lei, pois se constituem numa afronta para o cidadão.

Único poder a realmente cortar os valores recebidos acima do teto, o Executivo ainda não teve a varredura concluída, e a divulgação dos resultados deve ocorrer em uma semana. Mas o que foi constatado nos demais poderes é suficiente para provocar indignação. A insistência dos demais poderes em simplesmente con-

gelar os valores nos patamares elevados é suficiente para elevar os gastos com pagamento acima do teto em R\$ 18,8 milhões. E isso sem computar o pagamento de vantagens como diferenças de URV e auxílio-moradia, normalmente em montantes consideráveis.

Inadmissível em qualquer hipótese, a resistência no Estado de uma elite burocrática que se vale de corporações fortes no esforço de preservar privilégios e ganhar muito dinheiro é ainda menos aceitável nos dias atuais. O esforço do poder

público para manter as contas em equilíbrio, sem recursos para bancar a descentralização da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) e para remunerar dignamente professores e soldados, precisa envolver todos os poderes.

É inaceitável a existência no serviço público de salários acima dos limites fixados pela lei. Mais do que uma despesa para os contribuintes, trata-se de uma afronta que desvirtua a confiança dos cidadãos na administração pública, na Justiça e nos governantes.

<p>Grupo RBS</p> <p>Presidente-Empreiteiro: Jayme Sirotsky</p> <p>Fundador: Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1986)</p>	<p>Conselho de Administração e Diretoria Executiva</p> <p>Presidente: Nelson Pacheco Sirotsky Vice-presidente executivo: Eduardo Sirotsky Melzer</p>			<p>Diretor-Geral de Produto do Grupo RBS: Marcelo Ruch Diretora de Internet do Grupo RBS: Maria Cláudia Diretor-Geral de Mercado RBS: Carlos Araújo Santos</p> <p>ZERO HORA Fundado em 4 de maio de 1964</p> <p>Diretor de Operações: Cristiano Heygand Diretor de Redação ZH: Ricardo Stulzberg Diretor Comercial: Renato Mesquita</p>
	<p>Conselheiros:</p> <p>Estevão Torres Carlos Médor Ciládio Thomas Leão Sander Custódio Inspergo</p>	<p>Jayme Sirotsky Luiz Henrique Pires Pedro Pulcin Parente Pedro Sirotsky Sérgio Sirotsky</p>	<p>Vice-presidente RBS: Geraldo Garcia Vice-presidente SC: Eduardo Magno Smith Vice-presidente Mercado Nacional: Eduardo Asspet Vice-presidente Gestão e Pessoas: Antônio Augusto Pinnet Tigre Vice-presidente Institucional e Jurídico: Paulo Tótes Garayza</p>	

As mazelas do TCE

Supersalários

De acordo com a Fazenda, um em cada 10 funcionários do tribunal recebe salário acima de R\$ 22,1 mil, definido este ano como teto para o órgão. O custo anual dos valores excedentes ao teto salarial no Estado chega a R\$ 9 milhões. Nove servidores estariam ganhando entre R\$ 27 mil e R\$ 34,1 mil.



Nepotismo

Para contornar a contratação de pessoal público estadual, o TCE adota a prática do nepotismo cruzado (contratação de parentes de integrantes por outro poder).

Corte fragilizada

TCE vive crise de c

CARLOS ETCHICHURY*

Partiram de dentro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) as mais duras críticas contra a Corte responsável pela fiscalização de órgãos públicos municipais e estaduais do Rio Grande do Sul.

Aos 68 anos, o auditor substituto e conselheiro do TCE (*entrevista na página ao lado*) Aderbal Torres de Amorim soltou o verbo contra o funcionamento do órgão. Denunciou o suposto uso indevido de carros oficiais, o pagamento de diárias desnecessárias, o compadrio político e colocou sob suspeita decisões do Pleno:

– Não sei exatamente quais (*decisões estão sob suspeita*), mas uma grande quantidade das decisões em processo de revisão está sob suspeita. Não é possível que o tribunal dê razão para mais de 50% dos pedidos de revisão, que justamente visam modificar coisas julgadas. O Pleno se manifestou, encerrou o processo, condenou, o Judiciário já pode executar, mas o sujeito tem dois anos para entrar com pedido de revisão. Em mais da metade dos pedidos o tribunal modifica a decisão.

Dos 1,2 mil funcionários, 130 recebem acima de R\$ 22.111.

> É lá que se abrigam políticos em fim de carreira.

> As punições, com raras exceções, estão longe de afugentar políticos ineptos ou corruptos.

Uma ressalva é preciso que se faça. Entre seus congêneres de outros Estados, o TCE é visto como um dos melhores em atuação. O que indica que as fragilidades constatadas dentro da própria Corte encontram eco em outros cantos do país.

– Muitas vezes os tribunais, que são órgãos auxiliares do Legislativo, se envolvem politicamente nos casos. Você acaba politizando o tribunal, o que é péssimo. Há muita distorção entre o que é constatado pelos auditores e a posição dos conselheiros – destaca Gil Castelo Branco, economista da ONG Contas Abertas.

Auditor reconhece pouca efetividade nas penalidades

Internamente, o caráter político do TCE desagradou a técnicos.

– Não há dúvidas de que seria melhor se fossem todos profissionais da área – diz um servidor de carreira.

Na prática, há pouca "efetividade

POR DENTRO DO TR

Funções



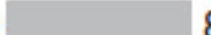
O Tribunal de Contas do Estado controla e julga as contas de pessoas físicas e jurídicas que utilizam, arrecadam, guardam ou administram o dinheiro público no Estado e municípios.

Quem decide


Apesar de ser regido pela Lei da Magistratura, o tribunal não tem juizes, mas sete conselheiros. Quatro são ex-deputados indicados pela Assembleia Legislativa. Outras três vagas são definidas pelo governador por meio de lista tríplice de servidores de carreira e uma de livre escolha.

Número de servidores

(dezembro de 2006)

Ativos  8

Inativos  413

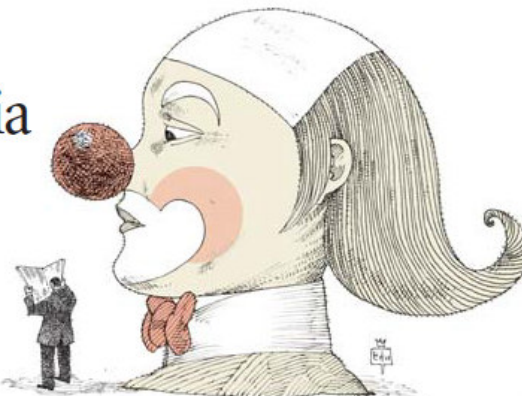
Pensões vitalícias e especiais  8

Folha mensal  R\$ 15,6 milhões

A hora da transparência

Ainda que seja estranho ver a Polícia Federal gravando suas próprias reuniões internas e divulgando trechos da gravação para provar ao país – por ordem expressa do presidente da República – que o delegado do caso Dantas está saindo da investigação por livre vontade, é saudável que o episódio comece a ser tratado com total transparência para desfazer a perplexidade dos cidadãos com tanta confusão. O conflito que envolveu dois poderes da República e a sucessão de ordens e contra-ordens relativas à prisão do banqueiro Daniel Dantas e ao afastamento do delegado que investigou o caso ficará na história do país como o retrato de um momento complexo e confuso.

Tudo causa estranhamento neste imbróglio. Ou não é estranho que um banqueiro seja preso e solto duas vezes em menos de 72 horas? Não é estranho que um delegado seja afastado da chefia da operação policial que resultou na prisão desse banqueiro? Não é estranho que o ministro da Justiça insistia em afirmar que o delegado pediu para sair? Não é estranho que o presidente da República determine a recondução do delegado ao cargo? E não é estranho que a direção da Polícia Federal anuncie logo em seguida o nome do substituto dele, em decisão que tumultua a instituição e revela perigosa divisão interna? Não é estranho que um caso teoricamente corriqueiro, mesmo envolvendo interesses poderosos, acabe levando a uma crise de poderes? E não é especialmente estranho que chefes de poderes – no caso Executivo e Judiciário –, que normalmente se comunicam e se relacionam por vias formais, acabem juntos na mesma mesa de deliberações e na mesma entrevista coletiva?



RESPONSABILIDADE

O país e suas autoridades têm a responsabilidade histórica de trabalhar para construir uma nação que não precise passar pelos vexames que a nossa está vivendo.

A série de esquisitices poderia ser ainda mais ampliada. A República parece refém das revelações possivelmente contidas no disco rígido de um computador. E não é do computador de uma autoridade policial, mas do equipamento apreendido no escritório de um dos suspeitos de grandes negociações, o mesmo que foi preso e solto duas vezes em três dias. Trata-se nem mais nem menos de uma prova que dorme há quatro anos, ardente e assustadora, nas gavetas do gabinete mais alto do Poder Judiciário. O temor de que algumas das revelações contidas nesse disco venham a ampliar a crise, incriminar poderosos ou denunciar a mistura de interesses políticos, partidários e de Estado com interesses privados, lícitos ou

criminosos, aponta para a possibilidade de que a crise, com suas surpresas e suas teias, se prolongue e até se aguce.

Está difícil para os cidadãos do país o entendimento do que está ocorrendo. Há algo, no entanto, que não pode deixar de ser perseguido com determinação e sabedoria. A crise e suas ramificações não podem ameaçar as instituições democráticas. Qualquer que seja o andamento do episódio Daniel Dantas, é fundamental que dele decorra o amadurecimento dessas mesmas instituições e que signifique seu aperfeiçoamento. O equilíbrio institucional necessário para que o Estado funcione de maneira adequada está fundado na existência daquilo que se convencionou chamar de pesos e contrapesos. Uma instituição, mesmo autônoma e mesmo independente, deve ser vigiada por outra ou outras numa inter-relação que impede o arbítrio e contém os abusos. A explosão de trapalhadas que ocorreu nos últimos dias mexeu com este equilíbrio, mas a solidez da democracia brasileira não foi abalada. Por isso, a opção pela transparência merece reconhecimento.

Limite aos supersalários

Ao confirmar o teto salarial de R\$ 22.111,25 para um servidor do Executivo estadual, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu um alento ao governo gatcho, que desde o ano passado vem se empenhando em cumprir esse limite. O impacto será ainda mais significativo se a decisão for estendida às demais liminares que impedem o corte, dificultando a contenção na folha prevista pelo Tesouro. Ao mesmo tempo, deveria inspirar outras áreas do setor público a se comprometerem com um valor máximo de vencimentos, que já é considerável quando comparado ao percebido por outras categorias.

Tanto o Judiciário quanto o Ministério Pd-

blico já tiveram que se adaptar a exigências de limitação dos ganhos por parte de seus conselheiros nacionais. Ainda assim, persiste a polêmica em relação a gratificações já incorporadas ao salário, o que reafirma a dificuldade de o setor público se ajustar a mudanças, tornando-se mais afinado com a situação do caixa, particularmente num Estado em que o Tesouro se encontra com suas finanças combalidas.

Uma situação particularmente preocupante é a do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que além de continuar pagando vencimentos muito acima do teto, segue autorizando a incorporação de vantagens. Em consequência, a estimativa é de que mais de cem servidores, entre conselheiros e funcionários ativos e inativos, continuavam recebendo acima do teto

no ano passado. Mais do que isso, em cerca de três dezenas de casos, uma instituição como o TCE, que vem sendo cobrado a agir mais contra o mau uso do dinheiro público, tanto interna quanto externamente, segue pagando vencimentos superiores a R\$ 30 mil, o que é difícil de aceitar.

Um Estado com o grau de dificuldade financeira do Rio Grande do Sul não tem como continuar pagando megasalários, como se ainda vivesse em tempos de abundância no Tesouro. Enquanto essa deformação não for corrigida, é pouco provável que os gatchos venham a contar com bons serviços em áreas como educação, segurança e saúde pública, nas quais a baixa remuneração é um fator inibidor de mais eficiência.

Do místico ao robô

LÉO TROMBKA*

A evolução da ciência médica como parte do projeto iluminista supunha a eliminação de tudo que não fosse comprovado pela ciência. Em sua esteira, mais adiante surgiu a medicina baseada em evidências. A vitória do espírito racional deu-nos o orgulho de separar coisas mal misturadas. Antigamente, toda cura levava em consideração uma relação direta entre o corpo e a alma, criando muitas vezes desvios óbvios, como a superstição, o fanatismo e a prepotência. A razão veio para corrigi-los, mas acabou criando seus próprios desvios. O que se ganhou enquanto ciência perdeu-se enquanto contato com a diversidade humana.

O espírito científico eliminou nosso contato com o sagrado. Com aquele lado do cotidiano e da realidade dificilmente mensurável pela ciência, mas verdadeiramente se encontra arraigado dentro de nós, através de uma coisa fundamental chamada fé. Não me refiro à fé religiosa, mas a um sentimento geral de pertencer, que perdemos com a vida moderna. Hoje, nossas explicações só dependem de coisas cientificamente mensuráveis e aceitáveis.

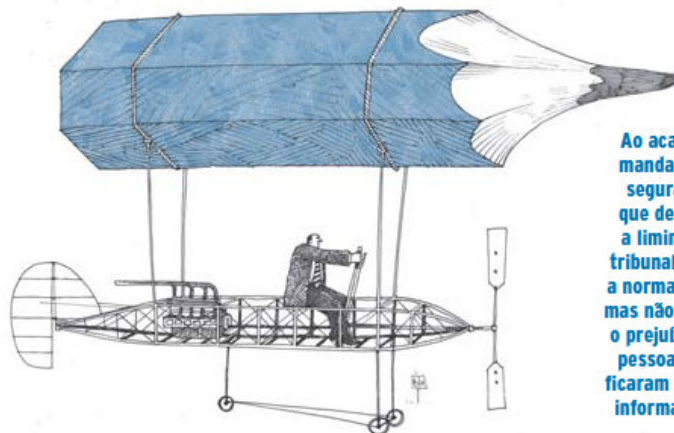
As técnicas científicas tornaram o médico eficiente, mas despersonalizado. Diagnósticos complexos são feitos sem sequer vermos o paciente. E, apesar das dificuldades que o diagnóstico apresenta, as pessoas esclarecidas sabem que a vitória foi obtida através de uma seqüência de processos que um computador pode reproduzir com menor margem de erro que o próprio médico. Nesse aspecto, o progresso científico é o próprio gerador do desencanto da "figura" do médico. O médico do século passado fazia uso dos recursos pessoais como simpatia, calor humano, dedicação e de uma ciência que não era fácil de compreender como funcionava. Hoje uma simples consulta ao Google pode esclarecer as dúvidas de nosso paciente, que é muito mais informado. Os resultados obtidos eram parcos, mas havia muita "fé no doutor", "crença no médico". Fé e crença são manifestações de misticismo. O médico era tratado com a mesma terminologia dos deuses.

Com o descaso à formação humanística dos médicos, tornados cada vez mais e unicamente "técnicos do corpo humano", perdeu-se a necessidade fundamental de compreender o doente em sua totalidade. Com isto, receio que atrás das escritaninhas dos consultórios esteja aumentando o número de personagens-robôs cada vez mais inadequados para compreender a dimensão da tragédia humana e o papel fundamental que a medicina exerce dentro dela.

*Cardiologista

<p>Grupo RBS</p> <p>Fundador: Maurício Sirotsky Sobrinho (1925 - 1986)</p>	<p>Conselho de Administração Presidente: Jerome Sirotsky</p> <p>Conselheiros: Carlos Melzer David Ceimiro Moreira Fernando Ernesto Corrêa (vice-presidente) Sergio Sirotsky Nelson Pacheco Sirotsky Oscar de Paula Bernardes Neto Cláudio Thomas Leão Sander Pedro Sirotsky</p>	<p>Diretoria Executiva</p> <p>Diretor-Presidente: Nelson Pacheco Sirotsky</p> <p>Vice-presidente executivo: Pedro Pullen Parente</p>	<p>Vice-presidentes de Unidades:</p> <p>Unidades Televisão e Rádio: Afonso Antunes da Motta</p> <p>Unidades Rádio e Jornal: Geraldo Correia</p> <p>Unidades Internet e Inovação: Sílvia Sara Berno de Jesus</p> <p>Diretores Executivos: Gestão: Antônio Tigre</p> <p>Finanças: Eduardo Flores da Cunha Damasceno Pereira</p>	<p>ZERO HORA</p> <p>Fundada em 4 de maio de 1964</p> <p>Unidade Jornal Vice-presidente: Geraldo Correia Diretor Operacional: Christiano Nygaard Diretor Editorial: Marcelo Bach Diretor de Comercialização: Felipe Sangaino Guimarães Diretora de Jornais Online: Maria Glória</p> <p>www.zerohora.com</p>
---	---	---	--	--

CENSURA SUSPensa



Ao acatar o mandado de segurança que derruba a liminar, o tribunal repõe a normalidade, mas não repara o prejuízo das pessoas que ficaram sem as informações.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal derrubou ontem a decisão liminar do desembargador Dácio Vieira, da mesma Corte, que impedia veículos do Grupo Estado de divulgar reportagens com informações de uma operação da Polícia Federal sobre a família Sarney. A censura prévia, que provocou manifestações de protesto de entidades jornalísticas e de instituições ligadas à defesa do Estado de direito, durou quase 50 dias. Neste período, o jornal O Estado de S. Paulo e a sua versão online não puderam divulgar notícias sobre atos secretos do presidente do Senado e sobre a investigação a respeito de seu filho Fernando Sarney, suspeito de tráfico de influência, lavagem de dinheiro e remessa ilegal de divisas para o Exterior. Caso a decisão fosse desrespeitada – sentenciou o desembargador amigo da família –, o grupo de comunicação teria que pagar uma multa de R\$ 150 mil por

cada reportagem publicada.

O abuso autoritário era evidente. Além do desrespeito a um princípio fundamental da Constituição e da própria democracia, a liminar concedida pelo magistrado cassava o direito dos cidadãos de serem livremente informados. Mais: afrontava claramente a recente decisão do Supremo Tribunal Federal que revogou a Lei de Imprensa. Era lógico que fosse derrubada, mas isso nem de longe atenua uma questão que permanece irresolvida – a tentativa de alguns juízes de controlar a informação.

Ao atropelar o texto constitucional, o magistrado do Distrito Federal repetiu um ato de autoritarismo já cometido inúmeras vezes no país. Sob o pretexto de proteção à privacidade, juízes singulares tentam impedir que a imprensa divulgue informações de interesse da coletividade, em vez de observar o processo normal num regime democrático, que é a penalização posterior de eventuais infratores. Agora, ao acatar o mandado de segurança que derruba a

liminar, o tribunal repõe a normalidade, mas não repara o prejuízo das pessoas que ficaram sem as informações.

Não se trata de um dano imposto aos veículos de comunicação e aos jornalistas, como imaginam os censores. Quando um jornal é impedido de divulgar determinada matéria, ele não deixa de circular. Quem perde é o leitor, que tem um direito sonhado por servidores públicos que estão em seus cargos exatamente para garantir-lhes as prerrogativas de liberdade asseguradas pela Constituição. E nada acontece ao mau julgador. Por isso, entidades representativas da imprensa estudam a possibilidade de solicitar ao Supremo Tribunal Federal a edição de uma súmula vinculante que restrinja sentenças favoráveis à censura prévia – invariavelmente derrubadas em instâncias superiores.

A liberdade, inspiradora da democracia, é que tem que ser prévia, além de ampla e permanente.

O tribunal desvirtuado

A renúncia ao cargo do presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), João Luiz Vargas, tornou-se inevitável a partir do momento em que o dirigente transformou-se num dos nove réus em ação de improbidade administrativa ajuizada por procuradores da República junto à Justiça Federal e teve sua quebra de sigilo fiscal e bancário autorizada judicialmente. Diante da gravidade dos fatos, porém, o gesto é insuficiente para evitar ainda mais danos à própria instituição, na qual deformações incompatíveis com suas atribuições vêm se acumulando há mais tempo. É de se questionar também até que ponto, tanto pelas deturpações como pelas

alegadas razões de saúde para deixar o cargo, o ex-presidente teria condições de continuar atuando também como conselheiro.

O desfecho do caso, que vinha provocando mal-estar no TCE, é ilustrativo do ponto a que podem levar os desmandos na instituição. Originalmente, os Tribunais de Contas têm como incumbência zelar pelo bom uso do dinheiro público. O episódio gatcho e outros fatos, porém, confirmam que, na prática, a preocupação nem sempre acaba prevalecendo.

A questão é que a disputa pelos cargos vitais de conselheiros – em geral ocupados por ex-deputados em final de carreira interessados em assegurar vencimentos equivalentes ao de

desembargadores do Tribunal de Justiça – imprimiu viés político a um órgão que deveria ser essencialmente técnico. Em consequência, o comum é que muitas decisões no âmbito dos especialistas acabam sendo revisadas pelos conselheiros, que raramente punem algum administrador em desacordo com seus deveres.

O caso do TCE gatcho é ainda mais grave pela suspeita de irregularidades envolvendo justamente quem deveria zelar para que elas não ocorram. Por isso, é preciso que o desfecho não se restrinja à troca de comando, mas inclua mudanças capazes de justificar a existência de uma instituição tão dispendiosa e com tantos vícios.

Artigos

Pré-sal: outro debate

HENRIQUE FONTANA*

Se, no passado recente do Brasil, precisamos lutar para garantir que "o petróleo fosse nosso"; se, em tempos bem mais recentes, o debate nacional em torno da descoberta de reservas bilionárias de petróleo e gás estaria marcado pela possibilidade de um processo de privatização que incluía a transformação da Petrobras em "Petrobrax"; com o governo Lula, nós podemos ter duas certezas: o pré-sal é nosso e os recursos oriundos da sua exploração, produção e comercialização serão investidos no futuro do povo brasileiro. Assim, hoje estamos dedicados a outro debate: como garantir a melhor forma de exploração de petróleo e gás dessas reservas e como os recursos podem melhorar a vida da população. Este outro debate, ao lado da descoberta do pré-sal, representa também uma grande conquista dos brasileiros.

As reservas de petróleo e gás descobertas no final de 2006 nas bacias do Espírito Santo, de Campos e Santos, denominada de pré-sal, indicam até o momento um volume de reservas da ordem de 9,5 a 14 bilhões de barris de óleo equivalente. Isto significa no mínimo dobrar as reservas de petróleo do Brasil. Alguns cálculos indicam que elas podem triplicar. Além disso, fatores externos ampliaram sua importância, como os preços internacionais do petróleo, cujo barril, em 1997, ano da introdução do marco regulatório no Brasil, chegava a US\$ 20 e hoje está em US\$ 65. São cenários muito distintos, e as mudanças no país, a partir da exploração e produção dessas reservas, também serão; portanto, o momento exige responsabilidade política, social, econômica e ambiental.

Com a mesma coragem com que decidiu que o pré-sal é patrimônio público e deve servir para investir no país, o nosso governo apresentou uma nova proposta de marco regulatório, da qual destaco quatro pontos: primeiro, um novo regime de exploração, a partilha, em que a parcela de riqueza que fica com o país é muito maior do que no atual modelo; segundo, a criação de uma nova empresa pública responsável pela gestão dos contratos de produção e de comercialização de petróleo e gás; terceiro, a constituição de um fundo social para gerir os recursos e os investimentos em educação, cultura, ciência e tecnologia, sustentabilidade ambiental e no combate à pobreza. Como quarto ponto, é preciso fortalecer a Petrobras através da sua capitalização.

A aprovação desta proposta é fundamental e urgente para o Brasil. Com ela poderemos assegurar o valor estratégico relativo à produção no pré-sal, garantindo uma enorme poupança para as futuras gerações de brasileiros.

*Deputado federal (PT-RS), líder do governo na Câmara dos Deputados

<p>Grupo RBS</p> <p>Presidente Emérito: Jayme Sirotsky</p> <p>Fundador: Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1986)</p>	<p>Conselho de Administração e Diretoria Executiva</p> <p>Presidente: Nelson Pacheco Sirotsky Vice-presidente executivo: Pedro Pullen Parente</p>			<p>ZERO HORA</p> <p>Fundada em 4 de maio de 1964</p> <p>Diretor de Operações: Cristiano Nygaard Diretor de Redação ZH: Ricardo Sztajnfeld Diretor Comercial: Renato Mosquito</p>
	<p>Conselheiros:</p> <p>Belarino Tassan Carlos Meier Cláudio Thomas Lobo Sander Gustavo Jacipe</p>	<p>Vice-presidentes:</p> <p>Jayme Sirotsky Luiz Henrique Pezza Pedro Pullen Parente Pedro Sirotsky Sérgio Sirotsky</p>	<p>Diretores Executivos:</p> <p>Produto e Operações: Gerardo Corina Mercado e Desenvolvimento de Negócios: Eduardo Sirotsky Meier Gestão e Finanças: Antônio Augusto Tironi Tigré</p> <p>Diretores Executivos:</p> <p>Desenvolvimento de Negócios: Eduardo Smith Finanças: Eduardo Flores da Cunha Damasceno Ferreria</p>	

O desafio do trabalho

Poucas vezes, desde que foi instituído, há 120 anos, o Dia do Trabalho coincidiu com um período de tantas indefinições em relação ao futuro imediato do emprego como se constata hoje – no país e na maior parte do mundo. Desde a eclosão da crise global, que atingiu em cheio os resultados econômicos a partir do último trimestre do ano passado, dezenas de milhões de empregos formais desapareceram em todo o planeta. No Brasil, depois de aumentar neste ano por três meses consecutivos, a taxa de desocupação começa a dar sinais de que haverá melhoras mais à frente. Ainda assim, passada a crise, que atingiu a economia brasileira numa inédita fase de aumento da atividade produtiva e do nível de emprego, a tendência é de que transcorra muito tempo para a situação retornar aos patamares anteriores. A questão não pode deixar de ser lembrada nas solenidades marcadas para hoje no país e precisa merecer mais atenção dos formuladores de políticas econômicas daqui para a frente.

Por razões múltiplas, o drama do desemprego é particularmente complexo em países como o Brasil até mesmo na comparação com outras nações ainda mais afetadas pela crise. Uma delas se deve ao fato de o país exibir deformações muito marcantes nessa área. Cerca de metade da população brasileira economicamente ativa atua no mercado formal. Usufrui, portanto, de todos os direitos trabalhistas e contribui para reforçar o caixa da Previdência. A outra metade se vira no mercado informal, sem usufruir de qualquer direito, nem mesmo o de recorrer ao seguro-desemprego em momentos nos quais as dificuldades econômicas se mostram mais agudas. Além de se empenhar numa recuperação nos níveis de emprego, o país ainda precisa aproximar os dois mundos constituídos por quem atua no mercado formal e no informal.

Independentemente do tempo que as providências adotadas pelo governo brasileiro

DOIS MUNDOS
Além de se empenhar numa recuperação nos níveis de emprego, o país ainda precisa aproximar os dois mundos constituídos por quem atua no mercado formal e no informal.

levarão para debelar a crise, parece claro que, mesmo depois de superados os principais problemas, a oferta de vagas no Brasil continuará instável. A crise atual é momentânea e há sinais de que, no caso brasileiro, o pior já teria passado, inclusive sob o ponto de vista da redução do mercado de trabalho. Os dados oficiais, porém, demonstram que a recuperação do número de oportunidades é muito tímida na comparação com o das que foram perdidas desde o final do ano passado. O compromisso das autoridades econômicas, portanto, precisa

ser o de se empenhar por um 1º de Maio de menos incertezas no próximo ano.

A retomada de redução gradual da taxa básica de juros é uma providência coerente com o objetivo de fortalecer o mercado formal de emprego. Um alívio consistente também na carga tributária ajudaria a abrir o caminho para o aumento de vagas. Mas, para percorrê-lo mais rápido, o país deveria também se conscientizar mais sobre a importância de maior flexibilidade e de menos custos para contratar.

Na contramão da austeridade

Escudado em argumentos jurídicos que o próprio Supremo Tribunal Federal não reconhece, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), João Luiz Vargas, afirmou que não cortará os supersalários de 149 servidores dessa instituição. Os argumentos são de que qualquer corte agrediria o princípio da irredutibilidade dos salários, que a Constituição Federal estabelece entre as garantias sociais. "Por que nós descumpriríamos a Constituição?" – questiona, enfático, o presidente de uma das mais importantes organizações de controle dos gastos públicos do Estado. O pa-

radoxo parece não ter fim: o órgão de fiscalização por excelência não controla nem mesmo sua própria gestão numa questão que obviamente não é desimporante já que trata da remuneração de cada um dos 800 servidores da instituição.

Não se aplica a irredutibilidade nem pode ser alegado o princípio do direito adquirido sobre salários construídos e mantidos com critérios no mínimo questionáveis. O mecanismo que o TCE usa para formar os valores das remunerações de seus servidores, especialmente os que recebem funções gratificadas de até R\$ 10,9 mil, constitui de fato um retrato do pouco-caso com que os recursos públicos

são gerenciados. O congelamento dos supersalários, atalho que está sendo usado para impedir a aplicação do teto, não deixa de ser indiretamente o reconhecimento de que tais vantagens são indevidas.

A resistência do TCE, do Judiciário e do Ministério Público em acompanhar o governo do Estado e a Assembleia Legislativa na implantação imediata do teto, mais do que um fato lamentável, é um pouco a demonstração de como o interesse público pode ser sobrepassado pelo intrincado burocratismo de leis permissivas. O Supremo, ao considerar legal o corte dos supersalários no Executivo, repõe a moralidade pública acima de tudo.

Parceria ou cumplicidade?

MOACYR SCLIAIR*

Tempos atrás, compareci à CIP – Congregação Israelita Paulista, para uma pungente cerimônia. Era o Dia do Holocausto, no qual eram evocados os 6 milhões de judeus mortos pelos nazistas na II Guerra, um capítulo particularmente sombrio na já sombria história dos genocídios (índios, negros, armênios). Muita gente estava na CIP, incluindo o presidente Lula, que pronunciou um emocionado discurso sobre o tema.

Lula estava fazendo papel de tolo. Não houve Holocausto algum, não morreu judeu algum. As pilhas de cadáveres, as ossadas, as cinzas nos fornos crematórios, as fotos, os minuciosos registros dos próprios nazistas, tudo isso é uma mentira inventada pelos perversos judeus. Pelo menos é o que diz o atual visitante de nosso país, o presidente do Irã, Ahmadinejad, que aqui vem a convite do governo brasileiro. E a pergunta que se impõe é: ele veio aqui para defender a mesma tese? Não admira, portanto, o número de protestos que esta pregação está desencadeando. E que deveria ser mais amplo ainda. A esquerda brasileira poderia lembrar que Ahmadinejad usa, afinal de contas, os mesmos argumentos dos neonazistas e dos skinheads. Aliás, como estes, seu governo hostiliza homossexuais, minorias étnicas e religiosas, mulheres. Mas pelo jeito não vai aparecer nenhum cartaz dizendo "Go home", nem bandeiras serão queimadas, e nem mesmo um sapatinho, mesmo imaginário, será arremessado.

Tudo bem. Afinal, Ahmadinejad não é o Irã, como os atalhões não são o Irã. A presença deles no governo pode resultar de um desses erros que os povos cometem, movidos pela fúria ou pelo desespero. Mas erro semelhante não deve, não pode ser cometido por nosso governo. É preciso que o presidente iraniano ouça, claro e em bom som, que sua pregação não passa de uma mentira criada pelo ódio e extremamente perigosa. Quando ele fala, como falou, em "varrer Israel do mapa", está falando de um país cuja existência – como a do Uruguai, da França do Brasil ou do Irã – é ratificada pela ONU. Quando fala em "varrer Israel do mapa", fala, na realidade, em exterminar milhões de homens, mulheres e crianças (com bomba atômica?). O governo de Israel comete erros, como muitos governos, inclusive o nosso; mas é, ao contrário do Irã, uma democracia, e as democracias, como sabemos, conseguem corrigir os seus erros.

O Irã pode ser um parceiro comercial. Mas seu governo não pode, não deve, ser um parceiro político ou ideológico. Não antes de estudar devidamente a história da humanidade. Não antes de aprender a não dizer monstruosidades. Porque aí não estaremos falando em parceria. Estaremos falando de cumplicidade – cumplicidade num crime que mancha o nosso mundo.

*Médico, escritor

Grupo RBS			
Conselho de Administração e Diretoria Executiva			
Presidente: Nelson Pacheco Simstsky			
Vice-presidente executivo: Pedro Pallen Parente			
Conselheiros: Carlos Meier Cláudio Thomaz Lebo Sander Jayme Simstsky Luiz Henrique Praga	Vice-presidentes: Produto e Operações: Geraldo Corrêa Mercado e Desenvolvimento de Negócios: Edizardo Simstsky Meizer Gestão e Finanças: Antônio Augusto Pires Tige Vice-presidente Institucional: Alberto Antunes da Motta	Diretores Executivos: Desenvolvimento de Negócios: Eduardo Smith Finanças: Eduardo Flores da Cunha Damasceno Ferreira	Diretor-Geral de Produto do Grupo RBS: Marcelo Rech Diretora de Internet do Grupo RBS: Marta Gleich Diretor-Geral de Mercado RBS: Carlos Araújo Santos ZERO HORA Fundada em 4 de maio de 1964 Diretor de Operações: Cristiano Wygand Diretor de Redação ZH: Ricardo Steffens Diretor Comercial: Renato Mesquita
Presidente Emérito: Jayme Simstsky Fundador: Maurício Simstsky Sobrinho (1925-1986)			

SUCESSÃO NO TCE

Ex-rival é a aposta do futuro presidente

João Osório convida Marcos Rolim para coordenar comunicação do tribunal

Era a década de 1990. Antônio Britto (PMDB) governava o Estado. Na Assembleia, partidários de Britto e petistas travavam debates acalorados para demarcar suas posições. De um lado, estava o então deputado João Osório (PMDB). Do outro, Marcos Rolim (PT).

Passados mais de 10 anos, o futuro presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), João Osório, decide

convidar o ex-colega e opositor petista para compor sua equipe na administração da Corte. A Rolim, caberá coordenar a Comunicação Social do TCE e, mais do que isso, tentar recuperar a imagem do tribunal – abalada principalmente pelas suspeitas relacionadas ao ex-presidente João Luiz Vargas à fraude do Detran.

Rolim não é mais filiado ao PT. Deixou a sigla em agosto, depois de 25 anos de militância. É professor e doutorando em Sociologia pela UFRGS.

Assim que a senadora Marina Silva deixou o PT e foi para o PV, foi assediado pelos verdes gaúchos. Marina o teria convidado para ingressar na cúpula nacional da sigla. Rolim, porém, garante que irá apoiá-la – mesmo sem entrar para o PV.

– Poderia me filiar ao PV, mas isso só teria sentido se eu me dedicasse a sua construção. O que ocorre é que não tenho mais tempo nem disposição para esse tipo de tarefa – afirma Rolim.

ENTREVISTA Marcos Rolim, ex-deputado

“Nunca imaginei que ele fosse me propor isso”

Santa Maria

JAQUELINE SILVEIRA

O ex-deputado Marcos Rolim (PT) assumirá a comunicação social do Tribunal de Contas do Estado a convite de João Osório, seu adversário político dos tempos de Assembleia. A seguir, a síntese da entrevista.

jaqueline.silveira@diariosm.com.br



Rolim

ele fosse me propor isso, o desafio de coordenar a política de comunicação do TCE. Penso, entretanto, que o fato de sempre termos mantido uma postura respeitosa foi muito importante, porque isso não permitiu que nossas diferenças se tornassem um problema pessoal.

ZH – É mais difícil trabalhar a imagem de um tribunal que se desgastou recentemente devido às denúncias envolvendo o ex-presidente João Luiz Vargas?

Rolim – Não acho que teremos maiores dificuldades. Denúncias contra gestores ou figuras públicas têm

exemplo, na área da segurança pública, da política prisional e quanto à reforma psiquiátrica. Então, nunca imaginei que

seu, infelizmente, muito comuns no Brasil. Nenhum dos poderes está livre delas e a corrupção diz respeito a um conjunto de práticas que estão disseminadas na própria sociedade brasileira, a começar pelo setor privado.

ZH – Por que decidiu se desfilial do PT? Decepção com as posições do partido?

Rolim – O PT no qual eu militei durante grande parte de minha vida não existe mais. O que restou dele são as lembranças de coragem e dignidade oferecidas ao Brasil. Hoje, o PT é um partido tradicional, assim como o PMDB ou o PTB. Há, é claro, pessoas dignas no PT que sigo admirando. Mas elas estão, como aquelas pessoas sérias que atuam em outros partidos, submetidas a uma lógica política que é avassaladora e cuja especialidade é destruir biografias. O PT queria mudar a política brasileira, mas o que ocorreu é que foi a política brasileira que mudou o PT.



Estrutura estava diante do Piratini desde setembro (ao lado) e foi removida ontem (acima).

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Governo retira quiosque contestado pelo Iphan

Objeto de uma polémica que contrapôs o governo estadual e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a estrutura metálica que existia entre a Praça da Matriz e o Palácio Piratini foi desmontada ontem.

Um quiosque e uma tenda haviam sido erguidos no local pelo governo do Estado. Para o Iphan, a estrutura perdeu seu caráter provisório e, em se tornando permanente, não poderia continuar no local porque o palácio e a praça foram tombados como patrimônio histórico e artístico nacional em 2000.

A construção do quiosque, empreendida pelo Estado para “socializar eventos”, também servia para evitar que manifestantes se aproximassem da entrada principal do palácio. A polémica foi retratada

em reportagem de Zero Hora em 8 de outubro, quando o Iphan emitiu duas notificações ao governo estadual exigindo que a estrutura fosse removida em um prazo de 30 dias.

Vistorias realizadas pelo Iphan indicaram que o quiosque havia sido instalado dias antes das comemorações da Semana Farroupilha e que estava descaracterizando a fachada do prédio histórico.

Ainda em outubro, um grupo de arquitetos seria designado para analisar as notificações do Iphan, conforme o chefe de gabinete da governadora Yeda Crusius, Ricardo Lied. Conforme o governo estadual, porém, a retirada do quiosque e da tenda se deu porque a estrutura cumpriu sua função e será utilizada agora pela organização da operação verão do governo para o veraneio 2009/2010, em Capão da Canoa, de 19 de dezembro a 28 de fevereiro.

CARTAZES POLÊMICOS

Polícia Civil indiciou grupo anarquista

A 17ª Delegacia de Polícia (DP) concluiu o Inquérito que investigava a veiculação de publicidade contra a governadora Yeda Crusius. De acordo com o delegado André Mocciano, titular da 17ª DP, na sede da Federação Anarquista Gaúcha (FAG), na Rua Lopo Gonçalves, em Porto Alegre, foram apreendidos cartazes onde a governadora é chamada de assassina.

– Recolhemos também a matriz onde os cartazes eram feitos, além de um computador que pode conter o

material que foi veiculado na internet – afirma Mocciano.

Segundo o delegado, a FAG não possui estatuto ou registro. Por conta disso, o indiciamento foi direcionado aos integrantes identificados no local e também em outra sede de reuniões, localizada em Gravataí, em 29 de outubro, data das apreensões. O indiciamento é por crime contra honra, incitação ao crime e formação de quadrilha ou bando. Para Mocciano, a liberdade de expressão e o direito de reunião, constitucionalmente assegurados, assim como internet, não podem servir de escudos e meios para

prática de crimes.

Em outro procedimento, concluído também na sexta-feira, a 17ª DP, em atendimento à requisição de diligências do Judiciário, ouviu cerca de 20 representantes de entidades que flagaram no início do ano campanha publicitária contra a governadora, utilizando outdoors com dizeres como “Conheça a face da corrupção”, junto à foto de Yeda. Contatado pela reportagem, Fernando Augusto Guimarães, representante da FAG, afirmou que consultaria o setor jurídico da organização antes de comunicar a posição da organização.

NOTAS

ANJ e Abert protestam

A Associação Nacional de Jornais (ANJ) e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) divulgaram nota em que reiteraram a exigência de que a produção de conteúdo jornalístico para internet seja feita apenas por empresas sob o controle de brasileiros.

“Nossos direitos constitucionais asseguram que, qualquer que seja o meio de exercício de atividade empresarial com finalidades jornalísticas, devem ser obedecidas regras de propriedade e gestão editorial por brasileiros”, diz a nota.

51 cidades

brasileiros usarão o sistema de impressão digital para identificação dos eleitores no pleito de 2010.

Correção

O ex-deputado João Osório foi indicado conselheiro do Tribunal de Contas do Estado pelo então governador Germano Rigotto, em 2005, e não pela Assembleia Legislativa como publicado na página 6 de ontem a partir de informação equivocada fornecida pelo tribunal.

Política

EMBARAÇO NO TCE

Conselheiros trabalham por afastamento de Vargas

Pedido do MP de quebra de sigilos do presidente do tribunal foi aprovada pelos ministros do STJ

Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE) tentam convencer João Luiz Vargas a se afastar do comando da Corte.

A permanência dele no cargo já vinha sendo tratada com preocupação desde que se tornou réu na ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público Federal (MPF).

Com a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de autorizar a quebra de sigilo bancário e fiscal de Vargas, entre outras diligências da PF, a situação voltou a ficar insustentável. As diligências foram solicitadas pela Polícia Federal (PF) no inquérito que apura envolvimento do presidente na fraude do Detran.

— O tema (do afastamento) vem sendo discutido, já falamos com ele e vamos falar novamente. Ele tem de, no mínimo, se afastar, mas o ideal seria se exonerar. Ele pediu uns dias para pensar — comentou um conselheiro ontem.

A ação de improbidade do Ministério Público Federal (MPF) também é decorrente da fraude do Detran. Depois da divulgação da ação, Vargas pedira aos colegas um prazo para refletir sobre sua saída da presidência. Na avaliação de conselheiros, a situação dele, como investigado e tendo bens bloqueados por ordem da Justiça Federal, fragiliza o TCE.

— Temos preocupação porque estamos numa instituição de controle, representada pelo presidente — avaliou outro conselheiro.

Advogado sustenta que quebra de sigilo não é fato novo

As medidas solicitadas pela PF e autorizadas pelo STJ foram consideradas “fortes” por conselheiros, que têm a expectativa de que o afastamento dele possa minimizar o abalo na imagem do TCE. Em agosto do ano passado, depois de o Ministério Público Estadual encaminhar à Procuradoria-Geral da República, em Brasília, uma notícia-crime contra Vargas, o conselheiro pediu afastamento. Só retornou ao comando do TCE em janeiro, depois de seus advogados garantirem que não havia nas apurações nada que o comprometessem.

Foi essa notícia-crime do MP Estadual e uma representação de autoria do Ministério Público de Contas que deram origem ao inquérito autorizado pelo STJ e que tramita na PF. A partir da decisão do STJ, o procurador-geral do MP de Contas, Geraldo



Vargas (no retrato à direita, abaixo) é réu em ação de improbidade na Justiça Federal de Santa Maria

da Camino, voltou a analisar o expediente de Vargas para verificar se há novas medidas a serem adotadas.

A defesa de Vargas e o vice-presidente do TCE, conselheiro Porfirio Peixoto, compartilham a opinião de que a quebra de sigilo nada mais é que uma medida de rotina na investigação.

— Isso já era previsto na ampliação das investigações. Era uma medida esperada, e vai ajudá-lo. Vai mostrar que em suas contas não ingressou nenhum valor, até porque ele é um homem que vive em extrema dificuldade há muito tempo. Isso vai comprovar que ele não teve aporte de recursos a não ser o de suas rendas declaradas — disse Porfirio.

O advogado de Vargas, André Cezar, também disse não se surpreender com a decisão e ponderou que ela só ganhou destaque por envolver uma pessoa pública:

— Não é um fato novo, não reforça acusação alguma. É uma decisão natural numa investigação.

O advogado lembrou que a juíza federal Simone Barbisan Fortes, de Santa Maria, negou o afastamento de Vargas do cargo, pedido pelo MPF na ação de improbidade que envolve também a governadora Yeda Crusius. A juíza determinou, no entanto, bloqueio de bens e de contas bancárias de Vargas e proibiu que ele se aposente pelo órgão público ao qual é ligado.

Suspeitas em relação ao presidente

Como o nome de João Luiz Vargas foi associado ao Caso Detran

- **O nome** do presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) foi citado no inquérito da Operação Rodin, que apurou a fraude do Detran, em razão de gravações telefônicas e documentos apreendidos pela Polícia Federal, em 2007.
- **Por ter** foro privilegiado, ele não podia ser investigado pela PF.
- **No ano** passado, o Ministério Público de Contas fez uma representação contra Vargas apontando, entre outros indícios de envolvimento dele com o esquema, seu “estrito relacionamento” com José Fernandes, sócio da Pensant (empresa suspeita de encabeçar a fraude), sua participação como sócio da IGPI (outra investigada) e atas apreendidas na Pensant com referências às iniciais JLV (que coincidem com as de Vargas).
- **Depois** de Vargas apresentar suas explicações, o MP de Contas emitiu parecer pedindo que ele fosse investigado e afastado do cargo.
- **O TCE** rejeitou o pedido de afastamento e decidiu remeter o parecer à Procuradoria-Geral da República para aprofundamento das investigações.
- **Ao analisar** áudios de conversas gravadas na investigação da Rodin, o MP Estadual entendeu haver indícios de participação de Vargas na fraude do Detran e, por isso, também encaminhou notícia-crime contra ele à Procuradoria-Geral da República.
- **Com base** nas duas manifestações, o STJ autorizou abertura de inquérito, que está sendo feito pela PF.
- **Em agosto**, Vargas se tornou réu em uma ação de improbidade administrativa de autoria do MPF. Na ação, a Justiça Federal autorizou o bloqueio de bens do presidente do TCE.

O QUE O STJ AUTORIZOU

- **Quebra** de sigilo bancário e fiscal.
- **Compartilhamento** de informações com provas colhidas nos autos da Operação Solitária.
- **Depoimento** de Vargas e de terceiros que possam prestar esclarecimentos.
- **Acesso** para a obtenção, em órgãos públicos, de registros de movimentação física do indiciado.

AÇÃO CONTRA YEDA

Supremo abre autos a Gurgel

O Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a Procuradoria-Geral da República a ter acesso às provas do processo de improbidade administrativa contra a governadora Yeda Crusius e mais oito réus, que tramita na Justiça Federal de Santa Maria.

O pedido foi feito há três semanas pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel. O STF determinou que a Justiça Federal de Santa Maria encaminhe ao procurador cópias de todos os documentos em até 30 dias. Com base na análise dos documentos, Gurgel vai definir se cabe ação criminal contra a governadora. Se entender que cabe, o processo seria encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). De posse dos documentos, Gurgel promete se manifestar sobre o caso em, no máximo, 30 dias.

Sobre o mesmo caso, o procurador já pediu uma investigação contra o deputado federal José Otávio Germano (PP). No STF, o relator do caso é o ministro Ricardo Lewandowski. José Otávio já responde a um inquérito no STJ, em decorrência das investigações da Operação Solitária.

OPERAÇÃO RODIN

CPI terá acesso a processo

A juíza da 3ª Vara Federal de Santa Maria, Simone Barbisan Fortes, liberou integralmente a documentação de três ações resultantes da Operação Rodin à CPI da Corrupção. A decisão, divulgada no início da noite de ontem, contraria manifestação de oito deputados da base governista na CPI, que haviam alertado para o fato de o pedido de acesso ao material não ter sido aprovado pelo colegiado.

A presidente da CPI, Stela Farias (PT), comemorou:

— Sempre tivemos a convicção de que, ao solicitar os documentos, estávamos agindo com responsabilidade.

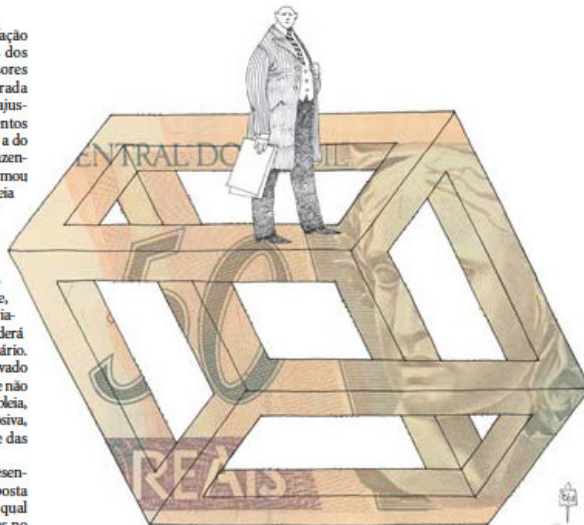
Depois da negativa inicial da juíza de dar cópias da ação de improbidade à comissão, a presidente, Stela Farias (PT), enviou fax e e-mail prometendo que adotaria medidas de proteção de informações sigilosas e sustentou que seu pedido foi apenas um requerimento e não uma requisição, que deveria ter sido aprovada pelos integrantes da CPI.

O PACOTE DE REAJUSTES

Preocupada com a insatisfação salarial entre segmentos dos servidores, como professores e policiais militares, acirrada com as pretensões por reajustes elevados nos vencimentos de categorias melhor remuneradas, como a do Judiciário, do Ministério Público e dos fazendeiros, a governadora Yeda Crusius confirmou antecorrem suas intenções nesta área. A ideia inicial é propor à Assembleia uma correção nos ganhos justamente nas faixas reconhecidas como mais defasadas, abrindo caminho para o debate sobre a instituição da meritocracia na remuneração dos servidores. Isso significa que, em tese, quem atuar numa área na qual metas previamente determinadas forem atingidas poderá receber inclusive uma espécie de 14º salário. Ainda que tudo venha a ser aceito e aprovado pelas diferentes categorias funcionais, que não têm como recusar aumento, e pela Assembleia, porém, a questão tende a continuar explosiva, sob o ponto de vista do funcionalismo e das contas públicas.

Na justificativa do projeto oficial, representantes do Executivo alegam que a proposta é a possível, depois de um período no qual as atenções oficiais ficaram concentradas no equilíbrio das contas. Mas, ainda que o impacto das pretensões anunciadas agora seja considerado suportável, o fato é que parte dele será transferido para o próximo governo. Só para fazer frente às oscilações normais da folha de pagamentos e para honrar compromissos assumidos por administrações anteriores, o Tesouro gacho vem precisando de cerca de R\$ 1 bilhão adicionais a cada ano. E há projeções inquietantes sobre a evolução dos dispêndios dos inativos no Estado, uma conta que, se continuar sendo enfrentada sem determinação, poderá se tornar insustentável mais à frente.

Nesse cenário, que inclui de um lado um Executivo fragilizado por denúncias e pela pressão da oposição e de outro, servidores com uma alegada defasagem salarial e com diferenças cada vez mais gritantes entre cate-



É importante que esse processo contribua também para atenuar as diferenças entre os maiores e os menores ganhos.

gorias, seria importante que fossem vislumbradas alternativas mais factíveis de ampliar vencimentos. A intenção do Piratini de privilegiar a meritocracia, acenando com ganhos adicionais para servidores de áreas nas quais metas previamente definidas fossem alcançadas, pode se constituir num desses caminhos. Entidades sindicais, portanto, não deveriam simplesmente descartar essa possibilidade, como vêm ocorrendo em grande parte, antes de analisá-la mais a fundo sob uma perspectiva prática.

Representantes do governo estadual e dos servidores têm o dever de encontrar uma alternativa de correção salarial que, sem pôr em risco o ajuste fiscal, consiga se aproximar o máximo possível das pretensões de ganhos do conjunto do funcionalismo. Diante das dificuldades reais de caixa, é importante que esse processo contribua também para atenuar as diferenças entre os maiores e os menores ganhos e, em consequência, para reduzir tensões que se cronificam um pouco mais a cada ano.

A maturidade dos municípios

Indicadores divulgados especialmente às vésperas de fim de ano explicitam a crescente qualificação da gestão dos municípios. Muitos desses termômetros podem ser aferidos pelos cidadãos, sem a necessidade de interpretação de especialistas, como é o caso da garantia dos prefeitos gachos de que pagarão em dia o 13º salário do funcionalismo. Apesar de ainda se ressentirem da crise iniciada em 2008 e que só agora começa a se esgotar, os municípios souberam enfrentar a queda de receita com medidas corretivas, que deixaram de ser instrumentos pontuais para se incorporarem à prática cotidiana dos gestores.

Pressionados pelas normas que estabelecem parâmetros para a responsabilidade

fiscal, prefeitos, vereadores e ocupantes de cargos públicos se submetem a cursos e treinamentos, nos últimos anos. Foi assim que, depois de décadas de descontrole e irregularidades, gestores corretos e eficientes deixaram de ser a expressão da virtude de alguns. Um dado revelador da maturidade dos administradores é o crescente índice de aprovação das contas das prefeituras pelos tribunais de contas estaduais, que também se expressa como consequência da legislação mais rigorosa e do aperfeiçoamento dos controles externos.

Mesmo que não disponha de dados consolidados da evolução da aprovação das contas municipais, o Tribunal de Contas do Estado

constata que, ano a ano, decresce o índice de rejeição aos números apresentados pelas prefeituras. O TCE agregou à vigilância mais rigorosa a preocupação com a explicitação de seus atos. Nessa área, uma inovação do TCE gacho passa agora a ser copiada por outros tribunais. Trata-se da transmissão ao vivo, por rádio virtual do órgão na internet, das sessões do TCE. É assim que o tribunal fiscaliza e cumpre também sua função pedagógica. Ganha-se em transparência e amplia-se o aprendizado permanente, em nome da correção e da eficiência. Todos são beneficiados quando a omissão, a irresponsabilidade administrativa e, algumas vezes, o delito passam a ser a exceção na gestão dos municípios.

Artigos

Pelo buraco da fechadura

ADRIANA RUSCHEL DUVAL*

This is it. O título da turnê de 50 shows que Michael Jackson faria a partir de julho é também o nome da produção distribuída pela Columbia Pictures, que, no período de duas semanas, autoriza o espectador a espionar, em 111 minutos, por entre as frestas do passado recente.

O filme vem promovendo salas lotadas, no mundo todo, desde a estreia. E a expectativa de um sucesso extraordinário é grande, já carimbada pela colocação do astro pop em terceiro lugar na lista da revista Forbes das celebridades que mais rendimentos obtiveram após passarem para o lado B.

Fã e observadora do fenômeno Michael, fiz uma visita ao eterno mito, no escurinho da projeção dos sonhos na tela grande. Vi o que muitos certamente irão ver, na ânsia por migalhas desse gigantesco bolo que é a construção midiática para a posteridade.

Enquadrado na narrativa da esperança, Michael é colocado como o artista que regge seu próprio espetáculo, seja em que esfera for. Próximo demais dos reles mortais, no toque de pele, na dança, na interação das estrofes, na performance do alto do palco sagrado de seus segredos, ele quer reproduzir, em cena, a fidelidade ao que criou para si em uma vida – o desejo da perfeição, materializado em acordes e coreografias, em tons e notas de composições sonoras, visuais e sentimentais.

Assisti a fragmentos dos momentos derradeiros da existência terrena do ídolo, como que espionando pelo buraco da fechadura. Daquelas de portas antigas, pesadas, de chaves grossas, por onde a curiosidade de criança passa como fantasma entre uma peça e outra da imaginação. Prendi os olhos na projeção, fixados pela saudade e pelo impacto da perda que sempre será sentida como repentina, parecendo que foi ontem.

Voltei no tempo, ao acompanhar o flashback de cenas da história de um homem imortalizado ainda em vida. Me transporte para a plateia improvisada entre o staff e saboreei o privilégio de me emocionar diante de um show que jamais passaria da condição de ensaio. A não ser para virar documento, editado numa proposta de sentido próxima à dos mais elaborados museus de cera, numa recriação do retrato final dos personagens reais.

Até que notícias bombásticas atualizem a respeito da morte do cantor, até que o espectro de Michael fale algo substancial à irmã La Toya, que garantiu tê-lo visto nos últimos dias, o que se tem sobre ele são os bastidores de um eterno retorno. É o diminuto buraco da fechadura do tempo e da história, através do qual o astro desfila seu mistério.

*Jornalista, doutora em Comunicação Social e professora da Unisinos

Grupo RBS			
<p>Conselho de Administração e Diretoria Executiva</p> <p>Presidente: Nelson Pacheco Sirotsky</p> <p>Vice-presidente executivo: Pedro Pullen Parente</p>			
<p>Conselheiros:</p> <p>Estelito Tizani</p> <p>Carlos Meier</p> <p>Claudio Thomaz Lebo Sander</p> <p>Gustavo Knopke</p>	<p>Vice-presidentes:</p> <p>Jayme Sirotsky</p> <p>Luzi Henrique Fraga</p> <p>Pedro Pullen Parente</p> <p>Pedro Sirotsky</p> <p>Sérgio Sirotsky</p>	<p>Presidentes:</p> <p>Produtos e Operações: Geraldo Corfá</p> <p>Marketing e Desenvolvimento de Negócios: Eduardo Sirotsky Matar</p> <p>Gestão e Finanças: Antônio Augusto Parente Tigré</p> <p>Vice-presidente institucional: Abner Antunes da Motta</p>	<p>Diretores Executivos:</p> <p>Desenvolvimento de Negócios: Eduardo Smith</p> <p>Finanças: Eduardo Flores da Cunha Dantascento Ferreira</p>
<p>Presidente Emérito: Jayme Sirotsky</p> <p>Fundador: Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1986)</p>	<p>Diretor-Geral de Produto do Grupo RBS: Marcelo Rech</p> <p>Diretora de Internet do Grupo RBS: Maria Gleick</p> <p>Diretor-Geral de Mercado RBS: Carlos Araújo Santos</p>		
<p>ZERO HORA</p> <p>Fundada em 4 de maio de 1964</p> <p>Diretor de Operações: Cristiano Wygaard</p> <p>Diretor de Redação: ZIL: Ricardo Salsendil</p> <p>Diretor Comercial: Renato Mesquita</p>			

Depuração de verdade

A abertura de um procedimento de apuração por parte dos conselheiros do Tribunal de Contas para ver se há elementos para a abertura de processo contra o presidente da corte, citado nas gravações telefônicas da Operação Rodin, demonstra que as instituições do Estado estão passando por um processo de depuração sem precedentes. No momento em que o Executivo promove ampla reformulação interna e os partidos políticos são solicitados a revisar seus procedimentos e suas relações com o poder, a sociedade rio-grandense tende, finalmente, a beneficiar-se com os remédios da democracia.

Embora num primeiro momento seja chocante constatar tantas irregularidades no seio da administração pública, é da transparência e da ampla divulgação dos episódios de corrupção que pode sair a correção de

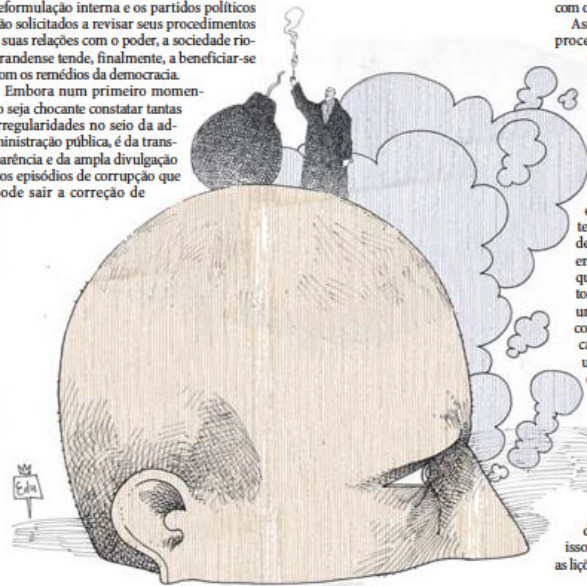
A HORA DA REVISÃO

Mais do que mudar os nomes dos detentores dos cargos, é indispensável que se mudem os métodos de governar e as relações políticas.

rumos que o povo gaúcho almeja. A informação é essencial para que os cidadãos se posicionem e exijam comportamento adequado de seus representantes. Neste sentido, a CPI em andamento na Assembleia Legislativa está servindo de vitrina para a depuração ética que os gaúchos deverão de promover no Estado. Não fosse a ampla cobertura que a mídia vem dando aos trabalhos parlamentares, dificilmente a população teria conhecimento do teor das gravações feitas pela Polícia Federal com os operadores das fraudes do Detran.

Assim, é importante que se destaque o processo em andamento no Tribunal de Contas. O esclarecimento das dívidas que pairam sobre ações que teriam sido praticadas pelo próprio presidente de uma corte cuja finalidade é investigar e fiscalizar o uso adequado dos recursos públicos ganha um caráter exemplar. Os indícios de que também um conselheiro do TCE pode estar implicado no escândalo desenvolvido na Operação Rodin, além de consternarem os cidadãos, dão-lhes a certeza de que a radicalidade democrática está em andamento no país. O princípio de que a lei é igual para todos – sempre visto como uma quimera e não mais do que uma declaração irrealizável e vazia – reconquista a credibilidade quando é aplicada a personagens que normalmente usariam suas posições sociais ou políticas para fugir dele.

Resta esperar que as investigações e suas consequências resultem numa efetiva depuração da máquina pública. Mais do que mudar os nomes dos detentores dos cargos, é indispensável que se mudem os métodos de governar e as relações políticas. Só se isso ocorrer – e com profundidade – é que as lições da crise terão sido aprendidas.



A expansão e o gasto público

A expansão recorde dos últimos 12 anos, de 5,8% na economia brasileira no primeiro trimestre de 2008, em comparação com igual período do exercício anterior, só não se presta para mais comemorações por algumas razões inquietantes. Uma delas é o fato de a divulgação coincidir com a confirmação de uma alta acentuada da inflação, o que já levou o Banco Central a rever para cima a taxa básica de juros, reduzindo, portanto, as chances favoráveis para o Produto Interno Bruto (PIB) continuar se expandindo nos níveis atuais. A outra causa, ainda mais preocupante, é a particularidade de, em parte, a eco-

nomia estar crescendo também em consequência do aumento dos gastos governamentais, nos três níveis de governo. No Brasil, esse é um aspecto que está sempre associado a mais inflação, exigindo atenção máxima.

Um dado importante entre os apresentados para explicar a ampliação do PIB em níveis inéditos é que a taxa de investimentos no período pesquisado foi superior à do consumo das famílias, o que é tranquilizador sob o ponto de vista de demanda e oferta. O problema é que, na comparação com o trimestre anterior, os gastos dos governos federal, estaduais e municipais aumentaram 4,5%.

Em ano eleitoral, é normal que os dispêndios oficiais se acelerem e é preciso levar em

conta que muita verba tem a liberação antecipada para evitar acusações de transgressão à legislação. Ainda assim, a associação entre euforia econômica e recrudescimento de gastos governamentais costuma se mostrar sempre perversa.

O país esperou demais para registrar um nível de crescimento tão expressivo como o atual e não pode colocá-lo em risco por razões como descontrolar das despesas oficiais. A sociedade tem consciência de que pressões inflacionárias costumam impor um alto custo. Precisa, portanto, cobrar do governo uma reação à altura da ameaça em que se constitui a mistura explosiva de crescimento da economia e de gastos públicos.

E que tal um dia sem Estado?

LUCIANO FELDEN'S*

Preconizou-se, dias atrás, "um dia sem imposto". Pagar imposto não é algo que dá prazer. Especialmente quando assistimos a recorrentes escândalos políticos envolvendo apropriação e desvio de dinheiro público. Quando falham as instituições de controle, então, como anotou Zero Hora em recente editorial, a indignação se avoluma. E o ápice do desgosto parece estar na constatação de que não percebemos o retorno prestacional para a parcela que aporta em impostos. Sobre isso, é preciso esclarecer algo: nós, assinantes de Zero Hora, ocupantes de uma posição socioeconômica privilegiada, jamais receberemos do Estado, individualmente, uma contraprestação na exata proporção do que pagamos. É isso é assim, infelizmente, porque deve ser. A Constituição de 1988 fixa como objetivos fundamentais da República a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais (art. 3º). A típica maneira de cumpri-los em uma sociedade altamente estratificada a exemplo da nossa, em que o Estado não produz riqueza, é mediante a capilarização de um percentual dos recursos de quem a produz, destinando-o ao financiamento de políticas sociais que aproveitam, em especial, às camadas socioeconômicas inferiores.

Diferentemente do que ocorre em um condomínio, onde cada morador cumpre com sua cota e os serviços são coletivamente devolvidos na medida do orçamento ajustado (limpeza, manutenção, segurança), no domínio social a situação é bastante diferente. Nem todos são pagadores. A maioria maior não é. Isso significa que pagamos por outros e para outros. Essencialmente para aqueles que, se não fosse a presença do Estado no financiamento e na gestão da saúde e da educação públicas, por exemplo, jamais teriam minimamente satisfeitas essas condições elementares de dignidade humana: a diferença de nós, eles não têm a alternativa do setor privado.

Em termos de política social, sempre se poderá fazer melhor. Muito melhor, talvez. Seja como for, enquanto persistir essa profunda desigualdade, a fórmula da redistribuição implicará, sempre, que paguemos mais do que individualmente possamos almejar em troca.

Assim, além de um dia sem imposto, talvez pudéssemos também cogitar: que tal "um dia sem Estado"? Recentemente, os Estados Unidos presenciaram esse dia, quando da passagem do furacão que assolou New Orleans, levando à total paralisação dos serviços estatais de socorro (bombeiros, ambulâncias, polícia). Resultado: além da potencialização da tragédia em si, um aumento vertiginoso de roubos, estupros e homicídios. No Brasil, se esse "dia sem Estado" vier, pretendo não sair de casa. E por um exercício hipotético de solidariedade mesclada com egoísmo, vou torcer para que esse dia não seja aquele no qual está agendada, há meses, pelo SUS, a sessão de quimioterapia de minha empregada doméstica. Ela depende do sistema público de saúde (Estado). E eu dependo dela.

*Procurador da República, professor da PUCRS

<p>Grupo RBS</p> <p>Fundador: Maurício Sirotsky Sobrinho (1925 - 1986)</p>	<p>Conselho de Administração Presidente: Jayme Sirotsky</p> <p>Conselheiros: Carlos Melzer David Guimarães Moreira Fernando Ernesto Goréa (vice-presidente) Sérgio Sirotsky Nelson Pacheco Sirotsky Oscar de Paula Bernardes Neto Cláudio Thomas Lobo Sander Pedro Sirotsky</p>	<p>Diretoria Executiva</p> <p>Diretor-Presidente: Nelson Pacheco Sirotsky</p> <p>Vice-presidente executivo: Pedro Pullen Parente</p>	<p>Vice-presidentes de Unidades: Unidades Televisão e Rádio: Afonso Azeites da Motta Unidades Rádio e Jornal: Geraldo Correia Unidades Internet e Inovação: Sílvia Nora Berto de Jesus Diretores Executivos: Gestão: Antônio Tigre Finanças: Eduardo Flores da Cunha Damasceno Ferreira</p>	<p>ZERO HORA Fundada em 4 de maio de 1964</p> <p>Unidade Jornal Vice-presidente: Geraldo Correia Diretor Operacional: Christiano Nygaard Diretor Editorial: Marcelo Rech Diretor de Comercialização: Felipe Sampaio Gomes Diretor de Jornais Online: Maria Gerch</p> <p>www.zerohora.com</p>
---	---	---	--	--

O PODER DA CORTE

Partidos definem quem será conselheiro

Com a aposentadoria de João Osório, que deixou a presidência do Tribunal de Contas do Estado na quarta-feira, e de Victor Faccioni, duas vagas de conselheiro serão abertas – e preenchidas conforme a vontade de políticos. O governador Tasso Geronzi indicará um nome e a Assembleia Federal, reabrindo a polêmica sobre os critérios de escolha.

Os auditores do tribunal defendem que a vaga do Legislativo, tradicionalmente entregue a um deputado, seja

aberta a qualquer cidadão que comprove sua qualificação técnica. É o que ocorre hoje no Paraná. Mas parece inviável a ideia vingar por aqui.

O PT vai entrar este ano no rodízio de bancadas que escolhe os conselheiros. Embora sempre tenha defendido perfis mais técnicos e menos partidários, a proposta dos servidores é refutada.

– Não adianta fazer edital e sabbatins com 30 pessoas se, no fim das contas, é a Assembleia que vai votar o escolhido – diz o presidente estadual

do PT, deputado Raul Pont, sugerindo que os acordos informais se mantiriam de qualquer forma.

Novo presidente do TCE, Cezar Miola deve valorizar justamente o corpo técnico da Corte. O projeto prevendo a criação de 39 novas vagas de auditores já está no parlamento, e um concurso público para outros 45 ocorrerá em julho.

A ideia é colocar a lupa do TCE nos orçamentos e não só nas despesas finais de órgãos públicos, para evitar gastos desnecessários.



ENTREVISTA

Amauri Perusso Vice-presidente do Centro de Auditores Público-Externos do TCE

“Não há a rigidez necessária”

Há quase 20 anos analisando contas de administradores públicos, Amauri Perusso, vice-presidente do Centro de Auditores Público-Externos do tribunal se opõe ao que chama de “contaminação política” das decisões da Corte. Com frequência, afirma Perusso, os conselheiros do TCE ignoram as irregularidades apontadas pelos auditores na hora do julgamento.

Zero Hora – O TCE cuida do dinheiro público como deveria?

Amauri Perusso – Não há a rigidez necessária. Somos uma instituição cara para a sociedade: temos auditores bem remunerados e uma estrutura de trabalho muito boa. Mas a sociedade banca auditorias que, em muitos casos, têm seu efeito prático anulado porque são desconsideradas no julgamento. Isso cria condições favoráveis para a corrupção e o desvio de dinheiro público.

ZH – Por que as auditorias são desconsideradas?

Amauri – O modelo de escolha dos conselheiros provoca uma contaminação política das decisões. O parlamento transformou uma prerrogativa em um privilégio. Sua prerrogativa é decidir quem serão os auditados e o artigo 73 da Constituição diz que a escolha deve recair sobre os cidadãos, e o parlamento faz recair sobre os políticos. Não achamos que os políticos devam ser excluídos da seleção. Mas todos os outros brasileiros foram excluídos pelo parlamento.

ZH – Em que casos as auditorias apontaram irregularidades ignoradas pelos conselheiros?

Amauri – Em muitos. Em relação ao Daer, por exemplo, as auditorias vinham mostrando sistematicamente desvios de recursos. Os gestores do Daer deveriam ter as contas rejeitadas pelo tribunal, o que não ocorreu. Agora, a força-tarefa do governo examina 6 mil páginas para apurar a fraude. Essas 6 mil páginas são, basicamente, pareceres de auditorias realizadas aqui nos últimos 10 anos.

ZH – Essa situação desestimula os auditores de carreira?

Amauri – Houve um desconforto

“O modelo de escolha dos conselheiros provoca uma contaminação política das decisões.”

maior quando João Luiz Vargas (ex-deputado e ex-presidente do TCE) estava sob investigação e seguiu à frente do tribunal. Nos municípios, cobravam dos auditores: “Como vão fazer uma auditoria aqui, se o presidente é investigado por corrupção?”

ZH – Que postura os conselheiros deveriam adotar?

Amauri – Vou responder com um exemplo: principal documento que auditamos é o parecer das contas do governador. Ele é julgado no tribunal e, depois, na Assembleia. Se o governador não investiu em saúde e educação os percentuais que a Constituição determina, deveria ter as contas rejeitadas. Se depois, na Assembleia, entenderem que politicamente havia motivos para o governador descumprir as determinações, tudo bem. Mas, nos últimos 20 anos, não há registro de rejeição das contas no tribunal, embora a Constituição nunca seja cumprida.

ZH – Como deveriam ser as indicações para ser conselheiro?

Amauri – No Paraná, um edital foi publicado convocando qualquer pessoa que julgasse ter a qualificação necessária para assumir o cargo. A Assembleia, então, realiza as sabbatins e decide quem será o conselheiro – e deputados estão livres para se candidatar. Não defendemos um tribunal puramente técnico, mas o desequilíbrio hoje é total.

Radiografia do TCE

Composição atual
O pleno do TCE é composto por sete conselheiros:

Origem política

- Algir Lorenzon**
 - Desde 1989
 - Ex-deputado pelo PMDB
 - Indicado pela Assembleia Legislativa
- Inacir Pietroski**
 - Desde 2010
 - Ex-deputado pelo PTB
 - Indicado pela Assembleia Legislativa
- João Osório**
 - Desde 2006
 - Ex-deputado pelo PMDB
 - Indicado pelo então governador Germano Rigotto
- Marco Pelozo**
 - Desde 2008
 - Ex-deputado pelo PP
 - Indicado pela Assembleia Legislativa
- Victor Faccioni**
 - Desde 1998
 - Ex-deputado pelo PSD
 - (gub. PP)
 - Indicado pela Assembleia Legislativa

Origem técnica

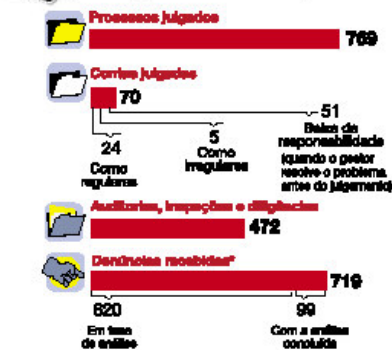
- Cezar Miola**
 - Desde 2009
 - Ex-procurador-geral do MP de Contas
 - Indicado pelo TCE na vaga do MP de Contas
- Heiko Miloski**
 - Desde 1992
 - Auditor de carreira
 - Indicado pelo TCE na vaga dos auditores de carreira

O que faz

Controla e julga as contas de quem administra o dinheiro público nos Estados e nos municípios.

- Em caso de irregularidades, pode ressarcimento aos cofres públicos.
- Em caso rejeição das contas, o administrador pode ser declarado inelegível por até oito anos.

A produtividade (dados do primeiro trimestre de 2011)



Acompanhe

Desde dezembro 2009, o www.tce.rs.gov.br informa:

- Quem são os servidores, além do valor dos salários por cargo
- Gasto de funcionários e conselheiros com diárias
- Preliminares julgados e decisões do pleno
- Contas dos governos estaduais e municipais com empresas
- Arrendamento de obras públicas
- Transmissão ao vivo das sessões do pleno

Denuncie
Qualquer cidadão pode denunciar irregularidades cometidas por órgãos públicos no Estado e nos municípios.

Fonte: Associação de Imprensa e relatório de atividades do TCE



INVESTIGAÇÃO COMPLETA

O afastamento do sexto ministro do atual governo por suspeita de irregularidades graves encerra uma etapa decisiva, mas essencialmente de caráter político. Ainda falta, para que se cumpram os ritos institucionais, que o Ministério Público e a Justiça, com a contribuição das investigações policiais, esclareçam o envolvimento do senhor Carlos Lupi nos indícios apresentados. É o que se espera desse e dos outros cinco casos de suspeitas de delitos, envolvendo direta ou indiretamente ministros e assessores que acabaram deixando o governo. A queda política é importante, por afastar do Executivo um integrante do primeiro escalão sem condições de permanecer no cargo, mas não pode significar o encerramento dos fatos que vieram à tona nos últimos meses.

É preciso levar adiante as sindicâncias, não só as administrativas, para que tudo seja esclarecido, ou o ministro e outros acusados estarão, em pouco tempo, como ocorreu com denunciados em situações semelhantes, em governos anteriores, transitando pela vida pública como se nada tivesse acontecido. Os envolvidos em escândalos apostam no esquecimento, num primeiro momento, e depois recorrem a táticas proletrárias, no andamento dos processos, para dificultar as sindicâncias. É paradoxal que tantas denúncias, em período tão curto, contribuam para a moralização da vida pública e, ao mesmo tempo, para a sensação de banalização dos desmandos. Os demitidos contam com essa confusão para se proteger na impunidade.

Carlos Lupi afasta-se do governo em circunstâncias semelhantes às que fizeram tombar outros ministros e servidores. Na origem de todos os episódios, está a fragilidade dos controles do próprio governo, combinada com omissões graves. É indesculpável que os órgãos, dentro e fora do Executivo, encarregados de vigiar a postura de homens públicos sejam surpreendidos por denúncias de superfaturamento de obras, pagamento de propinas, favorecimento de quadrilhas protegidas por falsas ONGs, relações promíscuas com prestadores de serviços e outros desmandos. As falhas na prevenção se completam quan-



A perda do poder, algumas vezes apenas momentânea, não pode ser a única punição de ex-ocupantes de cargos públicos flagrados em desmandos.

do, depois de identificadas as irregularidades, os personagens dos escândalos passam a desfrutar da lentidão de investigações e processos que poderiam levar às punições.

Para a maioria, a tímica punição tem sido a perda do poder. Nem mesmo parte dos recursos desviados é devolvida. No caso do Ministério do Esporte, para citar apenas um exemplo, a Controladoria-Geral da União tenta recuperar R\$ 49 milhões repassados a ONGs. Em todos os demais ministérios sob suspeita, houve o desvio de verbas, das mais variadas formas. Nem o

mais otimista dos brasileiros é capaz de acreditar, baseando-se em experiências anteriores, que seja possível resgatar esse dinheiro.

O que importa é que instituições de controle, Polícia, MP e Judiciário façam a sua parte e procurem reverter a percepção generalizada de que políticos poderosos se submetem apenas a constrangimentos, como o momentaneamente enfrentado pelo ex-ministro do Trabalho, para retomar a vida pública logo adiante, apresentando-se muitas vezes como vítimas de perseguições e mal-entendidos.

Transparência pública

É louvável a iniciativa do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) – sistematicamente criticado pela falta de ação ou por excessos de seus próprios integrantes – de promover a realização de seminário para debater o tema O Acesso à Informação Pública e Transparência, com a participação de especialistas e jornalistas debatedores. Até abril, quando a nova lei de acesso à informação começar a vigorar na prática, esse tipo de ação precisa se multiplicar, permitindo que o setor público possa se adaptar adequadamente às necessidades impostas por uma verdadeira mudança cultural. A nova lei, que chega com um atraso de mais de duas décadas, tem potencial para

facilitar o exercício pleno do papel de cidadão por parte dos brasileiros.

Como destacaram participantes do encontro, o novo instrumento legal vai exigir que o setor público aproveite os próximos seis meses para se adequar a essa nova realidade. Da mesma forma, os próprios contribuintes precisam se programar desde já para definir como pretendem usufruir das facilidades de acesso a informações até hoje de circulação restrita, sem que haja qualquer justificativa nesse sentido.

A máquina administrativa, em todos os poderes e em todas as instâncias da federação, precisará montar uma estrutura em condições de atender à demanda a ser criada, valendo-se

tanto das novas tecnologias quanto dos meios convencionais de atendimento. E é importante que a administração oficial possa se antecipar no caso de solicitações previsíveis, facilitando os trabalhos mais à frente. Aos cidadãos, caberá o desafio de aprender a usar o material tornado disponível como uma forma de fiscalizar com mais eficiência os atos governamentais.

Obviamente, a nova lei define com clareza em que situações e por quanto tempo um dado oficial deve continuar tendo acesso restrito para evitar danos tanto ao governo quanto aos cidadãos. Essa, porém, passará a ser a exceção e não a regra a partir da mudança para a qual iniciativas como a do TCE-RS significam uma importante contribuição.

Artigos

Debate singular

SERGIO DA COSTA FRANCO*

O espírito liberal da editoria de opinião de Zero Hora nos proporcionou, na passada semana, a exposição de uma controvérsia inusitada e singular. Na quinta-feira, 19 de dezembro, o desembargador Milton dos Santos Martins escreveu comentário intitulado "Violência da lei seca", apontando a injuriosidade de se punir como crime do condutor de veículo automotor a ingestão de mínima dose de álcool, independentemente de qualquer resultado lesivo a terceiros. E, no dia seguinte, 2 de dezembro, a mesma página estampou o artigo do Dr. Montserrat Martins, "Compreendendo a lei seca", no qual fez a defesa daquele diploma draconiano.

O debate – reflexo perfeito do conflito de opiniões existente – não suscitaria nenhuma glosa específica, se não fosse uma circunstância talvez ignorada pela maioria dos leitores. É que se trata de controvérsia elegantemente exposta entre pai e filho, pois o desembargador Milton é pai do articulista e o contrário. Foram ambos ponderados, corteses e respeitosos, como expoentes que são, em suas respectivas áreas profissionais, o pai como jurista e o filho como médico psiquiatra.

É evidente que não aproveitou essa pauta a título de conciliador, certamente desnecessário, ou de desempassador, numa controvérsia que vem dos tempos do debate entre a escola clássica e a escola positiva do Direito Criminal. Tudo me inclina, aliás, a acompanhar os argumentos do pai, meu contemporâneo de faculdade e de vida forense, pois me recuso a aceitar a imposição de punições pré-delituais.

Era em nome da segurança pública e dos direitos coletivos que os dissidentes do regime soviético eram recolhidos a colônias penais ou escolas de reeducação política, antes mesmo de haverem cometido qualquer ato de subversão. De igual modo, perturbações da saúde mental, sem a prática de ações antisociais, não podem justificar a aplicação cautelar de sanções penais.

É evidentemente impossível criminalizar todas as condutas perigosas de que podem decorrer riscos à vida humana e à sociedade. Não se pune o suicídio voluntário nem se proíbem os esportes de alto risco, como o alpinismo e as corridas de automóvel. E quando se escreve que "na proteção do direito à vida é lícito que os direitos coletivos se sobreponham aos individuais", a coerência mandaria proibir o uso da motocicleta e da bicicleta no tráfego das metrópoles...

A experiência dos regimes políticos de superproteção e suas medidas de segurança pré-delituais já nos ensinaram que é preferível respeitar as liberdades individuais, pois é delas que decorre, no fim das contas, a felicidade coletiva.

*Historiador

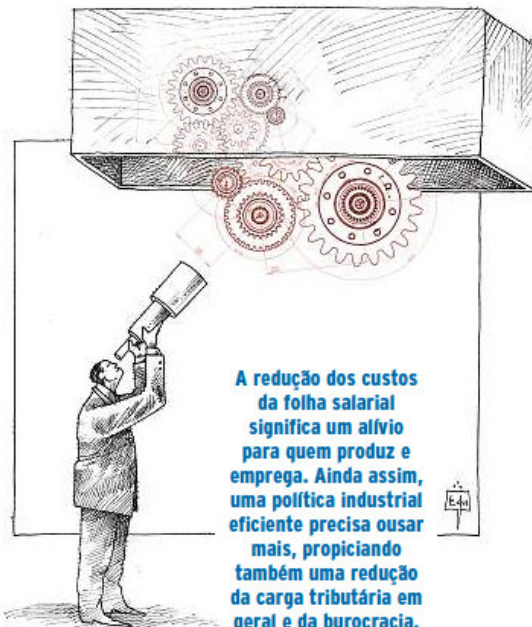
Grupo RBS		
Conselho de Administração e Diretoria Executiva		
Presidente: Nelson Pacheco Sirotsky		
Vice-presidente executivo: Eduardo Sirotsky Meizer		
<p>Presidente Emérito: Jayme Sirotsky</p> <p>Fundador: Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1986)</p>	<p>Conselheiros:</p> <p>Betania Tazare Carlos Meizer Cláudio Thomaz Lobo Sander Gustavo Isotpe</p> <p>Jayme Sirotsky Luiz Henrique Fraga Marcelo Sirotsky Pedro Pullen Pereira Pedro Sirotsky</p>	<p>Vice-presidente RS: Geraldo Corêa Vice-presidente SC: Eduardo Magnus Smith Vice-presidente de Gestão e Pessoas: Dêl Mazon Diretor Executivo de Finanças: Cláudio Tago Filho Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios: Luciana Antonini Ribeiro</p>
<p>Diretor-Geral de Jornais RS: Cristiano Miyaguti Diretor-Geral de Produtos do Grupo RBS: Marcelo Rich Diretora de Internet do Grupo RBS: Marta Galici</p>		
<p>ZERO HORA</p> <p>Fundada em 4 de maio de 1964</p> <p>Diretor de Operações: Pêrnica Guzzo Diretor de Redação ZH: Ricardo Sobrinho Diretor Comercial: Renato Magalhães</p>		

PREVENÇÃO NECESSÁRIA

O recrudescimento das incertezas na União Europeia, com a crise ameaçando economias de expressão como Itália e Espanha, e os temores de que, nos Estados Unidos, o Congresso não chegue a um acordo sobre o aumento do teto da dívida norte-americana reforçam ainda mais a urgência da nova política industrial brasileira. Prometido para os próximos dias, o anúncio depende apenas dos acertos finais entre os ministérios da Fazenda e o do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e dos mecanismos a serem encontrados para evitar prejuízos à Previdência. A medida de maior impacto deve ser a desoneração da folha salarial das empresas. A estratégia é vital, porém, para conter o fenômeno da desindustrialização, pelo qual cada vez mais empresas, sem condições de competir com mercados como os asiáticos, optam por importar em vez de fabricar, gerando no Exterior as riquezas e os empregos que o país precisa.

O Brasil só conseguiu atenuar internamente os efeitos da crise internacional de 2008 porque, depois de relutar em admitir sua abrangência, ainda conseguiu reagir a tempo. As medidas colocadas em prática na época foram de alto custo para as finanças públicas, mas eficazes, pois conseguiram preservar um certo nível de atividade no setor fabril. O agravamento da crise nos Estados Unidos e na zona do euro, simultaneamente, coincide agora com um momento em que a administração Dilma Rousseff ainda não conseguiu fazer andar sua agenda econômica. Por isso, é importante que o governo se mostre disposto a favorecer um salto de qualidade no setor produtivo, em meio a trocas de ministros motivadas por denúncias e às divergências de sua complexa base parlamentar de apoio. Isso sem falar na necessidade de buscar alternativas contra a deformação no câmbio, a situação fiscal deteriorada e a ameaça de alta da inflação.

A redução dos custos da folha salarial significa um alívio para quem produz e emprega.



Ainda assim, uma política industrial eficiente precisa usar mais, propiciando também uma redução da carga tributária em geral e da burocracia. Só assim a economia brasileira poderá dar uma resposta à altura diante da intenção de elevar a taxa de investimento do país do equivalente a 19% do Produto Interno Bruto (PIB) para algo em torno de 24%, como está previsto. E, em consequência, crescer 5% ao ano sem pressionar a inflação.

Independentemente dos rumos que a crise internacional possa tomar e do tempo que as medidas em discussão vão exigir para surtir efeito, é importante que o Brasil aja rápido e adote um conjunto de providências amplas e coerentes para se preservar ao máximo. O país não pode frustrar as expectativas que, mesmo num cenário global adverso, se mostram favoráveis em relação a sua economia e à de outras nações emergentes.

Realismo contra a corrupção

É promissor o alerta do novo presidente do Tribunal de Contas do Estado, Cezar Miola, de que o convívio com a corrupção não se constitui em nenhum fatalismo. Mesmo admitindo deficiências nos órgãos de controle – e a excessiva politização do TCE evidencia isso –, o novo dirigente afirmou em seu discurso de posse que a tese da inevitabilidade da perversão que corrompe ocupantes de cargos públicos só serve para tentar explicar tais desvios como algo “normal” às relações políticas, sociais e administrativas.

Corruptos e corruptores, que prosperam em meio às facilidades na manipulação de dinheiro da União, dos Estados ou dos municípios, não são da natureza da vida pública. São uma deformação a ser combatida, e essa é a mis-

são de quem atua em órgãos fiscalizadores. O novo presidente do TCE tem a seu favor uma credencial rara, num ambiente em que os círculos políticos invariavelmente prevalecem, quando da escolha das chefias de tribunais encarregados de vigiar contas públicas. É um auditor, tem formação e vocação para a investigação, sem nenhum compromisso com a complacência com que muitas irregularidades são tratadas no país da banalização da impunidade.

Com esse perfil, espera-se que leve adiante a anunciada disposição de não fazer concessões no combate a desmandos. Para isso, como advertiu, não basta manifestar repulsa, mas agir concretamente pela moralização da atividade pública. Igualmente merece acolhida a de-

cisão do novo presidente de agir não só no sentido de punir, mas também de orientar e atuar preventivamente, atento sempre à qualidade de gastos feitos em nome da eficiência e do que é prioritário. As novas orientações do TCE, em especial as de caráter preventivo, somente serão efetivas se os administradores convergirem no esforço para evitar irregularidades que muitas vezes não chegam a configurar delito grave, mas expressam pelo menos descaso e omissão. Que o tribunal atenda às expectativas criadas pela própria gestão que se inicia e não frustre os que desejam uma instituição comprometida exclusivamente com o rigorismo técnico e menos vulnerável às interferências de conselheiros designados por partilhas partidárias.

Artigos

Maioria silenciosa

JAIRO JORGE*

O grande educador Paulo Freire nos ensinou que a educação não muda a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. O conhecimento é a base da mudança; a criatividade e a inovação são os alicerces das transformações neste novo século. Por isso, cada vez mais temos que apostar na qualidade da educação e valorizar aqueles que fazem a diferença: os professores.

Não basta investir em tecnologia ou na construção de prédios, é fundamental motivar os bons professores a continuarem seu trabalho inspirando gerações de crianças e jovens. Na realidade, os bons professores são maioria absoluta, no entanto, o sistema educacional vigente não valoriza o trabalho do educador e não leva em conta as dificuldades reais que os mestres vivenciam cotidianamente nas salas de aula, com crianças ou jovens ativos, que têm sede de saber mais.

Por isso, o grande desafio é buscar mecanismos institucionais que valorizem a maioria silenciosa dos professores, aqueles que fazem melhor todos os dias pela educação. Esse foi o sentido estratégico do Plano de Carreira dos Professores em Canoas.

Depois de uma espera de 10 anos, o Plano foi discutido por uma comissão com representantes dos educadores e da secretaria de educação, debatido democraticamente em 46 reuniões, onde 1,1 mil professores deram suas contribuições e críticas. O projeto foi aprovado, por unanimidade, pelos professores e pela Câmara de Vereadores.

O segredo deste Plano de Carreira e sua diferença com o de outras cidades e com o do Estado é que o professor é o gestor da sua carreira, ele não depende de ninguém, não há vagas limitadas, não concorre com os demais, mas impulsiona o seu crescimento a partir das suas decisões e escolhas. Um sistema que tem progresso automática e que valoriza o mérito, sem fazer concessões à falsa meritocracia, que criou a ideia de estimular um superprofessor, gerando uma competição desnecessária entre educadores e escolas. Em Canoas, estamos valorizando quem está na sala de aula, a capacidade e o talento dos professores. Para aqueles que têm utricária quando se fala em meritocracia, a pergunta que fica é o que substitui o mérito: o comparadismo, a tutela, ou a mediocridade?

Valorizar significa investir. Por isso, em Canoas, a carreira tem um piso de R\$ 1.702 e um teto de R\$ 6.773. Estamos oferecendo bolsas, custeadas pela prefeitura, de cursos de pós-graduação para quem quer mestrado e doutorado e abrindo concurso para 510 vagas e um cadastro de reserva para 1.602. Acreditamos que este é o caminho para uma educação de qualidade, o maior desafio do nosso tempo.

*Prefeito de Canoas

<p>Grupo RBS</p> <p>Presidente Emérito: Jair Strosky</p> <p>Fundador: Maurício Strosky Sobrinho (1925-1986)</p>	<p>Conselho de Administração e Diretoria Executiva</p> <p>Presidente: Nelson Pacheco Strosky</p> <p>Vice-presidente executivo: Eduardo Strosky Méizer</p>			<p>Diretor Geral de Produto do Grupo RBS: Marcelo Rich</p> <p>Diretora de Internet do Grupo RBS: Alana Cláudia</p> <p>Diretor Geral de Mercado R\$: Carlos Araújo Santos</p>
	<p>Conselheiros:</p> <p>Ridiana Tassin Carlos Méizer Cláudio Thomas Lobo Sander Gustavo Inschope</p>	<p>Jayne Strosky Leir Henrique Braga Pedro Pulcin Perazzo Pedro Strosky Sergio Strosky</p>	<p>Vice-presidente R\$: Geraldo Corêa</p> <p>Vice-presidente SC: Eduardo Magnus Smith</p> <p>Vice-presidente Gestão e Pessoas: Antônio Augusto Pinnet Tigre</p> <p>Vice-presidente Institucional e Jurídico: Paulo Tostez Canzago</p> <p>Vice-presidente de Internet e Mobile: Fabio Braggioni</p>	
	<p>ZERO HORA</p> <p>Fundada em 4 de maio de 1964</p> <p>Diretor de Operações: Cristiano Wygard</p> <p>Diretor de Redação ZH: Ricardo Stuchinski</p> <p>Diretor Comercial: Renato Mosquita</p>			



Maculado por episódios como supersalários e suspeitas contra um ex-presidente, o TCE obteve conquistas, mas isenção política da Corte ainda é contestada

Velhos problemas

CRITÉRIOS QUESTIONÁVEIS

• **Boa parte** das vagas é disputada por políticos em fim de carreira buscando uma aposentadoria de luxo. Entre os sete atuais conselheiros da Corte, cinco são ex-deputados.

POLÍTICOS JULGAM POLÍTICOS

• **Irregularidades apontadas** pelos auditores são frequentemente ignoradas pelos conselheiros na hora do julgamento. Os contratos fraudulentos do Daer são um exemplo.

PUNIÇÕES QUE NÃO PUNEM

• **A multa** mais alta que o TCE pode aplicar a um gestor público é irrisória: R\$ 1.596,15. Três projetos propondo o aumento deste valor nos últimos anos não prosperaram na Assembleia Legislativa.

PARENTES NO TRIBUNAL

• **Familiares** de deputados trabalham como CCs no TCE – o que provoca dúvidas sobre a influência política na Corte e sobre a autonomia desses funcionários.

NEM TÃO PÚBLICO ASSIM

• **A sociedade** é impedida de acompanhar o andamento dos processos. O site do tribunal só revela informações após os julgamentos – o que pode levar anos – e restringe conteúdo das auditorias.

O PODER DA CORTE

A política que desafia o TCE

Com a tarefa de superar mazelas históricas, ex-procurador do MP de Contas assumirá tribunal composto por uma maioria de ex-deputados

PAULO GERMANO

Na Corte que basicamente só julga políticos – mas tem cinco políticos entre os sete julgadores –, a isenção das sentenças é cada vez mais contestada. A desconfiança se alicerça em casos de frouxidão nas decisões e suspeitas de vista grossa.

Nunca a autonomia do Tribunal de Contas do Estado (TCE) esteve sob tanta expectativa como agora, quando o conselheiro Cezar Miola se prepara para assumir a presidência. Trata-se de um auditor de carreira, um técnico que durante oito anos foi procurador-geral do Ministério Público de Contas – ou seja, Miola já esteve do outro lado, denunciando corruptos e apontando anomalias no trato com o dinheiro público. Era um fiscal da lei, não o julgador que se tornou em 2008.

Por isso recai sobre ele o fardo de libertar o TCE da dívida que insiste em rondar o tribunal. Segundo atestam servidores do órgão, vínculos políticos dos conselheiros interferem nos julgamentos do pleno e até absolvem quem deveria ser punido.

Além do escândalo de corrupção envolvendo o presidente do TCE em 2007 – o comandante da Corte era o ex-deputado pedetista João Luiz Var-

gas, hoje réu na fraude do Detran –, há outros indícios de motivações políticas ditando regras na instituição.

– A percepção é de que o nosso trabalho é quase inútil – diz Ligia Zamin, da Associação dos Servidores do TCE.

Alertas no Daer foram ignorados

A recente descoberta de corrupção no Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) é um exemplo gritante: fazia uma década que os auditores alertavam a Corte sobre desvios de recursos, mas nunca as contas foram rejeitadas.

– Fatos como esse podem ocorrer, mas não se pode fazer uma leitura linear. Cabe examinar caso a caso – pondera Miola.

Um caso clássico se refere à prefeitura de Passo Fundo. Entre 1997 e 2005, em todos os anos as auditorias apontaram funções gratificadas criadas sem previsão legal. Mas o pleno dos conselheiros nunca rejeitou as contas: o tribunal passou nove anos apenas expedindo advertências para que o prefeito não reincidisse – e a reincidência virou regra.

Outro episódio: seis anos atrás, auditores do órgão detectaram que a Assembleia Legislativa “comprou” de

seus funcionários, por R\$ 3,9 milhões, uma série de licenças-prêmio. Os técnicos exigiram o reembolso ao erário, mas os conselheiros optaram apenas por advertência. Duas vezes. E o ressarcimento nunca vingou.

Não quer dizer que pressões políticas sejam sempre o fator-chave. Um ex-deputado do PMDB conta que, quando ainda estava na Assembleia, pediu certa vez uma reunião com o conselheiro Algir Lorenzon, também ex-deputado do partido. A ideia era facilitar a vida de um prefeito enrolado com as contas do município.

– Só que o Lorenzon me correu de lá – lamenta o ex-parlamentar.

A importância do TCE na vida dos políticos ficou ainda maior com a aprovação da Lei da Ficha Limpa, no ano passado. A rejeição das contas agora representa oito anos de inelegibilidade – antes, eram cinco anos e ainda havia necessidade de outro julgamento no tribunal eleitoral, sem falar nos recursos.

Os conselheiros atribuem a diferença entre o que os auditores apontam e o resultado dos julgamentos à defesa dos gestores, que é posterior às inspeções. A partir dos esclarecimentos e do parecer do MP de Contas, o pleno pode chegar a conclusões diferentes.

paulo.germano@zerohora.com.br

Avanços recentes

ATAQUE AOS SUPERSALÁRIOS

• **Após anos** de controvérsia, os salários de 67 servidores que ganhavam acima do teto de R\$ 26,7 mil foram cortados em 2010. A economia é de quase R\$ 4 milhões ao ano.

DE VOLTA AO COFRE

• **Hoje, 85%** das decisões do TCE que determinam ressarcimento aos cofres públicos são cumpridas. Há 10 anos, antes de uma cobrança ofensiva que incluiu parcerias com o MP, o percentual era inferior a 10%.

PENTE-FINO NA FOLHA

• **A atual gestão**, de João Osório, enfrentou os demais poderes e revisou toda a folha do Estado. O TCE descobriu que 700 servidores ganhavam acima do teto e que o Judiciário paga R\$ 600 milhões em auxílio-moradia.

MAIS CLAREZA, MAIS DENÚNCIAS

• **O site divulga** até contratos de órgãos públicos com empresas. Denúncias pela internet passaram de 544, entre janeiro e junho de 2010, para 1.505 no mesmo período deste ano.

PREVENINDO O PREJUÍZO

• **Medidas cautelares** ganham força na Corte. São liminares que previnem possível dano ao erário, suspendendo licitações ou pagamentos sob suspeita.

LEIA MAIS NA
PAGINA 8 >

CARGOS COBIÇADOS

TCE abre vagas e reabre debate

Com a saída de três conselheiros este ano, deputados e servidores do tribunal pressionam para modificar critérios de escolha

ADRIANA IRION

A abertura de três vagas para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), tradicionalmente composto a partir de acordos políticos, está mudando uma série de movimentos para modificar critérios nas indicações para a Corte.

Responsável por fiscalizar e julgar as contas da administração pública, o TCE paga hoje salários de R\$ 24,1 mil aos seus conselheiros.

O centro das negociações pelas três vagas está na Assembleia Legislativa. Primeiro, porque os três indicados dependem de aprovação dos deputados. Segundo, porque a Casa está sendo pressionada a oferecer a toda a população as vagas cuja indicação são de escolha do parlamento.

Em maio, com a aposentadoria do conselheiro Helio Mileski, será aberta uma vaga para candidatos oriundos da carreira de auditores substitutos de conselheiro. Em julho, quem sai é o atual presidente, João Osório, deixando espaço para um indicado de livre nomeação do governador Tarso Genro. Em agosto, Victor Faccioni se aposenta, liberando vaga para indicação da Assembleia.

Atualmente, a escolha no parlamento se dá por meio de acordo nebuloso entre partidos. Nunca a Assembleia indicou alguém que não fosse político. A associação dos servidores do TCE quer que vagas da Assembleia sejam amplamente ofertadas, que qualquer cidadão que preencha os requisitos exigidos possa vir a disputar a vaga.

Quando houvesse vaga de indicação da Assembleia, a Casa publicaria um edital para receber inscrições. Deputados interessados também teriam de se inscrever. Já funciona assim em outros Estados – explica Lígia Zamin, presidente da associação.

A proposta de resolução já foi entregue ao presidente da Assembleia, Adão Villaverde (PT). As discussões terão, conforme Villaverde, três focos. Um deles é oriundo de um projeto de autoria dele próprio e do deputado Raul Carrion (PC do B), que regula a qualificação da sabatina à qual os indicados são submetidos na Casa. Outros dois focos são sobre os critérios para indicação pelos partidos e a possível escolha de técnicos e não de políticos.

Também há expectativa em torno da escolha que o governador fará. Na campanha, Tarso destacou que iria valorizar o perfil técnico. Segundo integrantes do governo, Tarso vai escolher uma pessoa com atuação política, mas com "qualidade técnica acima da média".

adriana.irion@zerohora.com.br

O que está em jogo

O Tribunal de Contas do Estado é responsável por fiscalizar e julgar as contas da administração pública

A COMPOSIÇÃO

• O **Tribunal Pleno** é integrado por sete conselheiros, cujas vagas são compostas de quatro formas:

1. Quatro são de indicação da Assembleia Legislativa
2. Uma é de livre nomeação do governador
3. Uma é de escolha do governador a partir de lista tripartite do Ministério Público de Contas
4. Uma é de escolha do governador a partir de lista tripartite de auditores substitutos de conselheiros

• O **salário** de conselheiro é de R\$ 24.117,62 (além da verba de representação).

PROPOSTAS PARA A INDICAÇÃO AS VAGAS:

• O **PT** quer estabelecer na Assembleia Legislativa, oficialmente, um rodízio entre as maiores bancadas. A cada nova vaga, uma bancada faria a indicação, mas teria de abrir mão da sua vez caso já houvesse na Corte um representante daquele partido.

• **Tramitou** na Casa um projeto de autoria dos deputados Adão Villaverde (PT) e Raul Carrion (PC do B) visando regular os requisitos para indicações e qualificar a sabatina à qual os indicados são submetidos na Casa. O projeto não pode ser desarquivado por Villaverde, que agora é o presidente. Segundo Carrion, há discussões sobre a possibilidade de apresentar novo projeto na mesma linha ou de que ele fosse uma proposta de iniciativa

popular, já que o tema é tão controverso.

• A **Associação** dos Servidores do Tribunal de Contas quer que a Assembleia publique edital para que qualquer cidadão possa se candidatar às quatro vagas cuja indicação é do parlamento, e não só os deputados, como ocorre hoje.

• A **associação** também reivindica, junto ao TCE, que a vaga destinada a auditores substitutos de conselheiros possa ser disputada também por auditores públicos externos.



Petistas tentam alterar modelo

Crítico ferrenho das negociações que antecedem as indicações ao Tribunal de Contas, o PT quer ter o direito de também indicar, justamente para frear a escolha de políticos.

É o que afirma o presidente do PT estadual, deputado Raul Pont, ao defender que a bancada do partido deve "dar o exemplo".

– A bancada luta há muito tempo para ter uma vez direito. Nós queremos indicar alguém que não seja deputado. Achamos que é uma forma de dar exemplo – diz Pont.

O PT tenta aprovar uma proposta na Assembleia de que a cada legislatura as quatro maiores bancadas façam as indicações em forma de rodízio e de maneira que um partido não se repita na composição da Corte. Ou seja, se for a vez da bancada do PMDB indicar, mas já existir no TCE um conselheiro indicado pelos peemedebistas, o PMDB cederia sua vez de indicar para a bancada seguinte.

– Há quatro legislaturas nós somos a maior bancada, e sempre aparece um acordo que ninguém sabe onde foi feito, quem fez, mas misteriosamente vem lá o indicado que todo mundo vota – reclama Pont, que espera consenso dos partidos ainda esta semana para encaminhar a votação da proposta.

Pedetista é o mais cotado para vaga da Assembleia

Nos bastidores do parlamento o nome do deputado Adroaldo Loureiro (PDT) já desponta como principal candidato, e com apoio do governo, a ocupar a vaga de indicação da Casa, que abrirá em agosto.

– O PDT está sem representação dentro do tribunal e já há um acordo em torno do meu nome. Não temos problema em discutir a proposta do PT, mas não para valer para esta vaga. E o PT agora tem essa indicação que cabe ao governador, que pode aproveitar e colocar alguém do partido – diz Loureiro.



POLÍTICA - 46956

Envie **POLÍTICA** para 46956 e receba diariamente as principais notícias sobre política no seu celular. O custo por mensagem recebida é R\$ 0,20 + taxa para todos os operadoras.

O EXEMPLO PAULISTA

Num contexto de crescimento da criminalidade, a redução no número de homicídios em São Paulo deve ser vista por outros Estados como um caso exemplar de sucesso de políticas públicas na área da segurança. A taxa de homicídios dos paulistas caiu em março último para 9,9 para cada 100 mil habitantes, na média dos últimos 12 meses. Não se trata de uma estatística pontual, mas de uma série histórica de queda gradual e segura de homicídios, o dado mais revelador dos índices de violência. São Paulo conseguiu, assim, um feito raro no Brasil, alcançando o índice considerado minimamente tolerável pela Organização Mundial de Saúde, de menos de 10 assassinatos por 100 mil habitantes. A boa performance contrasta com indicadores de outras unidades da federação, nas quais a taxa de homicídios cresceu nos últimos anos.

É nesses Estados – entre os quais Rio Grande do Sul e Santa Catarina –, onde o número de mortes violentas aumenta, que o exemplo paulista deve ser examinado, não para que as providências adotadas sejam simplesmente copiadas, mas para que inspirem ações governamentais. São Paulo investiu na informatização, no compartilhamento de informações entre as polícias civil e militar, no cadastro de criminosos procurados, no envolvimento comunitário e na avaliação da produtividade da força policial, na capital e em cidades do interior. Assim, não só as ações preventivas e ostensivas são monitoradas, como a agilidade dos inquiridos.

As estatísticas refletem também os investimentos em equipamentos e inteligência, formação de quadros, construção de presídios e, principalmente, total apoio do Executivo às iniciativas da área de segurança. Se um Estado complexo e populoso, com forte atuação de grupos criminosos organizados, conseguiu tal feito, não há desculpa para que outras unidades não se disponham a pelo menos refletir sobre o que vem sendo feito pelos paulistas. É interessante observar, para efeito de comparação, que em 1998 São Paulo tinha uma taxa de homicídios de 39,7 para 100 mil habitantes, e

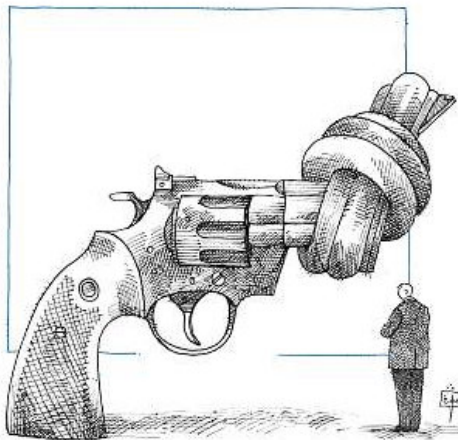
que no Rio Grande do Sul a média, no mesmo ano, era de 15,3. Os dois Estados seguiram tendências opostas: os gachos viram a taxa crescer para 20 assassinatos em 2010, enquanto os paulistas a reduziram para 11 e, mantendo a tendência de queda, chegaram agora à marca de 9,9. Santa Catarina, que se mantém entre as taxas mais baixas, mesmo assim viu o índice crescer de 7,9 em 1998 para 14,11.

São Paulo conseguiu superar a inércia e as desculpas repetitivas de que faltam verbas e adotou políticas inovadoras e corajosas. As polícias ganharam autonomia e mobilidade, deixando de ser, como é regra na maioria dos Estados, instituições estáticas, atravancadas por burocracias, pelo sucateamento e por disputas

São Paulo conseguiu superar a inércia e as desculpas repetitivas de que faltam verbas e adotou políticas inovadoras e corajosas na área da segurança.

de poder entre as forças militar e civil. Os paulistas ainda enfrentam problemas, como o aumento de furtos de carros e de cargas, mas conseguiram reduzir a violência contra as pessoas. Contam nesse avanço as iniciativas de prefeituras e comunidades, que se transformaram em aliadas do governo estadual. Não há milagre nessa melhoria, que assegura a algumas unidades policiais até mesmo o certificado de

qualidade da ISO 9000. São Paulo racionalizou recursos, descentralizou responsabilidades, modernizou a gestão e introduziu uma nova cultura para a área de segurança. Não produziu nenhum milagre. Durante mais de uma década, fez o que outros Estados prometem fazer, mas raramente levam adiante.



Artigos

TEMA PARA DEBATE

Manifestações de leitores sobre a questão proposta a partir do artigo da professora da rede pública estadual Marcia Eliza Guglielmi Leite, publicado no último domingo: Você considera que os educadores estão preparados para evitar e para lidar com formas de enfrentamento cada vez mais comuns no ambiente escolar?

Não estão. A insuficiência da rede física, a deficiência do material escolar, a precariedade das instalações das escolas, a situação alfitiva do magistério, a falta de condições adequadas de alimentação e saúde dos nossos estudantes, a preparação insuficiente dos professores, a falta de reciclagem, de treinamento e de especialização, inclusive, afastam os educadores de ter esse preparo.

Tiago José Fernandes – Porto Alegre

Atualmente, não! Pode ser que um e outro professor saibam lidar com conflitos, mas, em princípio, a maioria não está preparada para lidar com os crescentes conflitos e situações extremas, que cada vez mais se avizinhm nas escolas.

Rubens Miranda – Santo Ângelo (RS)

Sim, acredito que o educador em sua maioria, para poder estar em uma sala de aula, se prepara, estuda, se forma e continua sua jornada sempre se aprimorando. O que realmente falta é preparação para os pais de nosso mundo atual, isso sim. Esquecem de educar seus filhos, pois educação vem de casa.

Katia Maria Warken – Esteio (RS)

Acredito que não. É lamentável que isso esteja acontecendo nas escolas. Coitados dos professores, que, além de ganhar uma miséria, ainda têm que aturar a falta de educação das crianças, as quais os pais não educam e não dão limites.

Celia Silveira Gonçalves – Porto Alegre

Não, os professores não estão preparados e nem amparados para lidar com enfrentamentos na escola. A gente sofre todo tipo de humilhação e todos fazem de conta que não veem.

Cristina Passos – Parobé (RS)

Concordo plenamente que os professores estão preparados para lidar com as condutas dos alunos, pois ser professor hoje é estar preparado para tudo, principalmente para desafios.

Felipe Spaldaro – Marau (RS)

Se não estão preparados, deveriam estar. Mas o grande problema é que os alunos, seja qual for a faixa etária, estão cada vez mais "avançadinhos", ou seja, com as rédeas cada vez mais soltas. E de quem é a culpa? Do modernismo, que lhes confere muitos direitos e poucos deveres.

Natal Marchi – Rio do Sul (SC)

Eu acho que o professor está preparado. Porém, o que vemos hoje em dia são alunos indo para a escola sem o mínimo de cidadania, não trazendo de casa o respeito pelo educador.

Neyssa Lauffer – Porto Alegre

Crítérios equivocados

A abertura de três vagas para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) reacende a discussão sobre o uso de critérios políticos na indicação de profissionais que deveriam se destacar acima de tudo por reconhecido preparo técnico para fiscalizar o funcionamento do setor público. O debate é procedente. Se a função é de responsabilidade, a ponto de justificar o funcionamento de um órgão tão dispendioso, parece óbvio que a indicação de quem irá perceber um salário de R\$ 24,1 mil, mais verba de representação, não deveria ser feita unicamente por critérios políticos.

Por mais que os debates em épocas de vagas

disponíveis chamem a atenção para este aspecto, a verdade é que quatro dos sete conselheiros do Tribunal Pleno têm seus nomes sugeridos pela Assembleia. Na maioria das vezes, a escolha se dá por meio de acordos sigilosos, privilegiando parlamentares próximos do final da carreira política. Uma das vagas é preenchida sempre por livre nomeação do governador. Nos outros dois casos, a escolha é feita pelo governador a partir de uma lista tripartite do Ministério Público de Contas e dos auditores substitutos de conselheiros.

Num sistema viciado, é discutível até que ponto os conselheiros podem se manifestar com isenção e independência sobre pareceres

dos técnicos do órgão, já que estão em julgamento, muitas vezes, justamente as contas de onde partiu sua própria indicação. Por isso, não deve ser simplesmente descartada a reivindicação feita à Assembleia pela Associação dos Servidores do Tribunal de Contas de publicação de edital para que as vagas possam ser disputadas por qualquer cidadão habilitado, não apenas por deputados.

O TCE não pode servir como sinecura de partidos políticos. Se o papel que cumpre é relevante, não há como mantê-lo simplesmente como um espaço público destinado a premiar um ou outro parlamentar favorecido por conchavos partidários.

<p>Grupo RBS</p> <p>Presidente Emérito: Jayme Sirotsky</p> <p>Fundador: Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1966)</p>	<p>Conselho de Administração e Diretoria Executiva</p> <p>Presidente: Nelson Pacheco Sirotsky Vice-presidente executivo: Eduardo Sirotsky Meier</p>		<p>Diretor Geral de Produto do Grupo RBS: Marcelo Rich Diretora de Internet do Grupo RBS: Marta Gaiich Diretor Geral de Mercado RBS: Carlos Araújo Santos</p> <p>ZERO HORA Fundada em 4 de maio de 1964</p> <p>Diretor de Operações: Cristiano Nygaard Diretor de Redação ZH: Ricardo Sicastrilli Diretor Comercial: Horácio Marquetti</p>
	<p>Conselheiros:</p> <p>Idiana Tauere Carlo Meier Cláudio Thomas Lobo Sander Gustavo Isacopo</p>	<p>Jayme Sirotsky Luiz Henrique Praga Pedro Pullen Parente Pedro Sirotsky Sergio Sirotsky</p>	



Página 10

ROSANE DE OLIVEIRA
rosane.oliveira@zerohora.com.br

Com Leticia Duarte leticia.duarte@zerohora.com.br

Desperdício de energia

De nada adianta criar uma força-tarefa com a participação de instituições respeitadas para investigar órgãos públicos se as conclusões dos técnicos acabarem sendo ignoradas nas instâncias superiores. O Daer tem sido amplamente fiscalizado pelos auditores do Tribunal de Contas, que apontam irregularidades, sugerem punições, aplicam multas – e pouco acontece na prática.

Tome-se como exemplo o que ocorreu há duas semanas em sessão do Pleno do TCE que julgou recursos contra uma decisão na tomada de contas de 2005. O recurso do Ministério Público de Contas, baseado no trabalho dos técnicos, pedia a declaração de irregularidade das contas

e a devolução de R\$ 560 mil. Esse prejuízo fora detectado em auditoria do TCE que apontou recomposição irregular de preços unitários em contratos de construção de estradas, beneficiando as empreiteiras. Entre as falhas da gestão, destacavam-se as encontradas em uma inspeção especial nos contratos de concessões que apontou omissão do Daer na fiscalização dos pedágios. Em detalhes, foi apontado, ainda, o pagamento de despesas com controladores de velocidade sem a devida cobertura contratual.

Apesar da lista de apontamentos, o relator, Inadir Pietroski, entendeu que nada havia de irregular e sugeriu, inclusive, a anulação da multa de R\$ 1,5 mil aplicada ao então gestor do Daer,

Roberto Augusto Niederauer. Outros conselheiros seguiram o voto, e o trabalho dos técnicos está a caminho do ralo. Só não virou pó ainda porque o procurador-geral do MP de Contas, Geraldo da Camina, inconformado com a decisão que reforça a ideia da impunidade, protocolará recurso.

Esse caso ilustra uma situação comum no TCE: os técnicos apontam irregularidades, mas no julgamento os conselheiros ignoram as recomendações. Os extensos relatórios produzidos pelos auditores não chegam ao público. Sistemáticamente, os conselheiros têm rejeitado as sugestões para que, em nome da transparência, os relatórios de auditorias sejam tornados públicos antes do julgamento, junto com a defesa do gestor

ALIÁS

Tarso se incomodou com o uso da expressão "operação abafada" para definir a ação do Piratini contra a CPI dos Pardais, embora seja assim que o PT costuma tratar os adversários quando fazem qualquer movimento para travar uma comissão de inquérito.



O almoço do governador com o secretário Beto Albuquerque, ontem, foi uma forma de dizer que ele está prestigiado.

Preferência pelo ministério

Faltando mais de um ano para a eleição municipal, a ministra dos Direitos Humanos, **Maria do Rosário**, garante que não está nos seus planos concorrer à prefeitura de Porto Alegre, "a menos que a presidência peça".

Em entrevista ao programa *Frente a Frente*, da TVE, disse que tem como principal objetivo dar continuidade aos projetos iniciados no ministério, para que não sejam interrompidos pela metade.

Mesmo assim, defende que o PT tenha **candidato próprio** na disputa, pelo tamanho e pela representatividade do partido. Entre possíveis nomes, citou os de Raul Pont, Henrique Fontana e Sofia Cavallon.



Foto: Paulo Vitor/Agência Pública/Arquivo

ESTREITANDO A RELAÇÃO

Em um encontro no Piratini, ontem, o governador **Tarso Genro** recebeu o prefeito de Porto Alegre, **José Fortunati**, para colocar em prática uma ideia alinhavada pelos dois ainda antes da posse do petista. Para acelerar o andamento de projetos que envolvam tanto a prefeitura quanto o governo do Estado, será criado um grupo de trabalho com representantes dos dois lados. O **convênio** deve ser formalizado

em 10 dias, em ato solene no Piratini. Entre os temas prioritários, estão o **metrô** de Porto Alegre, o **Cals Mauá**, Saúde, Segurança e Mobilidade Urbana.

– Queremos tratar de forma mais rápida, fazer acontecer – diz Fortunati. Ainda neste ano, deve começar a construção de duas UPAs na Capital com recursos do Estado, uma na zona Norte e outra no Partenon.

Versão contestada

Vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção de Estradas (Sicaprot) e diretor da empresa SBS, **Nelson Sperb** reagiu ontem às suspeitas levantadas pelo prefeito de Uruguaiana, **Sanhotene Felice**, sobre o suposto conflito de interesses de dirigentes do sindicato em ação movida contra a licitação de água e esgoto da prefeitura.

Em nota, Sperb afirma que a última fatura da SBS contra a **Corsan**, relativa a um contrato de fevereiro de 1997, atualizada a preços de hoje, foi de R\$ 276.272,70. "A nota fiscal foi emitida sob número 1.444, em 18 de novembro de 2002, portanto há mais de oito anos. De outra parte, comunico que a SBS nunca trabalhou no município de Uruguaiana."

Críticas a Bolsonaro

Enquanto o PP nacional se cala, surgem manifestações isoladas de colegas contra as **declarações racistas e homofóbicas** do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ).

Depois de líderes como o deputado Jerônimo Goergen e o prefeito de Sentinela do Sul, Marcus Vinícius de Almeida, terem exposto suas críticas pelo Twitter, ontem o presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) de Porto Alegre, Kevin Krieger, divulgou uma nota dizendo que as declarações são "**inadmissíveis, injustificáveis e lamentáveis** sob todos os aspectos".

MIRANTE

Com a meta de dobrar de 800 para 1,6 mil as candidatas a vereador do PR, o movimento Mulher Progressista Estadual começa a promover neste final de semana cursos de liderança e oratória para mulheres do partido.

Também de olho em 2012, a Fundação Tarso Dutra, ligada ao PR realiza neste final de semana o primeiro curso de formação política do ano, para capacitar 40 prefeitos e pré-candidatos do partido.



Foto: Paulo Vitor/Agência Pública/Arquivo

+Quality
Menino Deus

Um lar para real viver todos os dias.

COMPLETO COMO O MENINO DEUS.

3 DORMS com suíte, churrasqueira e 2 vagas

VISITE O DECORADO
Rua Gonçalves Dias, 1075 - F: 3013.8665

arquisul.com.br/meninodeus

Arquisul
Construtora e Incorporadora
Você morando bem.

Imagens meramente ilustrativas. Incorporação registrada sob o R.208.000 do Registro de Imóveis da 9ª Zona desta capital. Projeto Arquisul/Arquiteto: Elizabeth Proczanski/CREA 4297.

CONTROLE INSUFICIENTE

O Ministério Público de São Paulo começou a investigar esta semana uma denúncia do deputado Roque Barbieri (PTB) de que alguns de seus colegas ganham dinheiro vendendo emendas parlamentares e fazendo lobby de empreiteiras junto a administrações municipais. Também nesta semana, o Supremo Tribunal Federal (STF) começou a examinar um pedido da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para reduzir os poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que decide sobre denúncias de irregularidades da magistratura exatamente porque as corregedorias estaduais não fazem a sua parte. Nos dois episódios, fica evidente a ineficiência dos mecanismos de controle do Legislativo e do Judiciário, que invariavelmente capitulam diante do corporativismo e fingem não ver as deformações. É preciso mais competência por parte desses mecanismos constitucionais, além de uma vigilância mais atuante da própria sociedade, para evitar que tantos desmandos continuem ocorrendo.

No caso do Judiciário, a escassez de transparência e o excesso de corporativismo vieram à tona a partir do momento em que a corregedora do CNJ, Eliana Calmon, ousou deflagrar um debate corajoso e inadiável sobre o tema. Diante do emocionalismo suscitado pelas discussões, a decisão do STF sobre os reais poderes do órgão acabou sendo postergada, mas deixou evidente que pressões permanentes da categoria dos juízes dificultam qualquer investigação nesse meio e praticamente impedem qualquer condenação. Uma ínfima minoria, evidentemente, inclui-se na categoria definida pela corregedora como "bandidos que estão escondidos atrás da toga". Mas, na condição de um

Executivo, Legislativo e Judiciário, em todos os âmbitos da federação, precisam investir mais em mecanismos de transparência, valorizando organismos específicos, como forma de conter a corrupção.

dos principais guardiões do Estado de direito e de pilares da democracia, magistrados às voltas com irregularidades, muitas delas flagrantes, precisam prestar contas à sociedade. E é preciso que os mecanismos de controle possam cumprir com esse papel. Mais expostos à pressão direta dos brasileiros, os Legislativos nas três instâncias da federação, de maneira geral, têm se preocupado mais em se valer de vantagens como as oferecidas pelas novas tecnologias para avançar na prestação de contas. Em muitos casos, porém, as iniciativas, quando

ocorrem, não passam do plano das intenções. As denúncias que resultaram no mais recente escândalo da venda de emendas, por exemplo, acabaram expondo também a falta de um sistema específico de prevenção desse tipo de falta num Estado da importância de São Paulo.

Executivo, Legislativo e Judiciário, em todos os âmbitos da federação, precisam investir mais em mecanismos de transparência, valorizando organismos específicos, como forma de conter a corrupção. É inadmissível que um país no qual o poder público esbarra em carências financeiras de toda ordem continue exposto a tantas brechas para irregularidades e desvios de dinheiro público, que, mesmo se constituindo em fatos atribuídos a uma minoria, contribuem para enfraquecer as instituições e a própria democracia.



Driblando a transparência

É preocupante o levantamento do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que mostra que ainda é incipiente em prefeituras e Câmaras de Vereadores a transparência em relação a seus gastos e à prestação de contas aos contribuintes.

Previstos pela Lei Complementar 131, de 2009, os portais da transparência para municípios com mais de 50 mil habitantes já deveriam estar ativos e com dados atualizados sobre execução orçamentária e financeira — os demais têm até 2013 para oferecê-los —, mas o que aponta a pesquisa do TCE são informações incompletas e ferramentas de difícil acesso e compreensão, na maioria deles.

Das 992 Câmaras e prefeituras gáuchas, 990 responderam ao questionário e apenas 5%

confirmaram que colocam à disposição detalhes sobre obras públicas ou sobre os salários de seus funcionários. É senso comum que a transparência traz inúmeras vantagens: além de inimiga da corrupção, fortalece o sentimento dos cidadãos como participantes dos processos caros à democracia, uma vez que, informados, podem atuar como fiscais do uso do dinheiro público, do andamento das obras e da gestão de recursos em geral.

Esse direito à informação pública é assegurado pela Constituição Federal ("Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à

segurança da sociedade e do Estado") e ficou ainda mais fácil de ser praticado com o advento de ferramentas como a internet, que facilitou o acesso de órgãos de controle e contribuintes.

O projeto de lei nº 41/2010, que estabelece os prazos para a prestação de informações públicas e responsabiliza quem se recusa a prestá-las sem motivo justificado, porém, ainda segue travado no Senado desde 2010. Exaltado em muitos países como garantia de um Estado transparente, o direito à informação pública é condição para modernizar os mecanismos de gestão do governo e para melhorar a qualidade dos gastos públicos. Um governo que gasta melhor pode oferecer mais benefícios aos cidadãos com os recursos que vêm de seus impostos.

Artigos

Saúde urbana e medicina social

MARIA INÊS AZAMBUJA*

Temos assistido e lido nos jornais sobre tragédias das nossas emergências, aquela pequena ponta visível do grande iceberg que é a má saúde da nossa população. Os temas educação e segurança também não saem das manchetes... Mas, restritos a olhares setoriais, não conseguimos avançar num diagnóstico mais amplo sobre o mal que nos acomete.

O momento que vive o Brasil hoje tem semelhanças com o vivido pela Europa no século 19. A industrialização resultou em urbanização acelerada e crescimento simultâneo da riqueza e da pobreza nas cidades. Esse crescimento urbano rápido com desigualdade e segregação espacial e social (agravada aqui pela recessão das últimas décadas e a corrupção) é o que explica os atuais níveis de doença, falta de educação e violência.

No século 19, crianças e adultos jovens eram dizimados por epidemias e pela tuberculose, e a violência era endêmica. Hoje, as doenças podem ter mudado, mas basta olharmos os dados do INSS... mais de 50% dos gastos mensais com benefícios previdenciários correspondem a auxílio-doença por incapacidade temporária para o trabalho. E sobre a violência é desnecessário falar...

Temos que parar de apenas tentar enxugar gelo e atacar as causas dos problemas. Recentemente, o vereador Sebastião Melo afirmou no *Conversas Cruzadas* que há 700 áreas de moradia irregular em Porto Alegre, a cidade símbolo do Fórum Social Mundial! Que futuro estamos planejando para a nossa cidade? Os novos empreendimentos em habitação popular integram ou segregam os mais pobres? Asseguram a eles acesso a serviços públicos, trabalho e lazer, ou seja, o direito à cidade, a cidadania? É a cidadania que produz saúde, educação e segurança!

No século 19, Virchow, o pai da Medicina Social, dizia que a Medicina é uma ciência social, e a Política nada mais é do que Medicina em grande escala. Todos nós, já cidadãos, temos o dever de ampliar o acesso à cidadania. Não há justificativa moral para a exclusão social. E, feitas as contas, há muito mais custos do que ganhos. Basta olharmos as estatísticas. Este é um grande momento para os políticos, com o apoio de toda a comunidade, imbuírem-se da missão de médicos sociais e agirem para promover a saúde das nossas cidades.

* Professora do Departamento de Medicina Social da Famed/UFRGS, Programa de Extensão em Pesquisa em Saúde Urbana, Ambiente e Desigualdades

<p>Grupo RBS</p> <p>Presidente Emérito: Jayme Sirotsky</p> <p>Fundador: Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1986)</p>	<p>Conselho de Administração e Diretoria Executiva</p> <p>Presidente: Nelson Pacheco Sirotsky Vice-presidente executivo: Eduardo Sirotsky Metzler</p>		<p>Diretor Geral de Jornais RBS: Christiano Nygaard Diretor Geral de Produção do Grupo RBS: Marcelo Rich Diretora de Internet do Grupo RBS: Marta Quich</p> <p>ZERO HORA Fundado em 4 de maio de 1964</p> <p>Diretor de Operações: Vitorico Gonzo Diretor de Redação ZH: Ricardo Sirotski Diretor Comercial: Renato Mesquita</p>
	<p>Conselheiros:</p> <p>Idelaine Tamar Carina Metzler Cláudio Thomas Lubo Sander Gustavo Insper</p>	<p>Jayne Sirotsky Luiz Henrique Praga Maurício Sirotsky Pedro Pullen Pastore Pedro Sirotsky</p>	